

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ- UNIOESTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - CCSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL – MESTRADO**

EDINEIA APARECIDA MACHADO DUTRA

**O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DAS
UNIVERSIDADES FEDERAIS UNILA E UNILAB**

**TOLEDO-PR
2020**

EDINEIA APARECIDA MACHADO DUTRA

**O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DAS
UNIVERSIDADES FEDERAIS UNILA E UNILAB**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, como exigência para obtenção do título de Mestre em Serviço Social, junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Mestrado. Área de concentração em Serviço Social, Política Social e Trabalho Profissional.

Orientadora: Profa. Dra. Esther Luiza de Souza Lemos.

**TOLEDO-PR
2020**

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Dutra, Edinéia Aparecida Machado

O trabalho de assistente sociais na assistência
estudantil das universidades federais Unila e Unilab /
Edinéia Aparecida Machado Dutra; orientador(a), Esther
Luiza de Souza Lemos, 2020.

160 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste
do Paraná, Campus de Toledo, Centro de Ciências Sociais
Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2020.

1. Educação. 2. Serviço social. 3. Trabalho. 4. Sistema
capitalista. I. Lemos, Esther Luiza de Souza. II. Título.

EDINEIA APARECIDA MACHADO DUTRA

**O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DAS
UNIVERSIDADES FEDERAIS UNILA E UNILAB**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, *campus* de Toledo-PR, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social, junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Mestrado.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Esther Luiza de Souza Lemos
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE

Prof. Dr. Alfredo Aparecido Batista
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE

Prof. Dr. Wagner Roberto do Amaral
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Toledo-PR, 04 de setembro de 2020.

Dedico este trabalho aos meus amores:

Lucio, companheiro que escolhi para
dividir as dores e as alegrias da vida e, à
“pequena grande” Laura, filha amada,
que, com seu sorriso renova minhas
forças.
Amo vocês.

*E, antes de aprender a ser livre,
tudo eu aguentava, só para não ser livre.”*
Clarice Lispector

AGRADECIMENTOS

A constante qualificação profissional é um compromisso ético-político, entretanto, a conjuntura política, social e econômica em que vivemos não possibilita, a todos os profissionais, realizarem tal percurso. Toda empreitada, no sentido da formação continuada, é permeada de sacrifícios, mas, também, da descoberta de que não se está só. Contar com pessoas queridas faz o caminho menos cansativo, menos caloso. Muito obrigada a todos que tornaram esse sonho uma realidade!

Em especial agradeço:

Aos meus familiares, que souberam entender as ausências, ouviram as queixas e angústias e se puseram sempre no campo de apoio, motivando e acreditando em um potencial que, por vezes, eu mesma não acreditava ter. Obrigado por estarem sempre presentes, ainda quando, a distância era grande.

Aos profissionais sujeitos da pesquisa e às instituições UNILA e UNILAB, que viabilizaram a concretização da pesquisa, primeiro pela autorização, por parte dos gestores, e posteriormente, pela participação, dos colegas de profissão, na pesquisa. Em tempos de “terra plana” - o que Coutinho (1972) classificaria de “miséria da razão” - o comprometimento ético com o conhecimento científico é expressão de luta.

À gestão da UNILA, por conceder afastamento, por dois anos, para realização do mestrado. Com certeza o afastamento possibilitou maior qualidade no processo formativo. A concessão do afastamento, mais que atender a um direito do trabalhador, é, acima de tudo, a materialização do compromisso da instituição com a qualidade/excelência do atendimento que presta. É na prática que o discurso se efetiva, defender a educação é, também, possibilitar “aos seus” o processo de formação, por isso agradeço.

Agradeço a **todos** os servidores/trabalhadores/amigos da Prae, os quais, uns em maior outros em menor proporção, incorporaram atividades que eu realizava, possibilitando que eu me dedicasse integralmente ao mestrado. Sei que, o compromisso ético que a equipe tem com a constante qualificação (nem sempre bem interpretada por alguns), materializa a responsabilidade que temos com os serviços que prestamos. A vocês, companheiros de lutas pela defesa de direitos, meu reconhecimento, respeito e agradecimento.

Às queridas amigas e companheiras de profissão Roseane – minha eterna professora - e Ana Nunes - incentivadora de todas as horas. Vocês, além de se sobrecarregarem com a grande demanda de trabalho, são, com certeza, responsáveis por este sonho realizado. Foi, a motivação de vocês, que me encorajou a iniciar esta empreitada. De coração meu

agradecimento, a qualificação teórica em tempos de barbárie é, também, resistência. Sigamos na luta.

Às “novas amigas do mestrado”. Foi ótimo partilhar este processo com vocês, algumas das amizades construídas nesta trajetória, além de me fortalecer no mestrado, me acompanharão para a vida. Um especial agradecimento a Daniela companheira de trabalho e também de jornada no mestrado, com certeza sairemos deste processo mais fortes. Com você dividi dúvidas e angústias, dividimos também a logística de idas e vindas, dividimos quarto, cuidado e proteção, uma com a outra, unimos forças, partilhamos medos, sonhos e emoções enfim, construímos uma relação de companheirismo e amizade, obrigada por tudo.

Não poderia deixar de agradecer a **todos** os professores do mestrado. Em um cenário de avanço da alienação e de muitos ataques ao conhecimento científico, poder contar com o empenho intelectual de vocês foi fundamental. Foi, também, uma demonstração de comprometimento com a classe trabalhadora e materialização de uma coerência teórica.

Agradeço, também, aos professores que aceitaram compor a banca de qualificação e de defesa da dissertação. Professora Dra. Cleonilda Sabaini Tomazini Dallago – UNIOESTE, professora Dra. Cristiane Sander – UNILA, professor Dr. Alfredo Batista - UNIOESTE e professor Dr. Wagner Roberto do Amaral – UEL. Meu sincero reconhecimento e agradecimento por terem contribuído, a partir da bagagem intelectual de cada um, para qualificar este trabalho.

Um especial agradecimento à professora Dra. Esther Luiza de Souza Lemos, orientadora querida, profissional engajada e competente, mulher guerreira de energia boa, inesgotável e contagiante. Você é inspiração de resistência e luta. Aprendi muito com você, tens minha admiração, respeito e amizade.

DUTRA, Edineia Aparecida Machado. **O trabalho de assistentes sociais na assistência estudantil das universidades federais UNILA e UNILAB**. 2020 p.158 Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo - PR. 2020.

RESUMO

A presente pesquisa traz como tema central o trabalho de assistente social no âmbito da assistência estudantil das universidades UNILA e UNILAB, seu percurso metodológico buscou responder ao problema de pesquisa expresso pelo seguinte questionamento: **Qual a particularidade das demandas e requisições postas aos assistentes sociais da UNILA e da UNILAB no que se refere ao atendimento aos estudantes de diferentes nacionalidades?** Com vista a responder a esse problema de pesquisa estabeleceu-se como objetivo geral: **Apreender e analisar o trabalho dos/as assistentes sociais no atendimento aos estudantes de diferentes nacionalidades na UNILA e UNILAB**. Objetivo este que se desdobrou nos objetivos específicos que são: I – Identificar as diferentes nacionalidades dos estudantes das universidades UNILA e UNILAB; II - analisar qual a compreensão, conhecimento e estrutura possuem os assistentes sociais para o atendimento aos estudantes de diferentes nacionalidades; III - Analisar o significado do trabalho de assistentes sociais no atendimento aos estudantes considerando a realidade do sistema de ensino e a particularidade do atendimento a estudantes de diferentes nacionalidades na UNILA e na UNILAB. Assim, as mediações realizadas acerca do trabalho de assistentes sociais nestes espaços requisitaram um percurso metodológico com o suporte da pesquisa bibliográfica e documental e realização de pesquisa de campo, mediante aplicação de questionários aos trabalhadores assistentes sociais da assistência estudantil da UNILA e da UNILAB. A partir das categorias analíticas apresentadas pelos dados da realidade obtidos pela pesquisa de campo realizada, foi possível estabelecer um percurso metodológico analítico que, em um primeiro momento, discorreu sobre as contradições do sistema capitalista e do sistema de ensino, com ênfase ao ensino superior, tratou dos fundamentos das categorias trabalho, “questão social” e Serviço Social e, por fim, apresentou os dados da realidade e as reflexões teóricas analíticas possibilitadas, as quais indicam, enquanto particularidade para o trabalho de assistentes sociais das instituições pesquisadas os limites para apreender as requisições e as demandas substantivas apresentadas em razão da diversidade de estudantes internacionais.

Palavras chaves: Educação; Serviço Social; Trabalho; Sistema Capitalista.

DUTRA, Edineia Aparecida Machado. **The work of social workers in student assistance at federal universities UNILA and UNILAB.** 2020. p.158. Dissertation (master's degree in social work), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo - PR. 2020.

ABSTRACT

The present research brings as a central theme the work of social worker in the scope of student assistance at UNILA and UNILAB universities, its methodological path sought to answer the research problem expressed by the following question: What is the particularity of the demands and requests placed on UNILA social workers? and UNILAB with regard to serving students of different nationalities? In order to answer this research problem, the general objective was established: To apprehend and analyze the work of social workers in assisting students of different nationalities at UNILA and UNILAB. This objective unfolded in the specific objectives that are: I - To identify the different nationalities of the students of the universities UNILA and UNILAB; II - analyze what understanding, knowledge and structure social workers have to serve students of different nationalities; III - Analyze the meaning of the work of social workers in attending students considering the reality of the education system and the particularity of attending students of different nationalities at UNILA and UNILAB. Thus, the mediations carried out on the work of social workers in these spaces required a methodological path with the support of bibliographic and documentary research and field research, through the application of questionnaires to the social workers of student assistance at UNILA and UNILAB. From the analytical categories presented by the reality data obtained by the field research carried out, it was possible to establish an analytical methodological path that, at first, discussed the contradictions of the capitalist system and the education system, with an emphasis on higher education, dealt with the foundations of the categories work, "social issue" and Social Work and, finally, presented the data of reality and the theoretical analytical reflections made possible, which indicate, as a particularity for the work of social workers of the researched institutions, the limits to apprehend the requests and substantive demands presented due to the diversity of international students.

Key-words: Education; Social service; Job; Capitalist System.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICOS

Gráfico 1 – Instituição onde o assistente social se graduou.....	82
Gráfico 2 – Especialização dos assistentes Sociais da UNILA e da UNILAB.....	83
Gráfico 3 – Faixa etária dos sujeitos da pesquisa.....	84
Gráfico 4 – Ano de ingresso dos assistentes sociais na UNILA e na UNILAB	85
Gráfico 5 – Organização de moradia para o trabalho	85
Gráfico 6 – Quantitativo de profissionais que já ocuparam cargo de gestão.....	87
Gráfico 7 – Quantitativo de profissionais que participaram de capacitação para atendimento ao internacional.....	88

MAPAS

Mapa 1 – Localização da UNILA e da UNILAB.....	48
Mapa 2 – Identificação dos países de origem dos estudantes da UNILA	53
Mapa 3 – Identificação dos países de origem dos estudantes da UNILAB.....	57

QUADROS

Quadro 1 – Universidades Federais criadas nos governos do PT.....	43
Quadro 2 – Competências e atribuições privativas do assistente social	114
Quadro 3 – Comparativo dos artigos 4º e 5º da Lei nº 8.662	115
Quadro 4 – Comparativo do art. 4º da Lei 8.662 e o art. 8º do Código de Ética do/a assistente social	116
Quadro 5 – Descrição do cargo técnico-administrativo em educação assistente social na UNILA e na UNILAB	116

TABELA

Tabela 1 – Porcentagem de estudantes, conforme renda mensal familiar <i>per capita</i>	99
--	----

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS	- Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ANDIFES	- Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
BM	- Banco Mundial
CCJC	- Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania
CEC	- Comissão de Educação e Cultura
CEP	- Código de Ética Profissional
CF	- Constituição Federal
CFESS	- Conselho Federal de Serviço Social
CFT	- Comissão de Finanças e Tributação
CLT	- Consolidação das Leis do Trabalho
CPLP	- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CREDN	- Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
CTAS	- Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público
ESP	- Escola Sem Partido
ENEM	- Exame Nacional do Ensino Médio
FHC	- Fernando Henrique Cardoso
FMI	- Fundo Monetário Internacional
FONAPRACE	- Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
IES	- Instituições de Ensino Superior
MEC	- Ministério da Educação
MERCOSUL	- Mercado Comum do Sul
OCDE	- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMC	- Organização Mundial do Comércio
PcD	- Pessoa com Deficiência
PDI	- Plano de Desenvolvimento Institucional
PEC	- Projeto de Emenda Constitucional
PNAES	- Programa Nacional de Assistência Estudantil
PPGSS	- Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
PPI	- Pretos Pardos e Indígenas
PRAE	- Pró-reitoria de Assuntos Estudantis
PROUNI	- Programa Universidade para Todos
PROPAE	- Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Estudantis
PT	- Partido dos Trabalhadores
REUNI	- Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SESu	- Secretaria de Educação Superior
SISU	- Sistema de Seleção Unificada
UFABC	- Fundação Universidade Federal do ABC
UFCA	- Universidade Federal do Cariri
UFCSPA	- Fundação Univ. Fed. de Ciências da Saúde de Porto Alegre
UFESBA	- Universidade Federal do Sul da Bahia

LISTA DE SIGLAS

UFERSA	- Universidade Federal Rural do Semi-Árido
UFFS	- Universidade Federal da Fronteira Sul
UFGD	- Fundação Universidade Federal Grande Dourados
UFOB	- Universidade Federal do Oeste da Bahia
UFOPA	- Universidade Federal do Oeste do Pará
FRB U	- Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFTM	- Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UFVJM	- Universidade Fed. dos Vales Jequitinhonha e Mucuri
UNIFAL	- Universidade Federal de Alfenas
UNIFESSPA	- Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
UNILA	- Universidade Federal da Integração Latino-Americana
UNILAB	- Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
UNIPAMPA	- Fundação Universidade Federal do Pampa
UNIOESTE	- Universidade Estadual do Oeste do Paraná
URSS	- União da Repúblicas Socialistas Soviéticas
UTFPR	- Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1 PROJETOS DE EDUCAÇÃO E ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: AS UNIVERSIDADES UNILA E UNILAB	23
1.1 A SOCIABILIDADE CAPITALISTA E A FUNÇÃO DA EDUCAÇÃO.....	23
1.2 O DESENVOLVIMENTO SOCIO HISTÓRICO DO BRASIL E O SISTEMA DE ENSINO SUPERIOR.	34
1.3 UMA PROPOSTA DE INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL SUL-SUL: AS UNIVERSIDADES UNILA E UNILAB.....	46
1.3.1 A Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).....	49
1.3.2 A Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira (UNILAB)	54
2 TRABALHO, “QUESTÃO SOCIAL” E SERVIÇO SOCIAL	58
2.1 TRABALHO E “QUESTÃO SOCIAL” NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA.....	58
2.2 SERVIÇO SOCIAL E TRABALHO PROFISSIONAL.....	73
3 O ESPAÇO SOCIOOCUPACIONAL E O TRABALHO DE ASSISTENTE SOCIAL NA UNILA E NA UNILAB: ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA	80
3.1 UNILA E UNILAB: O ESPAÇO SOCIOOCUPACIONAL E OS SUJEITOS DO TRABALHO	81
3.2 EXPRESSÕES DA “QUESTÃO SOCIAL” NO ESPAÇO UNIVERSITÁRIO...	91
3.3 DEMANDAS E REQUISIÇÕES PARA O TRABALHO DA/O ASSISTENTE SOCIAL NA UNILA E NA UNILAB.....	106
3.4 CONDIÇÕES DE TRABALHO E PROJETO PROFISSIONAL.....	120
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	131
REFERÊNCIAS.....	130
APÊNDICES.....	148
ANEXOS.....	155

INTRODUÇÃO

“A emancipação dos trabalhadores será obra
dos próprios trabalhadores.”
Karl Marx.

Para alcançar os objetivos propostos para esta pesquisa, partimos do pressuposto de que teoria, para Marx, é uma modalidade de conhecimento, é a reconstrução ideal – no plano do pensamento – do movimento real do objeto. Desta forma, o conhecimento teórico é o conhecimento do objeto tal como ele é em movimento. Conhecimento que tem ponto de partida na aparência do objeto e que, entretanto, requisita desvelar a essência desse objeto, apreender a estrutura e a dinâmica através de procedimentos analíticos. Este movimento permite conhecer as categorias determinantes que constituem o movimento do objeto, o qual pode ser mediado – ou manipulado – e, é por meio da mediação que se amplia o grau de reflexo em relação às leis do objeto (BATISTA, 2018). Ainda em relação ao conhecimento teórico Netto (2011) nos esclarecerá que

[...] o conhecimento teórico *é o conhecimento do objeto de - sua estrutura e dinâmica - tal como ele é em si mesmo*, na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, aspirações e das representações do pesquisador. A teoria é, para Marx, *a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa*: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa. E esta reprodução (que constitui propriamente o conhecimento teórico) será tanto mais correta e verdadeira quanto mais fiel o sujeito for ao objeto [...] (NETTO, 2011, p. 20-21, grifos do autor).

Assim, abordar sobre o trabalho de assistentes sociais nas universidades de natureza¹ internacional exige situar que tanto a educação quanto o trabalhador assistente social “padecem”, no sistema capitalista, de lógica perversa, e que, as categorias educação e trabalho possuem íntima relação. Significa que, as páginas que se seguem convidam a refletir sobre o trabalho de profissionais assistentes sociais, os quais têm no Estado principal espaço de inserção profissional atuando nas diferentes políticas públicas. Entre estas, também na política de educação, sendo o trabalho de assistentes sociais, no âmbito do ensino superior, o objeto da presente investigação, *locus* da aparência e ponto de partida desta dissertação.

¹ Observe-se que os documentos e legislações quando se referem ao aspecto de internacionalização adota a terminologia “vocação internacional”, entretanto, para o presente trabalho, faremos uso da terminologia natureza internacional.

Resultado de um breve “caminho” de estudos a presente dissertação está sujeita aos percalços - limites teóricos e analíticos - a que estão sujeitos os que se encorajam a “iniciar a caminhada”, mas também traz a certeza da necessidade de continuar a “caminhar”. Todo caminho tem um ponto de partida, o qual é marcado pela expectativa de chegada, caminho que tem um destino - nem sempre certo e muitas vezes totalmente novo, desconhecido. Assim, também a pesquisa tem um ponto de partida que, normalmente, se caracteriza como uma inquietação/ pergunta/ um problema dado pela realidade,

[...] nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática. As questões da investigação estão, portanto, relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente condicionadas. São frutos de determinada inserção no real, nele encontrando suas razões e seus objetivos (MINAYO, 1999, p.17-18).

Assim, cabe-nos esclarecer que o início, o fio condutor da presente pesquisa se localiza na realidade de trabalho da pesquisadora, isto porque, o presente estudo é sobre o trabalho de assistentes sociais na assistência estudantil na Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA e na Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, e, a pesquisadora, trabalha como assistente social, técnica administrativa em educação na UNILA desde o início do ano de 2012. Foi no processo de intervenção neste espaço sócio-ocupacional que o objeto, ora em estudo, se apresentou para a pesquisadora, requisitando maior aprofundamento teórico científico.

O compromisso ético com a pesquisa impôs o esforço, no sentido de proceder ao necessário distanciamento do objeto, enquanto espaço de trabalho, para realizarem-se as mediações necessárias. Assim, se o ponto de partida está intimamente ligado às inquietações que se apresentaram ao cotidiano do trabalho da pesquisadora os resultados aproximativos que compõem a presente dissertação são resultantes de procedimentos metodológicos de pesquisa, os quais envolveram estudos bibliográficos, documentais e pesquisa de campo com aplicação de questionário aos profissionais assistentes sociais da UNILA e da UNILAB. Cumpre registrar que as revisões bibliográficas e documentais realizadas foram determinadas pelas categorias analíticas extraídas da realidade buscando responder aos objetivos propostos para a pesquisa.

A escolha do questionário, enquanto instrumento de coleta de dados, levou em consideração a viabilidade para aplicação do mesmo considerando-se que os sujeitos da pesquisa estavam distribuídos em espaços físicos distintos e, no caso da UNILAB, muito distante da residência da pesquisadora. O questionário foi composto de 30 perguntas (abertas

e fechadas) organizadas em 03 eixos principais, sendo: I – dados de identificação dos sujeitos da pesquisa; II – dados sobre o espaço e as condições de trabalho e; III – dados sobre o trabalho profissional². O questionário foi aplicado, excluída a pesquisadora, para os profissionais assistentes sociais técnicos administrativos, que, na data da pesquisa, encontravam-se na condição de: servidores, assistentes sociais, ativos e lotados nas Pró-reitorias que atuam com a assistência estudantil das universidades UNILA e UNILAB.

Observe-se que a proposta inicial, contida no projeto de pesquisa, previa a aplicação do questionário e, um segundo momento, de coleta de informações, mediante realização de entrevista com uma amostra intencional dos sujeitos, entretanto, em razão dos prazos da pesquisa, bem como, do quantitativo de dados obtidos com os questionários, optou-se por privilegiar a análise dos dados obtidos por meio dos questionários em detrimento da aplicação da entrevista, devido à necessidade de maior investimento de tempo.

O universo da pesquisa totalizou um quantitativo de 14 profissionais assistentes sociais, com os quais realizaram-se aproximações sucessivas, em princípio com objetivo de informar sobre a pesquisa, posteriormente aplicando o questionário e dirimindo dúvidas e, por último, realizaram-se sensibilizações em relação à devolutiva dos questionários.

Cumprir esclarecer que em razão de uma realidade dinâmica, quando da aplicação dos questionários, deparamo-nos com situações de afastamentos em razão de: licença maternidade; afastamentos para capacitação – mestrado; colaboração técnica em outra instituição e; servidor cedido para exercício de função em outro órgão público. Estas situações demandaram alguns cuidados quanto aos esclarecimentos em termos de demarcar o espaço sócio ocupacional alvo da pesquisa, além de sensibilização quanto à devolutiva dos questionários. Realizou-se esforço no sentido de fidedignidade ao universo proposto desde o projeto de pesquisa - servidores, assistentes sociais, ativos, lotados nas Pró-reitorias que atuam com a assistência estudantil da UNILA e da UNILAB – por entender que, os afastamentos fazem parte da dinâmica de trabalho, e que, mesmos que estes servidores – em afastamentos, não estejam, temporariamente, cumprindo carga horária nas instituições pesquisadas, os mesmos compõem o quadro de servidores destas instituições, possuem a vivência do trabalho nestes espaços e, salvo alterações nos pedidos de afastamentos, retornarão ao trabalho nestes espaços. Ou seja, trata-se de uma realidade, de um objeto em movimento. Minayo (1999, p. 21-22) nos dirá que a pesquisa qualitativa,

² Para melhor apreensão quanto aos aspectos e conteúdos presentes no questionário consultar o apêndice A.

[...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes.

Neste sentido, o presente trabalho dissertativo apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Unioeste – *Campus* de Toledo, ao se incumbir de trazer para a reflexão o trabalho de assistentes sociais na assistência estudantil das universidades federais UNILA e UNILAB, realiza esforços para interpretar a cotidianidade da vida desses profissionais, partindo do pressuposto Lucakacsiano, de que não há sociedade nem ser humano sem vida cotidiana (NETTO, 2012, p. 67).

Apreender sobre o trabalho profissional pressupõe um mínimo de conhecimento a respeito das instituições onde estes profissionais estão inseridos, assim, observa-se que, a UNILA localiza-se na cidade de Foz do Iguaçu – PR, conta com 08 profissionais assistentes sociais lotados na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, dentre estes a pesquisadora, que foi excluída da contagem do universo de pesquisa. A UNILAB possui dois *campi* no Estado do Ceará, nas cidades de Redenção e Acarape e um *campus* no Estado da Bahia na cidade de São Francisco do Conde, conta com o total de 07 profissionais assistentes sociais ligados às ações de assistência estudantil. Ambas as universidades foram criadas no ano de 2010 e ofertam metade das vagas dos seus cursos para estudantes dos demais países da América latina, no caso da UNILA, e de países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP³, no caso da UNILAB.

Se por um lado, a escolha da UNILA, enquanto campo de pesquisa se dá, claramente, por ser o espaço de trabalho da pesquisadora, portanto, local onde se materializou as inquietações que deram origem a pesquisa, a escolha da UNILAB justifica-se pela similitude, em termos de projeto, com a UNILA. Ou seja, trata-se de uma universidade que, assim como a UNILA, se propõe a integração internacional e realiza reserva de 50% das vagas em seus cursos de graduação para o ingresso de internacionais provenientes dos países africanos lusófonos. A característica em comum, de internacionalização/integração, traz ao Serviço Social, das duas instituições, algumas inquietações semelhantes, o que tem levado os profissionais a troca de experiências. Assim, após anuência dos gestores das áreas de assistência estudantil, de ambas as universidades⁴, e após tramitação e aprovação do projeto

³ Os países que compõem a CPLP são: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste.

⁴ Ver anexo B.

de pesquisa junto ao Comitê de Ética da Unioeste⁵, os questionários da pesquisa, juntamente com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido⁶ e demais esclarecimentos a respeito da pesquisa foram encaminhados para o e-mail institucional de cada profissional das duas instituições, sendo que, do universo de 14 sujeitos 11 responderam a pesquisa.

Ressalte-se que, na construção do questionário, no direcionamento dado aos estudos bibliográficos e documentais, bem como, a redação da presente dissertação tem como orientação principal o problema de pesquisa, o qual buscou apreender sobre a especificidade do trabalho dos profissionais assistentes sociais em um contexto de demandas advindas de instituições que possuem em comum a característica de um público proveniente de diferentes nacionalidades e, ainda, o compromisso de promover a integração internacional. O problema de pesquisa foi expresso pelo questionamento: ***Qual a particularidade das demandas e requisições postas aos assistentes sociais da UNILA e da UNILAB no que se refere ao atendimento aos estudantes de diferentes nacionalidades?*** Para dar conta de responder ao problema de pesquisa, estabeleceu-se como objetivo geral: *Apreender e analisar o trabalho dos/as assistentes sociais no atendimento aos estudantes de diferentes nacionalidades na UNILA e UNILAB*, objetivo este que se desdobrou nos objetivos específicos que são: I – Identificar as diferentes nacionalidades dos estudantes das universidades UNILA e UNILAB; II - analisar qual a compreensão, conhecimento e estrutura possuem os assistentes sociais para o atendimento aos estudantes de diferentes nacionalidades; III - Analisar o significado do trabalho dos/as assistentes sociais no atendimento aos estudantes considerando a realidade do sistema de ensino e a particularidade do atendimento a estudantes de diferentes nacionalidades na UNILA e na UNILAB.

Assim, é imerso nas determinações/contradições da condição de trabalhador do sistema de educação, no sistema capitalista, que se dá o cotidiano do trabalho profissional de assistentes sociais. Ou seja, inserido na perversa lógica do sistema capitalista neoliberal impõe-se, ao trabalhador assistente social, o desempenho da seletividade e controle da classe trabalhadora no acesso e manutenção de condições mínimas de permanência nas universidades, ao mesmo tempo, e por meio da autonomia profissional relativa, estão dadas as possibilidades de respostas às expressões da “questão social” – ampliação do acesso a bens e serviços para a classe trabalhadora – e a possibilidade do exercício da dimensão educativa emancipatória. É inserido neste contexto, que entendemos a relevância do estudo sobre o trabalho profissional.

⁵ Ver anexo A.

⁶ Ver apêndice B.

Assim, o significado primeiro da pesquisa refere-se à inserção profissional, ou seja, a necessária qualificação profissional. Em segundo lugar, refere-se aos profissionais sujeitos e às instituições campo da pesquisa ao passo que traz reflexões que podem contribuir para qualificar os processos de trabalho dos profissionais nas instituições materializando ganhos aos usuários e, finalmente, para o Serviço Social, enquanto categoria profissional. O debate, sobre o trabalho profissional em instituições de natureza internacional é quase inexistente.

As ações de assistência estudantil tem sido objeto de várias pesquisas nos últimos anos⁷ o que motivou-nos “ir mais adiante”, e abordar sobre o trabalho do assistente social neste campo de atuação, dando especial atenção a essa “política de internacionalização - SUL a SUL pela educação”, a qual deu origem às duas instituições. Assimilar intencionalidades, - universidades nacionais abertas a estudantes oriundos de outros países – e, neste contexto, como os profissionais do Serviço Social tem concebido contribuído ou não, através de seu exercício profissional, para estes projetos, e ainda quais estratégias são utilizadas por estes profissionais em seu cotidiano de trabalho, especialmente, quando tratamos de atendimento aos estudantes de várias nacionalidades, em síntese estas são inquietações que orientam esta pesquisa.

Abordar sobre o trabalho de assistente social em suas dimensões ético política, teórico metodológica e técnico operativa, remete-nos aos fundamentos do Serviço Social, fortalecendo-o ao evidenciar sobre a atuação profissional em instituições de características contemporâneas, considerando-se ainda que, não foi localizado estudos significativos referentes a este tema, trabalho de assistente social na educação em atendimento a usuários de diferentes nacionalidades, o que torna a pesquisa relevante, com vista a contribuir com o debate e a construção de conhecimentos para estes espaços de atuação profissional.

Pensar o trabalho profissional requisita comprometimento para a autorreflexão, o que, não se constitui tarefa fácil, isso talvez justifique o fato de que grande parte dos estudos da categoria profissional se limite a analisar os espaços sócio-ocupacionais abordando mais sobre as políticas sociais onde o Serviço Social está inserido e menos sobre o próprio trabalho profissional. A este respeito Couto, Silva e Torres (2019) em estudo realizado a respeito dos

⁷ A título de exemplo destacam-se as dissertações realizadas no âmbito do Programa de Mestrado em Serviço Social – PPGSS da UNIOESTE – *Campus* de Toledo, defendidas entre os anos de 2015 a 2018 e que discorrem diretamente sobre o tema da Assistência Estudantil totalizando 04 produções, a saber: A contradição das classes sociais presentes no ensino superior: considerações sobre assistência estudantil (DURAT, 2015); Acesso e permanência da classe trabalhadora na universidade pública: contradições de uma conquista (POGGERE, 2017); Acesso e permanência estudantil na Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Realeza - PR: uma equação possível? (SCHER, 2017); Assistência estudantil no ensino superior: uma análise do Programa Auxílio Estudantil da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, *Campus* Toledo (SENGER, 2018).

trabalhos apresentado nos Encontros Nacionais de Pesquisadores/as em Serviço Social - ENPESS 2014 e 2016 nos esclarecem que,

[...] analisados os artigos apresentados na modalidade comunicação oral, publicadas nos ENPESS de 2014, realizado na cidade de Natal – RN e o ENPESS de 2016, realizado na cidade de Ribeirão Preto – SP. Nos ENPESS citados foram publicados 1719 (hum mil setecentos e dezenove) trabalhos completos na modalidade comunicação oral; 187 (cento e oitenta e sete) apresentados em forma de pôster. Identificou-se também que 50 (cinquenta) comunicações foram apresentadas nas Mesas Coordenadas. Analisando o conjunto aqui apresentado, 95 (noventa e cinco) trabalhos completos trataram do trabalho do assistente social. Este número representa 4% do total dos trabalhos completos publicados. Os trabalhos analisados foram selecionados a partir das seguintes palavras chaves: exercício profissional – trabalho do assistente social – prática profissional – ação profissional. A leitura dos trabalhos foi direcionada para duas questões: as informações que deram origem e sustentação ao artigo e o modo como os autores apresentaram as discussões acerca do trabalho do assistente social [...] foi possível identificar que os autores dos trabalhos partem majoritariamente da revisão de literatura, [...] (COUTO, SILVA; TORRES, 2019, p.2).

Considerando o exposto, e reconhecendo a relevância da apropriação sobre os espaços de inserção profissional – políticas públicas –, a presente pesquisa busca avançar para uma mediação em relação ao trabalho profissional, compreendendo que este é um espaço ocupacional novo e também responsável por significativa ampliação do campo de inserção para os/as assistentes sociais na política de educação, especialmente, em razão do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.

Neste sentido, o primeiro capítulo aborda sobre as contradições da sociedade capitalista e do sistema de ensino, aborda sobre o tema educação no Brasil, com ênfase no ensino superior trazendo para a reflexão uma proposta de pensar a educação como uma dimensão da vida social que se relaciona com o mundo do trabalho, e que, está inserida no contexto contraditório da sociedade de classes. Assim, o conteúdo problematiza sobre os fundamentos da educação como instrumento para emancipação e/ou reprodução da organização capitalista. Aborda sobre o desenvolvimento do país, enquanto nação/colônia, e a forma como foi concebido e estruturado o sistema de educação brasileiro. Discorre sobre a política de expansão, democratização do ensino superior ocorrida nos governos do Partido dos Trabalhadores - PT, em um contexto de disputa em âmbito político, econômico e social, bem como, traz para o debate a particularidade das instituições UNILA e UNILAB, espaço do trabalho dos profissionais assistentes sociais sujeitos da pesquisa.

O segundo capítulo está estruturado de forma a se pensar as categorias: trabalho, “questão social” e Serviço Social. Assim, aborda em princípio, sobre a categoria trabalho em sua dimensão ontológica, como categoria central para constituição do ser social, instrumento de mediação homem-natureza, trabalho humano com finalidade e capacidade teleológica. Na sequência, aborda sobre o trabalho no modo de produção capitalista onde se estrutura a relação de compra e venda da força de trabalho, relação esta que leva essa categoria – trabalho - a uma dimensão negadora do humano através de uma relação de domínio e expropriação por parte do capital em relação à força de trabalho do proletariado com instauração da alienação e estranhamento do homem pelo homem, uma sociabilidade que gera riqueza para o capital e miséria para a classe trabalhadora denominada “questão social”.

O capítulo aborda ainda, sobre o Serviço Social enquanto atividade realizada na esfera pública, ou seja, trabalho de assistentes sociais da UNILA e da UNILAB. Em resumo, trabalho ligado à preparação de outra força de trabalho – para inserção desta na esfera produtiva e/ou reprodutiva. Trata ainda sobre a gênese do Serviço Social, profissão que surge relacionada à sociedade burguesa e tem na “questão social” a razão de existir.

O terceiro capítulo apresenta o espaço sócio ocupacional da UNILA e da UNILAB e o trabalho profissional preocupando-se em evidenciar os dados da pesquisa realizada com os profissionais assistentes sociais além de fazer uma reflexão sobre o trabalho profissional neste espaço sócio ocupacional. Neste sentido, e considerando os dados da realidade o capítulo delinea algumas apreensões, as quais são apresentadas/ analisadas em quatro tópicos centrais, conforme segue:

I – UNILA e UNILAB: o espaço e os sujeitos do trabalho: este tópico apresenta dados referentes ao espaço e a estrutura das instituições campo de pesquisa, além de aspectos em relação aos sujeitos da pesquisa, evidenciando quem são os trabalhadores assistentes sociais das instituições citadas;

II – expressões da “questão social” no espaço universitário: aborda sobre o trabalho dos/as assistentes sociais quanto ao atendimento a um público internacional bastante significativo e diversificado discorrendo sobre as diferentes formas como a contradição capital trabalho, as expressões da “questão social”, se manifestam no âmbito do espaço universitário;

III – demandas e requisições para o trabalho de assistentes sociais na UNILA e na UNILAB: ocupa-se de aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais que permeiam o cotidiano de trabalho dos/as assistentes sociais e que se apresentam por meio das demandas

advindas dos usuários da política de educação e também por meio de requisições apresentadas ao serviço social pelas gestões das instituições e por órgãos fiscalizadores;

IV – condições de trabalho e projeto profissional: neste item se evidencia as condições objetivas e as habilidades profissionais, os compromissos de trabalhadores assistentes sociais no sentido de interpretar as demandas e materializar respostas que atendam aos usuários dos serviços, expressa ainda a vinculação ao projeto ético-político profissional e a defesa de outra ordem social sem dominação e exploração.

Finalmente, nas considerações finais realiza-se um esforço de retorno ao ponto de partida com o objetivo de realizar a síntese do processo de investigação, evidenciar achados da pesquisa e reflexões que emergiram e que podem ensejar a continuidade da grande “aventura do conhecimento”.

Assim, as paginas que se seguem pretendem contribuir para uma reflexão crítica sobre o trabalho de assistentes sociais no âmbito do ensino superior e também, em consonância com ANTUNES (2020) que nos alerta, o trabalho está *sob fogo cruzado*! Não poderia deixar de registrar minha solidariedade com as vítimas da Covid – 19. Neste momento histórico de gravíssima crise sanitária vivenciada pela pandemia do vírus da Sars-CoV-2, momento de necessário distanciamento social e, particularmente no Brasil, com crise político-econômica, o esforço coletivo e a luta da classe trabalhadora é pela vida.

1 PROJETOS DE EDUCAÇÃO E ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: AS UNIVERSIDADES UNILA E UNILAB

O objeto em pesquisa, *Trabalho de assistentes sociais na assistência estudantil das universidades federais UNILA e UNILAB*, requisita aproximações com outras categorias históricas, em razão da intrínseca relação que mantém com estas. Assim, este primeiro capítulo aborda sobre temas relacionados à sociabilidade posta no modo de produção capitalista, os fundamentos que orientam para a produção e/ou manipulação do conhecimento e sobre a educação no Brasil. O estudo tem como ênfase o ensino superior, apresentando a história e contexto de criação das instituições campo de pesquisa, as universidades UNILA e UNILAB. Tais conteúdos possibilitam importante reflexão, o que pode ser potencializado se associado ao conteúdo abordado nos demais capítulos.

Neste sentido, a proposta é pensar a educação como uma dimensão da vida social que se relaciona com o mundo do trabalho e que está inserida no contexto contraditório da sociedade de classes. Com base nesta premissa, apresentam-se neste capítulo inicialmente os aspectos ligados aos fundamentos da sociedade capitalista, aspectos referentes à historicidade do país e do sistema de ensino superior brasileiro e os fundamentos do ensino para emancipação e para reprodução da força de trabalho. Ademais, são apresentadas ainda as especificidades de ambas as instituições, espaços de trabalho dos profissionais assistentes sociais sujeitos da pesquisa.

1.1 A SOCIABILIDADE CAPITALISTA E A FUNÇÃO DA EDUCAÇÃO

Coutinho (1972), ao abordar sobre o tema miséria da razão, descreve a manipulação realizada pelos teóricos a serviço do capital e as consequências em termos da perda da racionalidade por parte da classe trabalhadora. O autor expressa o empobrecimento das categorias racionais, reduzidas a simples regras formais que passam a operar por meio de uma práxis manipulatória. Esse processo significa que a filosofia da decadência rompe/nega as teorias: humanismo, historicismo e Razão dialética. Em resumo: transforma toda construção acadêmica em ideologia. No lugar do humanismo, surge o individualismo, que nega a sociabilidade humana, ou seja, transforma o homem em coisa; no lugar do historicismo, ocorre a pseudo-historicidade ou desistoricização do movimento real do objeto; no lugar da Razão dialética, tem-se o irracionalismo, negação da contradição do objeto. Segundo Coutinho,

As categorias do humanismo, do historicismo e da Razão dialética são os únicos instrumentos capazes de fundar cientificamente a ética e a ontologia. Por isso, a tendência ideologizante da decadência começa exatamente por romper com tais categorias (COUTINHO, 1972, p. 16-17).

Quando Coutinho (1972, p. 22) afirma que “[...] a filosofia da decadência torna-se, cada vez mais, um pensamento imediatista, centrado nas aparências fetichizadas da realidade[...]”, trata do abandono de uma trajetória filosófica baseada na razão, ou seja, da ruptura que ocorreu no interior da filosofia burguesa. Em síntese, para entender essa nova forma de objetividade é importante ter em mente que o capitalismo alterou a relação feudal do trabalho: no lugar do servo, tem-se o homem “livre”; com a industrialização, altera-se a organização do trabalho – do trabalho artesanal ao trabalho no interior da fábrica. Essas alterações levam ao desenvolvimento de novas categorias e à perda do conhecimento do processo de produção enquanto totalidade, o trabalhador perde o movimento real do objeto. Observa ainda o autor que os elementos de poder da antiga ordem seguem com o **homem egoísta do feudalismo** como base para o **novo homem burguês** (grifos nossos).

A divisão do trabalho no capitalismo é contraditória, transforma o trabalhador em mercadoria; de igual forma, o próprio modo de produção capitalista, que socializa o trabalho e apropria individualmente a riqueza socialmente produzida, é contraditório. Evidenciar essas contradições significa “dar armas teóricas” ao movimento da classe operária, que agora possui um projeto de classe. Assim, o pensamento burguês, sem conseguir dar conta da verdade objetiva, transforma-se numa justificação teórica do existente, deixando de lado a justificação histórica e econômica que até então possui importância filosófica: ocorre uma inversão do pensamento burguês (COUTINHO, 1972).

A incapacidade de o pensamento burguês apreender a essência da realidade no modo de produção capitalista está relacionada a uma opção de classe, mas, principalmente, diz respeito ao fato de que, no capitalismo, a práxis humana assume posição contrária ao próprio humano, ou seja: quanto mais avança o domínio do capital, mais se acentua a relação de alienação em que todas as relações sociais dos homens tornam-se relações entre coisas. Ocorre uma cisão entre a essência e a existência dos homens, o imediatismo e o espontaneísmo escondem o real, e é no nível da imediatez que o pensamento decadente opera sem realizar crítica, sem problematizar e sem buscar a essência da contradição do modo de produção capitalista e da divisão social do trabalho.

Assim, no modo de produção capitalista a categoria trabalho assume dimensão negadora do humano: não existe ser social, existe mercadoria e como mercadoria não tem história, não tem totalidade. O humano, em estado tão avançado de destruição, se desenvolve

na destruição da razão (come, bebe, dorme, procria), operando a negação da razão. Em outros termos, o metafísico adquire centralidade na vida humana, ou seja, as vidas passam a ser conduzidas com base em credos religiosos – Deus como princípio meio e fim. Não existe ligação com o real concreto. Aliás, a religião, além de gerir a vida do homem, torna-se mercadoria, a mercadoria mais vendida do mundo, assim, tanto a sorte quanto a desgraça humana adquirem explicação divina; o que é funcional ao capital (COUTINHO, 1972).

Outro aspecto a ser destacado para apreender a lógica do capital diz respeito ao fenômeno da burocratização, instrumento criado pelo capitalismo no sentido de ocultar o real, ocultar a totalidade, desumanizar as relações sociais e que desempenha função de manter os indivíduos no âmbito do imediatismo e espontaneísmo. “A burocratização, assim, aparece como um momento da alienação, na medida em que fetichiza determinados elementos da ação humana, transformando-os em ‘regras’ formais pseudo-objetivas” (COUTINHO, 1972, p. 27). A burocracia transforma as relações sociais em papéis, formulários, legislações, procedimentos e critérios com vistas a diminuir custos e a ampliar o lucro, sem considerar as relações entre os humanos.

A burocracia assume, enquanto princípio, o econômico, o lucro, e passa a desumanizar/esvaziar as relações humanas. A práxis torna-se mera atividade técnica de manipulação, a objetividade é fragmentada em dados e a razão torna-se um conjunto de regras formais sem conteúdo; em resumo: todos os momentos significativos da vida humana são tomados pela irracionalidade. “[...] o burocratismo é um fenômeno fundamental da sociedade capitalista [...]. O burocratismo se liga à espontaneidade [...]” (COUTINHO, 1972, p. 30). Significa que, conscientes ou não, as ações do cotidiano se dão por meio de fundamentos positivistas, tendo na burocracia um dos instrumentos operacionais em que se opera o empobrecimento das várias esferas da vida humana.

Assim, no positivismo o caminho da ciência verdadeira perde a importância. Ocorre o distanciamento em relação ao objeto e o que importa é a aplicabilidade prática. A cientificidade passa a ser manipulada ou substituída pela religião; os fins determinam os meios; o positivismo coloca no mesmo nível o imediato e o científico, abandona-se a ontologia humana e a concepção dialética da história, culminando no total abandono da razão. Assim,

A razão, em suma, deixa de ser a imagem da legalidade objetiva da totalidade real, passando a confundir-se com as regras formais que manipulam “dados” arbitrariamente extraídos daquela totalidade objetiva. O paralelismo entre esse empobrecimento da Razão e o esvaziamento da práxis na atividade burocrática não é casual. A “miséria da Razão” é a expressão

teórica – deformada e deformante – do mundo burocratizado do capitalismo (COUTINHO, 1972, p. 38).

Refletir, neste momento temporal (século XXI), sobre a força do estruturalismo significa ter olhos abertos para as formas degradantes de vida em que está inserida a classe trabalhadora. Não estamos nos referindo somente à forma como os detentores dos meios de produção exploram a “mercadoria” força de trabalho – com baixos salários, jornadas extenuantes e péssimas condições de trabalho. Referimo-nos também à naturalização com que o capital descarta o que não lhe é útil, expropria da classe trabalhadora suas potencialidades, conduz o trabalhador a um processo alienante em que os sujeitos são orientados a competir pela própria sobrevivência. Além disso, fazendo uso de correntes ideológicas, incute nos trabalhadores sua lógica perversa, levando naturalização às diferentes expressões da “questão social”⁸, os “frutos” da contradição do capital.

O humano foi anulado: não temos relações sociais, não temos individualidade, aceitamos passivamente as formas de coerção/dominação do sistema e reproduzimos em nossas relações o individualismo, o imediatismos, a responsabilização dos sujeitos pelas condições de não trabalho, de não direitos, de “não” vida a que estamos submetidos. Para exemplificar, basta pensar a lógica nos objetivos e na burocracia presentes nas diferentes políticas públicas: tanto os espaços como as ações dos diferentes trabalhadores cumprem função estratégica de manutenção/reprodução da ordem posta.

A miséria da razão tomou tamanho tal que pensar a forma duradoura e perversa de opressão que o capitalismo internalizou nos sujeitos tornou-se um processo doloroso a que se dedicam poucos. Não por acaso, o estruturalismo é contrário ao pensamento dialético e almeja a desconstrução do humanismo marxista e a pregação do fim da história. O pensamento dialético não se conforma com a aparência; ao contrário, questiona, busca a contradição do objeto, almeja a essência. De fato, a ideologia estruturalista nega o humanismo marxista, são correntes antagônicas. Marx é vinculado à vertente revolucionária, apreende a natureza, a estrutura e a dinâmica da sociedade burguesa com vistas a ultrapassá-la e busca a autoconsciência do ser social. O estruturalismo, por sua vez, nega o ser social, não quer trabalhadores pensantes, trabalhadores com consciência de classe, vez que este é o caminho para superar a ordem do capital.

⁸ “Questão Social” “[...] conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade [...]” (IAMAMOTO, 2001, p. 27).

Aspecto ainda a ser considerado diz respeito ao fato que não só vivemos em uma sociedade de classes, mas, também, que o Estado está a serviço da classe burguesa. Marx, em **sobre a questão judaica**⁹, já nos evidenciava que a emancipação política pode significar um grande avanço. Entretanto, não pode ser confundida com emancipação humana. O questionamento central é que emancipação se está defendendo. Marx (2010 p. 38) esclarece: a emancipação política não elimina as contradições de uma sociedade de classes, não interfere na lógica posta ao Estado de defesa da propriedade privada e por consequência defesa dos direitos do homem burguês, o “[...] Estado como Estado não professa nenhuma religião, mas, ao contrário, professa-se Estado [...]”. Marx nos advertirá ainda que, nesta relação, ocorre um distanciamento do homem em relação a si mesmo, uma cisão, entre o homem público e o homem privado,

[...] Onde o Estado político atingiu a sua verdadeira forma definitiva, o homem leva uma vida dupla não só mentalmente, na consciência, mas também na realidade, na vida concreta; ele leva uma vida celestial e uma vida terrena, a vida na comunidade política, na qual ele se considera um ente comunitário, e a vida na sociedade burguesa, na qual ele atua como pessoa particular, encara as demais pessoas como meios, degrada a si próprio à condição de meio e se torna um joguete na mão de poderes estranhos a ele. A relação entre o Estado político e a sociedade burguesa é tão espiritualista quanto à relação entre o céu e a terra [...] (MARX, 2010, p. 40).

Assim, evidenciam-se os limites da democracia do Estado burguês, que levaram o homem a se perder de si mesmo, se perder da sociabilidade, da razão, do humano genérico. A forma de organização da sociedade burguesa apresenta-nos um homem corrompido e alienado envolto em relações desumanas em que a vida política resume-se à defesa da propriedade, em

⁹ Destacamos a relevância da obra *Sobre a questão judaica*, escrita por Marx em 1843, como uma resposta ao teórico Bruno Bauer, sobre crítica que o referido autor realizou em relação ao tema da emancipação política dos judeus. Para Marx, em *Sobre a questão judaica* a pergunta central é: *de que tipo de emancipação se trata?* (p. 36) O autor chama a atenção para a necessidade de um exame das relações entre o Estado e a sociedade civil e apresenta argumentos em relação ao que denomina de *limites da emancipação política*, os quais, em outros termos, podem ser resumidos da seguinte forma: a) a emancipação do Estado em relação à religião não significa a emancipação dos homens da religião, pois, mesmo que o Estado se liberte de um limite – religião – isso não significará a libertação dos homens: “O limite da emancipação política fica evidente de imediato no fato de o Estado ser capaz de se libertar de uma limitação sem que o homem realmente fique livre dela [...]” (p. 38-39); b) ainda que o Estado seja laico, a condição de mediação permanece posta, ou seja: “O Estado é o mediador entre o homem e a liberdade do homem” (p. 39); c) a emancipação política não elimina os elementos materiais contrários à emancipação humana, ou seja, a emancipação política não elimina as contradições de uma sociedade de classes que tem sua base na propriedade privada; d) estabelece-se uma dualidade de interesses entre o universal e o particular e também uma separação entre Estado e sociedade civil, que culminam em um distanciamento do homem de si mesmo pelo Estado: “O homem leva uma vida dupla não só mentalmente, na consciência, mas também na realidade, na vida concreta” (p. 40), perdido da sociabilidade, da razão, do humano genérico. Estes argumentos expressam os limites da emancipação política ao tempo que materializam uma clara crítica, realizada por Marx, ao Estado (MARX, 2010).

que a liberdade é restrita ao direito de posse e que as relações sociais se dão no âmbito do individualismo, concorrência, compra e venda. Tonet (2005) contribui com nosso tema, ao evidenciar que a liberdade tem início com o fim do trabalho imposto pela necessidade e coação, com o fim de todas as formas de alienação e de dominação, numa relação de trabalho associado em que o humano tenha domínio consciente sobre o processo de autoconstrução. O autor esclarece que a liberdade plena não está relacionada a um “ponto de chegada”, mas com uma forma/estágio de sociabilidade, para o qual, o conhecimento é extremamente necessário, conforme se apreende pelas palavras do autor,

[...] Entendemos que a plena liberdade implica a apropriação teórica do objeto até o limite em que ela permita ao sujeito ser o elemento regente do processo. É claro que, mesmo neste nível, sempre faltarão aspectos que poderão ser agregados num movimento futuro de aprofundamento. Mas, o que não pode acontecer é que os aspectos ausentes sejam de molde a comprometer a regência do sujeito no processo ativo. Pois, um dos elementos que, durante toda trajetória da humanidade, barrou a possibilidade de um agir plenamente livre foi exatamente a impossibilidade – quer pela falta de acumulação de conhecimento quer pela existência de obstáculos gerados pelo estranhamento – de capturar o conjunto das determinações essenciais da realidade objetiva. Esta impossibilidade está superada – repitamos, não como algo pronto e acabado, mas como determinados fundamentos histórico-sociais e epistêmicos configuradores de um horizonte ilimitado – numa sociedade efetivamente emancipada. Pois, neste momento, já se fazem presentes tanto uma vasta gama de conhecimentos passados quanto a superação daqueles obstáculos originados do estranhamento (TONET, 2005, p. 111).

Tonet (2005) adverte ainda que embora o conhecimento – científico – seja extremamente relevante, não é suficiente; ou seja, é necessário que as condições para o livre agir estejam dadas pela realidade objetiva, na realidade social. Observe-se que, é essa liberdade plena, vinculada a valores humano-genérico, que deve orientar o trabalho do/a assistente social, conforme prevê o Código de Ética Profissional (1993): “Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais” (CFESS, 2012, p. 23).

Partindo do exposto por Lukács (1997), veremos que o ser social é constituído através do processo de trabalho, ou seja, o ser humano transforma a natureza para satisfazer suas necessidades e, neste processo, transforma-se a si mesmo. Este trabalho, que permite ao ser humano transformar e ser transformado, não é qualquer trabalho, ele possui finalidade, o que permite ao ser social distinguir-se dos demais animais – abordaremos sobre a categoria trabalho com maior atenção no segundo capítulo, por ora, cumpre resumir que, ao transformar

a natureza, criando e aperfeiçoando instrumentos, temos aprendizagem, conforme, também, nos aponta Silva:

Como atividade ontocriativa, o trabalho humano pressupõe a aprendizagem de determinados processos necessários para a transformação das matérias-primas em valores de uso e a capacidade de idealizar o fim da tarefa antes de sua realização. A teleologia do trabalho distingue o homem enquanto ser genérico na natureza em seu ato de criar e recriar-se de acordo com as condições históricas de seu tempo (SILVA, 2013, p. 132-133).

Entende-se que, por meio do trabalho, a educação é parte constitutiva mediadora da práxis humana. É neste espaço que a dimensão ideológica, a forma de pensar o fazer, ocorre cotidianamente. É também nesta instância que o trabalho permite que as ações humanas materializem suas teleologias. No entanto, sob a direção do projeto societário burguês, espaço contraditório, os elementos que estruturam o arcabouço educacional ganham, cada vez mais, formato também contraditório (LUKÁCS, 1997).

A contradição é evidenciada a partir do entendimento que a educação no sistema capitalista é mercadoria e ao mesmo tempo instrumento de reprodução deste sistema¹⁰. Desenvolve papel ideológico funcional à lógica de exploração, dominação e lucro acentuando o nível de desigualdade social, uma vez que, para além de preparar a mão de obra de acordo com as exigências do mercado, transmite valores que legitimam os interesses da classe burguesa (MÉSZÁROS, 2008).

A educação institucionalizada [...] serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à maquinaria produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas [...] (MÉSZÁROS, 2008, p. 35).

Mészáros (2008), ao apontar a ligação entre os processos educacionais e os processos de reprodução do capital, evidencia que alterar o sistema educacional requer a correspondente transformação da ordem social sob a qual se desenvolvem as práticas educacionais. Ou seja, as reformas do sistema educacional propostas até então podem, quando muito, alterar sequelas presentes no sistema educacional, mas não alteram o que o autor chama de “*fundamentos*

¹⁰ Nesta nova fazer do capitalismo contemporâneo “O conhecimento-mercadoria voltado para a economia e para o mercado é uma parte dos resultados da ciência em seu novo paradigma. Trata-se de conhecimento pronto para ser transformado em produtos de alta tecnologia, novos processos de produção e serviços e está relacionado à possibilidade de lucros imediatos no âmbito econômico. (SILVA JR.; SGUISSARDI. 2020, p. 15).

causais antagônicos” do sistema capitalista. O que melhor se compreende nas palavras do autor:

A razão para o fracasso de todos os esforços anteriores, e que se destinavam a instituir grandes mudanças na sociedade por meio de reformas educacionais lúcidas, reconciliadas com o ponto de vista do capital, consistia – e ainda consiste – no fato de as determinações fundamentais do sistema do capital serem *irreformáveis*. [...] o capital é irreformável porque pela sua própria natureza, como totalidade reguladora sistêmica, é totalmente *incorrigível* (MÉSZÁROS, 2008, p. 26-27, grifos do autor).

Partindo do exposto pelo autor, entende-se que o sistema capitalista utiliza-se do mecanismo da internalização para assegurar sua produção/reprodução, assim, a educação é mais um mecanismo que visa a interiorizar nos indivíduos as regras do capital como sendo próprias desses. Tonet (2012, p. 54) nos alerta que a educação é resultado da luta de classes e está sempre sob a hegemonia da classe dominante. Ou seja, no marco da sociedade capitalista, a educação expressa a perspectiva burguesa, impondo enquanto “[...] objetivos fundamentais a formação para o trabalho (mão de obra para o capital) e a educação para a cidadania e a democracia (a estruturação de uma concepção de mundo de ideias, de valores adequados para a reprodução desta ordem social)”.

Em outros termos, no sistema capitalista, a educação, em grande proporção, cumpre função de qualificar para o trabalho/mercado e, ainda, é transformada em mercadoria, em um processo de intensa alienação que escraviza a consciência da classe trabalhadora.

Vivemos sob condições de uma desumanizante alienação e de uma subversão fetichista do real estado de coisas dentro da consciência (muitas vezes também caracterizada como “reificação”) porque o capital não pode exercer suas funções sociais metabólicas de ampla reprodução de nenhum outro modo. Mudar estas condições exige uma intervenção consciente em todos os domínios e em todos os níveis da nossa existência individual e social [...] os seres humanos devem mudar “completamente as condições de sua existência industrial e política, e, conseqüentemente, *toda a sua maneira de ser*” (MÉSZÁROS, 2008, p. 59, grifos do autor).

É, portanto, no processo de desalienação que a educação pode desenvolver papel fundamental. Para Marx, retomando o exposto por Lukács (1997), os homens se autocriaram por meio do trabalho. No entanto, ainda vivem a pré-história da humanidade e só alcançarão um estágio superior quando chegarem ao comunismo, onde se dará o início real da explicitação das energias autenticamente humanas, reproduzidas pelo desenvolvimento ocorrido até então. Para chegar a este estágio, faz-se necessária a completa dominação do trabalho por parte da humanidade, bem como que o trabalho, para além de meio de vida, se

torne a primeira necessidade da vida e, ainda, que a humanidade supere todas as formas de coerção: dessa forma estará aberto o caminho para a atividade humana como fim autônomo.

Tonet (2012) nos dirá que a educação encontra-se em uma encruzilhada e que as alternativas são, em primeiro plano, vinculação da educação com a melhoria desta ordem social, em um entendimento de que o capitalismo pode ser reformado/melhorado, ampliando a cidadania – num grave equívoco, como se cidadania fosse sinônimo de liberdade, ou seja, esta alternativa representa uma educação que contribui com a ordem social vigente –; a segunda alternativa se vincula ao entendimento da necessidade de superação desta ordem social por meio da revolução, tendo como horizonte a emancipação humana. Para o autor, é importante ter claro que no capitalismo a educação está sob hegemonia da burguesia. Assim, não se pode supor a estruturação de um sistema geral “largamente praticável” de educação vinculado à emancipação humana, mas são possíveis “*atividades educativas* de caráter emancipador”, o que requer uma formação radicalmente crítica, onde se tenha acesso “ao que de mais profundo a humanidade produziu até hoje em termos de conhecimento” (p. 57). É necessário reconhecer o campo da educação como um espaço de lutas que se encontra em constante disputa, e que não é o responsável pela revolução, mas que tem possibilidade de contribuir para “realizar o que é possível, ainda que este pareça pouco, mas na direção certa” (TONET, 2012, p. 36).

Relacionando trabalho e educação, Sader (2008), ao prefaciar o livro *Educação para além do capital*, chama a atenção para a necessidade de restabelecer os vínculos entre trabalho e educação,

[...] digam-me onde está o trabalho em um tipo de sociedade e eu te direi onde está a educação. Em uma sociedade do capital, a educação e o trabalho se subordinam a essa dinâmica, da mesma forma que em uma sociedade em que se universalize o trabalho [...] somente aí se universalizará a educação (SADER, 2008, p. 17).

Donde se entende que a educação no sistema capitalista desempenha papel no sentido de interiorizar os mecanismos de exploração do capitalismo de forma que os sujeitos aceitem, o mais passivamente possível, as formas de coerção e de dominação do sistema. Para Mészáros (2008), a questão principal e indispensável para romper com a lógica do capital no âmbito da educação é alterar de forma duradoura o modo opressivo de *internalização* historicamente prevalecente.

Esta função opressora da educação formal não alcança uniformidade, tendo em vistas que a própria vida do ser humano é uma aprendizagem e que é possível encontrar alimento intelectual em outros lugares que não na escola. No entanto, é preciso ter atenção para a necessidade de se reivindicar uma educação plena em toda a vida, instituindo na educação

formal uma reforma radical. O que significa desafiar – no sistema de educação formal – a função de “*internalização*” de uma lógica opressora e dominante, fortemente consolidada e a favor do capital (MÉSZÁROS, 2008).

Entender que a educação não assumirá uma dimensão emancipatória sem romper com o capitalismo, não significa que devemos ficar de braços cruzados inertes. É necessário ter claro os limites das “reformas” tão discursadas, cientes da urgência em alterar efetivamente o processo educacional, pois, concordando com Mészáros (2008, p. 55),

[...] da maneira como estão as coisas hoje, a principal função da educação formal é agir como um cão-de-guarda *ex-officio* e *autoritário* para induzir um conformismo generalizado em determinados modos de internalização, de forma a subordiná-los às exigências da ordem estabelecida [...] (grifos do autor).

Para o autor, uma primeira necessidade é entender que a educação formal, contraditoriamente, ao invés de libertar e emancipar os indivíduos, tem contribuído para torná-los alienados ao sistema. Os estudantes e professores que se opõem a tal finalidade o fazem inspirados em companheiros rebeldes e nas experiências educacionais adquiridas desde a juventude até a velhice. Alterar esta realidade de alienação/dominação requer intervenção consciente em todos os níveis de nossa existência individual e social e, nas palavras de Mészáros (2008, p. 60) “[...] pelo próprio trabalho, é possível *superar a alienação* com uma *reestruturação radical* das nossas condições de existência há muito estabelecidas e, por conseguinte, de ‘toda nossa maneira de ser’” (grifos do autor). Aqui retornamos à já exposta íntima relação entre trabalho e educação tendo, esta última, papel importante no sentido de romper com a internalização predominante nas escolhas políticas que legitimam o Estado capitalista.

Assim, não abordar as contradições do sistema capitalista caracteriza-se, na realidade, como uma forma de rejeitar a possibilidade de um novo sistema rival ao já estabelecido, bem como é uma forma de eternizar o capitalismo. Uma mudança real requer a alteração da base causal, ou seja, a superação do sistema capitalista. Significa que uma reestruturação implica a reforma concreta do sistema de forma que as condições objetivas de reprodução da sociedade mudem qualitativamente através do controle total do capital. Neste processo, o autor chama atenção que,

[...] o papel da educação é soberano, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução,

como para a *automudança consciente* dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente. [...] não é surpreendente que na concepção marxista a ‘*efetiva transcendência da auto-alienação do trabalho*’ seja caracterizada como uma tarefa inevitavelmente educacional (MÉSZÁROS, 2008, p. 65, grifos do autor).

O autor chama atenção ainda para a necessidade de começar as mudanças reais e qualitativas na educação “agora”, tendo como ponto de partida a universalização do trabalho e da educação. É através do trabalho que o homem adquire aprendizagem e aqui tratamos do trabalho sob a perspectiva de realização da emancipação humana, diferentemente da forma negadora em que este está posto na sociedade capitalista (MÉSZÁROS, 2008). A sociedade capitalista “coisifica” as relações em seus diferentes níveis e propaga a ideia de que “as misérias” humanas são frutos da incompetência de indivíduos, ou seja, as expressões da “questão social” vão se tornando tão corriqueiras e comuns que já não causam mais estranhamento, sendo apropriadas pela sociedade como um mal necessário que sempre existiu e sempre existirá.

Vale salientar: é inerente ao sistema capitalista o individualismo e uma falsa noção de igualdade, os indivíduos são responsabilizados por suas vidas, especialmente, culpabilizados pelos fracassos. Criou-se uma falsa noção de que a vida se desenvolve descolada das determinações do processo histórico, da materialidade e, na luta para não cair na miserabilidade, as relações foram se transformando e se tornando “coisas”. Este quadro de estranhamento e embrutecimento das relações sociais tem se agravado drasticamente e está ligado às transformações do mundo do capital, conforme abordamos em outro momento ancorado nos termos de Pereira (2014a) que retomamos aqui,

Trata-se de um processo estrutural de transformações decorrentes de interesses econômicos associados à internacionalização do capital que tem se agravado a partir dos anos 1970, retirando a dimensão de direito das políticas sociais e negando, transferindo aos sujeitos sociais a responsabilidade das carências que os afeta [...] passagem de um Estado capitalista social de direito para um Estado capitalista neoliberal meritocrático laborista, ou seja, do Welfare State para o *Workfare State* [...]. A ideologia Workfariana, que passou a nortear as políticas sociais, é esvaziada de dimensões como direito e universalidade e preconiza a proteção mínima baseada no mérito e na competitividade (DUTRA, 2019, p. 3-4, grifos do autor).

Em resumo, as transformações ocorridas nas políticas sociais no Brasil – e aqui se aborda mais especificamente sobre a política de educação superior – devem ser analisadas a partir do movimento histórico, levando-se em conta as alterações econômicas, sociais,

culturais de uma sociedade cindida em classes, ou seja, marcada pela contradição em que se tem a socialização da produção e privatização da riqueza. Em termos do sistema de educação formal, tem-se a cooptação do sistema no sentido de internalizar nos indivíduos a noção de que tudo está bem, e que depende de cada indivíduo seu aprimoramento e construção de vida, para o “bem” ou para o “mal”.

Dessa forma, e buscando uma análise, a partir da perspectiva da totalidade, a respeito do trabalho do/a assistente social no campo da educação, entendemos pertinente situar, também, sobre o solo histórico desse estudo, ou seja, entende-se relevante considerar a gênese do país enquanto nação/colônia e a forma como foi concebido e estruturado o sistema de educação brasileiro. Em outros termos, considera-se crucial apreender sobre “marcas” de um país escravocrata, paternalista e subordinado ao imperialismo que carregou, ao longo de seu processo histórico, a prática da exploração e da violência, numa mescla de autoritarismo e clientelismo que acirraram, na forma e na intensidade, as desigualdades e a exclusão social, marcando seu curso histórico pela desigualdade, a qual consegue se atualizar, se reinventar em novas expressões da “questão social” conforme nos alerta Iamamoto (2007): “[...] ‘O moderno’ se constrói por meio do ‘arcaico’, recriando elementos de nossa herança histórica colonial e patrimonialista [...]” (p. 128). A partir desta referência, abordaremos a particularidade sócio histórica brasileira.

1.2 O DESENVOLVIMENTO SOCIO HISTÓRICO DO BRASIL E O SISTEMA DE ENSINO SUPERIOR

Formalmente, a escravidão foi superada e o país “não” é mais colônia, entretanto, os casos cada vez mais crescentes de racismo e preconceito de toda ordem e a desigualdade econômica e social demonstram feridas não cicatrizadas da vergonhosa história brasileira e exigem a difícil tarefa de encarar as monstruosidades escondidas no tempo, nos contos romantizados, na história “mal” contada ou manipulada que tornou parcela da sociedade brasileira tão estranha às próprias raízes, ao tempo que é conivente e bárbara com seu povo. O país continua submisso ao capital internacional que, por meio de organismos internacionais, dita as regras para os gastos públicos, orienta para cortes nas políticas sociais e nos direitos dos trabalhadores. Ou seja, o Estado, em um pacto de submissão às grandes potências capitalistas, se minimiza direcionando para a mercantilização serviços essenciais para a população – dentre estes serviços, a política de educação – em uma clara opção pelo capital.

Ianni (1990) nos adverte: “é a história que esconde o segredo do presente” (p. 20). Assim, entender o ensino superior brasileiro requer apreender sobre aspectos de nosso desenvolvimento econômico, político e social. A história brasileira é construída sob a marca da exploração do trabalho, expropriação das riquezas e recursos naturais pelo grande capital internacional, sucateamento das políticas públicas, cerceamento de direitos, agravamento das expressões da “questão social” e, com reivindicações e lutas por parte da classe trabalhadora, que em um movimento de fluxo e refluxo ora expressa visibilidade e força, ora se retrai, ora alcança avanço no campo dos direitos da classe trabalhadora, ora é expropriada dos mínimos necessários para reprodução das condições de existência humana.

Os prenúncios do Brasil Moderno esbarravam em pesadas heranças de escravismo, autoritarismo, coronelismo, clientelismo. As linhas de castas, demarcando relações sociais e de trabalho, modos de ser e pensar, subsistiam por dentro e por fora das linhas de classes em formação. O povo, enquanto coletividade de cidadãos, continuava a ser uma ficção política (IANNI, 1990, p. 30).

Assim, o sistema de ensino formal – que no modo de produção capitalista foi transformado em mecanismo para a formação de força de trabalho para o capital – na realidade brasileira mais do que atender à lógica do capital se limitou a um sistema de ensino sujeito às orientações do capital internacional, correspondendo ao vício de nossa histórica realidade de país periférico dependente.

Silva (2013), ao abordar sobre a educação profissional no Brasil, nos dirá que este é um processo que carrega o rótulo *desigual* e *combinado*,¹¹ ou seja, a mescla inovação e arcaísmo das forças produtivas. “Sobretudo, o sentido que a educação assumiu, com o aprofundamento da industrialização, a partir dos anos de 1950, correspondeu à adequação das políticas educacionais e a teoria do capital humano [...]” (SILVA, p. 135-136). Em outros termos, uma educação com a missão de garantir a competitividade da nação, uma educação que se limitava a formar força de trabalho. Fernandes (1975)¹² ao abordar sobre a situação e os efeitos de dependência, nos esclarecerá:

¹¹ Categoria teórica que tem origem em Marx, Engels e Lênin e que foi aprimorada por Leon Trotsky. Refere-se ao desenvolvimento do capitalismo nos países periféricos que carregam uma mescla de extrema inovação e arcaísmo. Não se limita, apenas, ao âmbito econômico, mas, abrange também, aspectos sociais e culturais (FONTES, 2014).

¹² Embora a obra *A universidade brasileira: reforma ou revolução* tenha sido publicada pela primeira vez em 1975, foi elaborada nos anos de 1967 e 1968, no contexto da ditadura militar. Trata-se de ensaios escritos por Florestan Fernandes para conferências, palestras, depoimentos e mesas-redondas, os quais possibilitam apreender o movimento histórico e as correlações de força presentes em torno do sistema de ensino superior brasileiro, tornando a referida obra fundamental para interpretação da conjuntura atual (FERNANDES, 1975).

A nação subdesenvolvida vê-se condenada [...] a sofrer uma corrosão crônica em sua integridade e autonomia nacionais. Em nenhum momento ela consegue mobilizar seus recursos materiais e humanos numa escala de eficácia máxima. Isso porque o padrão vigente de integração societária da ordem social sempre se amolda, em grau maior ou menor, a formas tão extremas de desigualdade econômica, sociocultural e política, manipuladas abertas ou dissimuladamente a partir de dentro e de fora daquela nação, que destroem as bases estáticas e dinâmicas de equilíbrio de um sistema verdadeiramente nacional de poder (FERNANDES, 1975, p. 119).

Em outros termos, o autor nos esclarece que no Brasil não houve a constituição de uma burguesia clássica; portanto, não se efetiva uma autêntica revolução burguesa. Dessa forma, os processos, as mudanças, as concepções e valores que orientaram o desenvolvimento e as políticas desenvolvidas no cenário brasileiro não nasceram no Brasil, foram gestadas e orientadas de fora, são produtos de uma sociedade que se acostumou a ser: dependente e submissa, o que, é extremamente grave, uma vez que vivemos sob os domínios do sistema capitalista, o qual para garantir sua própria manutenção cria mecanismos de reprodução, expropriando da classe trabalhadora suas potencialidades e conduzindo-a a um processo alienante em que os sujeitos são orientados a competir pela sua sobrevivência. Neste processo, o sistema educacional é utilizado enquanto mecanismo de reprodução ideológica, para garantir a produção e a reprodução capitalistas. No segundo capítulo abordaremos sobre o sistema capitalista mais profundamente; por ora, o objetivo é entender o sistema de ensino brasileiro, mais especificamente o ensino superior.

Na particularidade do sistema de ensino superior brasileiro, a história mostra que ao longo de vários anos este esteve a serviço da elite burguesa, preparando seus filhos para governar o país; ou seja, teve seu desenvolvimento permeado de relações econômicas, políticas e culturais próprias de país colônia submisso e dependente. Fernandes (1975) apresenta importante análise a respeito de como o sistema de ensino superior se desenvolveu em nosso país e denuncia os graves problemas de organização, expansão e aproveitamento do ensino, evidenciando as marcas de uma sociedade caracterizada pelo predomínio dos interesses econômicos, sociais e políticos da elite burguesa, a qual historicamente manobrou os recursos educacionais para atender aos seus interesses e privilégios.

O autor nos alerta que desde as primeiras escolas superiores – posteriormente transformadas no que Fernandes (1975) denomina universidades conglomeradas – o ensino superior foi privado de valores indispensáveis para sua organização, funcionamento e crescimento, constituindo-se em escolas formadoras de “elites culturais ralas” (p. 55) que, contando com uma organização hierarquizada e com a massa de conhecimento vinda do

exterior, desempenhava função de transmissão dogmática do conhecimento e formação de profissionais liberais.

Ao tratar da reforma universitária do período da ditadura militar, o autor evidenciamos o não atendimento às reivindicações e anseios do movimento reformista (composto por estudantes, professores e cientistas). Ou seja, a luta por uma educação livre “criadora, intelectualmente crítica e socialmente atuante, aberta ao povo e capaz de exprimir politicamente os seus anseios mais profundos” (p. 64) não se concretizou, o que ocorreu foi uma “reforma consentida” que, manteve as mesmas concepções educacionais e não alterou o antagonismo presente no sistema de ensino; ao contrário, foi marcada por uma modernização educacional conservadora e dependente. Observe-se que o diagnóstico realizado por Fernandes em 1975 permanece atual:

A nossa “burguesia nacional” ignora o que a nacionalização do ensino e da pesquisa representa para o seu próprio “poder coletivo” e para o que esse poder deveria significar como meio de autodefesa de uma posição competitiva nacional. No fundo, aqui reaparece, por trás da alienação, uma forma típica de entreguismo e de submissão passiva aos controles educacionais e culturais externos. O que se faz é predispor o País para aceitar os requisitos educacionais e culturais da civilização industrial a partir de uma situação dependente crônica, aparentemente desejável aos olhos dos círculos empresariais e conservadores (FERNANDES, 1975, p. 142).

Em resumo, o propósito do ensino superior é caracterizado pela reprodução de um projeto de sociabilidade burguesa dependente, marcada pela importação teórica, cultural e científica e por uma elitização do acesso, a qual se acentua drasticamente nos cursos com maior *status*. Temos ainda o gigantesco *déficit* de vagas e o sucateamento das instituições, por meio da redução ou precarização de recursos orçamentários e humanos e o incentivo à mercantilização.

Cumpramos pontuar que a Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu capítulo III, seção I, do direito à educação, a gratuidade do ensino nas instituições públicas e o ingresso de profissionais trabalhadores da educação por meio de concurso público com plano de carreira. Entretanto, no artigo 206 estabelece a coexistência de instituições públicas e privadas de ensino (BRASIL, 2019). Ou seja, a prioridade prevista na Constituição, enquanto responsabilidade do Estado é restrita aos ensinos básico e médio e se insere em uma conjuntura de avanço das forças neoliberais no Brasil. Tem-se, então, uma disputa por projetos em relação à educação superior: setores – movimentos sociais e intelectuais de esquerda – em defesa de uma concepção materialista de educação, em oposição a forças

neoliberais, em defesa da educação requerida e funcional ao capital, ou seja, uma formação mais curta, tecnicista, esvaziada de pesquisa.

Lima (2007, p. 56) nos aponta que a adesão ao neoliberalismo e a nova sociabilidade posta pelo capital (livre-comércio, privatização, desregulamentação financeira e do trabalho) se dá por pressão dos países imperialistas e por opção política das elites brasileiras, aprofundando o padrão dependente do país “[...] privatização, desregulamentação e desnacionalização da educação fariam parte da pauta política dos organismos internacionais para os países periféricos naturalizando, da forma mais perversa possível, a possibilidade de conversão neocolonial de nossa região”.

A autora chama atenção ainda para o surgimento, na segunda metade da década de 1990, de um projeto burguês de educação denominado “terceira via”, que, em contraposição ao neoliberalismo radical, numa leitura de que este não respondia ao cenário de agravamento da pobreza e estagnação econômica, apresenta uma proposta de um capitalismo mais humanizado, reformado, que propõe uma modernização da economia do sistema político e do sistema de bem-estar social,

[...] intelectuais orgânicos da burguesia constroem um processo de ideologização maciça sobre a possibilidade de um capitalismo humanizado ou reformado, um projeto político identificado ora como Terceira Via, ora como nova social democracia, nova esquerda, centro esquerda [...] (LIMA, 2007, p. 58).

A autora ressalta que a terceira via realiza movimentos compatíveis com o pensamento liberal, ou seja, desloca o homem da história, ao considerar que o mundo não está sujeito ao controle humano; naturaliza o capitalismo, pois não apresenta a perspectiva de outra ordem social; em razão da crise do socialismo, nega a possibilidade de outra forma de sociabilidade ou superação do capitalismo e, assim como o pensamento neoliberal, realiza críticas ao Estado de bem-estar social, advogando em defesa de limites de financiamento, responsabilização dos indivíduos e necessidade de burocratização. Esclarece ainda que em se tratando da implantação da contrarreforma ou reforma consentida do sistema de ensino, especialmente no ensino superior no Brasil, o país atendeu, dentre outros, aos objetivos de difundir um projeto de sociabilidade burguesa e de dar condições de investimento para o capital internacional¹³ (LIMA, 2007).

¹³ Sugere-se, para maior aprofundamento, a leitura de LIMA, Katia. *Contra-reforma na Educação Superior: de FHC a Lula*. São Paulo: Xamã, 2007. Em seu capítulo IV, a autora apresenta minuciosamente as ações dos governos Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1993-1994), Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e

Nagel (2001), ao abordar sobre a política educacional nos anos 1990, aponta que a análise desta deve considerar, além do espaço temporal a que pertence também os acontecimentos, as ações, os fatos e estratégias que revigoraram o projeto neoliberal e que levaram à implantação de novas formas de acumulação. Algumas medidas relacionadas, ou diretamente ligadas, ao sistema educacional inicialmente se apresentaram como conquistas, quando na realidade materializam uma estratégia de reestruturação do capital.

A autora evidencia que as diretrizes educacionais dos anos noventa foram gestadas nas décadas anteriores, ressaltando a importância de compreender sobre as transformações estruturais ocorridas na sociedade e mudanças no modo de vida e no modo de produção. Destaca, ainda, a crise econômica e fiscal das décadas de 1970 e 1980, que levou o Brasil ao endividamento sob a justificativa de desenvolvimento econômico. Uma vez o país endividado, os organismos internacionais passaram a impor regras e a controlar as políticas públicas, o que ocorre também com a política de educação¹⁴. Para a autora,

[...] a partir de 80, [...] a prática dos empréstimos é marcada não mais pelo **discurso a favor do desenvolvimento econômico, mas a favor da negação do crescimento da miséria**, coube, ao Banco Mundial, precisar os conteúdos, os métodos e/ou as formas para os ajustes que se fariam necessários aos países não desenvolvidos [...] o FMI e o Banco Mundial [...] não só controlam, como interferem nas reformas políticas de todos os países pobres (NAGEL, 2001, p. 105 -106, grifos da autora).

Significa que, além de desenvolver papel funcional ao sistema capitalista, no sentido de internalizar nos sujeitos a lógica do sistema e preparar a força de trabalho, gradativamente o mercado passou a vender este serviço, retirando do Estado esta responsabilidade. Permitiu-se que setores, pertencentes a classe dominante, se apropriassem do processo de formação, de graduação e de pós-graduação, voltadas diretamente para a lógica mercantil. O setor privado é quem determina qual formação técnica, científica e de sociabilidade será implementada.

Esta discussão é necessária e deve ser compreendida considerando o predomínio da lógica de minimização do Estado que afeta todas as políticas sociais. No referente ao sistema

parte do governo Lula da Silva (2003-2004), que corroboraram para a reforma consentida em um cenário de contrarrevolução neoliberal.

¹⁴ As medidas que foram adotadas priorizaram, inicialmente, a educação básica; ocorreu a descentralização do sistema educativo; instaurou-se uma lógica de competição nas administrações das escolas sob a perspectiva de autossustentação destas; instaurou-se o ensino a distância e o repasse de recursos públicos para instituições privadas; além de o espaço da escola ter sido invadido por ações da comunidade, sob uma justificativa de participação popular sem, no entanto, haver uma preocupação com a qualidade das ações desenvolvidas. Um exemplo claro e que foi muito incentivado/promovido pela mídia e pelo governo era o “*Amigo da Escola*”, Campanha que transferia para a sociedade a responsabilidade pela qualidade da escola/ensino (NAGEL, 2001).

de educação, afeta todos os níveis, muitas vezes se utilizando do discurso de ineficiência do Estado, transmitindo a ideia de que no mercado tem-se a garantia da qualidade do serviço. Este conceito liberal manifesta-se em diferentes dimensões das políticas sociais, refratando diretamente e com imensa intensidade na reforma do ensino superior que, conforme nos alerta Silva (2013), reforça as formas fragmentadas de oferta educacional, onde teremos a clássica dualidade estrutural, presente desde as protoformas da educação brasileira, em que se tem o ensino para o trabalho simples e o ensino para o trabalho complexo; o ensino para o emprego e o ensino para o subemprego; o ensino para a elite e o ensino para a classe trabalhadora.

Saviani (2010) realiza detalhado resgate do processo de desenvolvimento do ensino superior no Brasil desde a condição de colônia portuguesa, apresenta os déficits da formação superior no país e aponta o estímulo à expansão de instituições privadas – mercantilização – dos anos 1990 e entende que,

Ao longo do governo Lula, se por um lado se retomou certo nível de investimento nas universidades federais promovendo a expansão de vagas, a criação de novas instituições e a abertura de novos *campi* no âmbito do Programa “REUNI”, por outro lado deu-se continuidade ao estímulo à iniciativa privada que acelerou o processo de expansão de vagas e de instituições recebendo alento adicional com o Programa “Universidade para todos”, o PROUNI [...] (SAVIANI, 2010, p. 13).

Chauí (2006) contribui com o tema e chama atenção para a reforma administrativa do Estado, ocorrida no Governo FHC (1995-2003), a qual transformou um conjunto de direitos em serviços, colocando os direitos sociais sob a lógica do mercado. Segundo a autora, é neste governo que se tem, através da reforma institucional, a materialização da privatização na área da saúde e da educação. Nos anos iniciais do Governo Lula (2003-2006), conforme a autora ocorre um esforço para desfazer as ações do governo FHC e repor a educação na condição de direito e, portanto, desfazer a privatização da educação no seu núcleo base, que é sua definição enquanto direito social. Referindo-se ao PROUNI, Chauí argumenta:

Eu tenho ouvido desde que o ProUni começou as críticas, [...] de que o ProUni foi o ProeR da Educação Superior. Quando eu cheguei no Conselho Nacional de Educação, lá recebemos processos para julgar [...] A primeira coisa que vem no processo é quem é o interessado que está fazendo a solicitação. [...] O processo vinha com: a instituição X mantida pela mantenedora Y a qual é sem fins lucrativos. [...] Todos eles estão inscritos juridicamente como instituições sem fins lucrativos. Como são instituições sem fins lucrativos, a LDB garante a essas instituições a isenção de praticamente todos impostos. Então, o Governo não anistiou essas instituições porque devessem impostos. [...] O Governo disse uma vez que vocês são declaradas sem fins lucrativos, nós examinaremos juridicamente

quais são as obrigações das entidades sem fins lucrativos e vocês cumpriram essas obrigações. Uma dessas obrigações é o atendimento à população (CHAUI, 2006, p. 1-2).

Vale recuperar que o Programa Universidade para Todos (Prouni) foi instituído pela Lei nº 11.096, de janeiro de 2005, e estabelece regras para as instituições de ensino superior privadas se enquadrarem, enquanto entidades beneficentes de assistência social, no ensino superior. Por meio do Prouni, estudantes brasileiros provenientes da rede pública de ensino, que não possuam formação universitária, e que, se enquadrem em critério de renda *per capita* de até um salário mínimo e meio, concorram a bolsa integral ou parcial em instituições privadas (BRASIL, 2005).

Ainda no ano de 2006, Chauí argumentava que muito havia se avançando no governo Lula no que se refere à luta pela importância da universidade pública – a exemplo da abertura de concursos, o financiamento de bibliotecas e laboratórios e a implantação das cotas, que materializam uma conquista dos movimentos sociais – e se previa que muito ainda estava por se conquistar para o que se fazia necessário continua reivindicação. À época, Chauí ainda esclarecia que todo o processo está permeado por um jogo de forças, pois, pela própria lógica capitalista, novas estratégias são sempre criadas no sentido da manutenção do capital. Dessa forma também os sujeitos, profissionais e/ou estudantes que apreendem minimamente sobre este processo, devem se articular no sentido de construir alternativas para superação dos limites postos ao processo de ensino como um todo (CHAUI, 2006).

Assim, pode-se dizer que no governo Lula houve avanços no que se refere à democratização do ensino superior, o que pode ser observado por meio de relatórios da Secretaria de Educação Superior (SESu):

[...] a interiorização da oferta de educação superior é essencial para combater o desequilíbrio no desenvolvimento regional e atingir estudantes sem condições de se deslocar para outras regiões.

Entre 2003 e 2013, duas das regiões mais carentes de ensino superior – Norte e Nordeste – apresentaram expansão significativa da oferta. O percentual de crescimento das matrículas na região Nordeste, de 94%, correspondeu ao dobro do registrado para o Sudeste e mais do triplo daquele registrado na região Sul. A região Norte teve a segunda maior taxa de crescimento (76%) entre as regiões do país. Tais resultados são consequências dos investimentos na interiorização da universidade pública e nas políticas de democratização do acesso desenvolvidas pelo governo federal (BRASIL, 2014, p. 20)

Entretanto, se por um lado o referido relatório evidencia significativo aumento no número de matrículas em instituições presenciais, também nos apresenta o gigantesco

crescimento do ensino à distância, revelando que ocorre “[...] forte incremento das matrículas na graduação a distância entre 2003 e 2013: em 2003, eram menos de 50 mil matrículas; em 2013, mais de 1,1 milhão [...] extraordinário crescimento (da ordem de 2200%) [...]”, o que corrobora com a lógica neoliberal mercantilista (BRASIL, 2014, p. 21).

Observe-se que no governo Lula da Silva tem-se a publicação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), instituído pelo Decreto nº 6.096, de abril de 2007. O programa apresenta como objetivo “criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais” e estabelece como meta “a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano” (BRASIL, 2007)¹⁵.

É no contexto do Reuni que é publicado o Decreto nº 7.234 de julho de 2010, que institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), o qual prevê democratizar as condições de permanência na educação superior; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais para a permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão, e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. O programa repassa às universidades recursos para desenvolver ações de assistência estudantil nas áreas de moradia; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010). É também em 2010 que foi instituído o Sistema de Seleção Unificada (SISU), por meio do qual, e utilizando a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), são disponibilizadas vagas para graduação nos diferentes cursos das instituições públicas.

Também é no contexto dos governos do PT que a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), a Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e mais 16 universidades federais foram criadas, conforme demonstram os dados do *Balço Social do SESu de 2003 a 2014*. Ou seja, entre

¹⁵ Sugere-se, para maior aprofundamento sobre a expansão do ensino superior ocorrida na primeira década deste século, recorrer a Santos (2016). O segundo capítulo aborda sobre a expansão do ensino superior, evidenciando que, embora o governo Lula não tenha rompido com a lógica mercantil neoliberal, implementada no governo FHC, não se pode negar a ampliação, em termos quantitativos, registrada no período, com ampliação do número de instituições, de cursos, de vagas, de investimentos em infraestrutura e recursos humanos com ações destinadas, especialmente, às camadas mais pobres e historicamente excluídas dos espaços universitários.

2005 e 2013 foram criadas 18 novas universidades federais, conforme podemos observar na Quadro 1, a seguir.

Quadro 1 – Universidades Federais criadas nos governos do PT

NOME DA IFES	SIGLA	REGIÃO	LEI DE CRIAÇÃO
Universidade Federal de Alfenas	Unifal	SE	Lei nº 11.154 de 29/07/2005
Universidade Fed. dos Vales Jequitinhonha e Mucuri	UFVJM	SE	Lei nº 11.173 de 06/09/2005
Universidade Federal do Triângulo Mineiro	UFTM	SE	Lei nº 11.152 de 29/07/2005
Universidade Federal Rural do Semi-Árido	Ufersa	NE	Lei nº 11.155 de 29/07/2005
Universidade Tecnológica Federal do Paraná	UTFPR	S	Lei nº 11.184 de 07/01/2005
Fundação Universidade Federal do ABC	UFABC	SE	Lei nº 11.145 de 26/07/2005
Fundação Universidade Fed. da Grande Dourados	UFGD	CO	Lei nº 11.153 de 29/07/2005
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	UFRB	NE	Lei nº 11.151 de 29/07/2005
Fundação Univ. Fed. de Ciências da Saúde de Porto Alegre	UFCSPA	S	Lei nº 11.641 de 11/01/2008
Fundação Universidade Federal do Pampa	Unipampa	S	Lei nº 11.640 de 11/01/2008
Universidade Federal da Fronteira Sul	UFFS	S	Lei nº 11.029 de 15/09/2009.
Universidade Federal do Oeste do Pará	Ufopa	N	Lei nº 12.085 de 05/11/2009.
Universidade Federal da Integração Latino-Americana	UNILA	S	Lei nº 12.189 de 12/01/2010.
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	UNILAB	NE	Lei nº 12.289 de 20/07/2010.
Universidade Federal do Oeste da Bahia	UFOB	NE	Lei nº 12.825 de 05/06/2013.
Universidade Federal do Sul da Bahia	UFESBA	NE	Lei nº 12.818 de 05/06/2013.
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	UNIFESSPA	N	Lei nº 12.824 de 05/06/2013.
Universidade Federal do Cariri	UFCA	NE	Lei nº 12.826 de 05/06/2013.

Fonte: Dados coletados na pesquisa, 2019.

Dentre as universidades criadas no período citado, duas, UNILA e UNILAB, se diferenciam das demais e se assemelham entre si no que se refere à natureza de internacionalização – sobre estas duas universidades será dado um tratamento mais detalhado

em tópico específico, por estarem diretamente ligadas ao objeto em estudo. Neste momento, cumpre abordar sobre o acirramento dos ataques que a educação, especialmente a superior, vem sofrendo nesta última década, materializando os efeitos da abertura do Brasil para a intervenção comercial e financeira do grande capital, numa clara submissão ao neoliberalismo.

Almeida e Furtado (2017) evidenciam que as contrarreformas – da Previdência Trabalhista e da Educação – do governo, ilegítimo, Michel Temer (2016-2018) geraram os maiores ataques aos direitos dos trabalhadores dos últimos tempos. Segundo os autores:

Essa situação está inserida na prolongada crise que o mundo continua vivendo e que não é somente econômica e financeira, mas uma crise múltipla, ou seja, também social, ambiental, alimentar e energética, e que se expressa desigualmente em cada país, provocando diferentes implicações políticas e culturais, em alguns se expressando como crise política (ALMEIDA; FURTADO, 2017, p. 8).

Em outros termos, vivemos uma crise do capital em que a estratégia de enfrentamento tem se dado pela via neoliberal, com orientação para a redução dos gastos sociais do Estado e contenção das formas de organização da classe trabalhadora. No que se refere à educação brasileira, os autores expressam que

[...] a luta pela liberdade de pensamento é uma forma de resistência, mantendo a independência diante dos ditames do mercado que formata o pensamento único neoliberal dos que defendem as contrarreformas como “remédio amargo”. Pensar de maneira livre e defender os direitos contra os interesses do capital é cada vez mais uma forma de se manter atento e forte diante de todas as pressões e ameaças à saúde mental dos que insistem em lutar e desnudar as farsas, em defesa do ensino público com dignidade e socialmente referenciado (ALMEIDA; FURTADO, 2017, p. 8).

Assim, percebemos que a agenda conciliadora dos governos PT, embora estivessem implementando a pauta neoliberal, não a fazia na velocidade e intensidade exigidas pelo capital. Com o governo Temer, as medidas neoliberais adquirem centralidade e celeridade, num claro movimento de mercantilização dos direitos sociais e precarização dos direitos trabalhistas¹⁶, o que tem continuidade no governo Jair Messias Bolsonaro. Neste momento, nos referimos a um cenário ainda em movimento, ou seja: as forças neoliberais conservadoras

¹⁶ Um grande retrocesso no campo dos direitos se deu pela Lei nº 13.467, de julho de 2017, a qual altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e, dentre outros, legitima o teletrabalho, o regime de sobreaviso e o trabalho intermitente.

encontram-se em constante articulação para a completa dominação do país, dominação da classe trabalhadora e, por consequência, dominação do sistema de ensino. Dominação esta que se faz por vias e estratégias diversificadas, tais como a Emenda Constitucional 95/2016 (BRASIL, 2016) – que em sua tramitação ficou conhecida como “PEC do Teto” – que congela os gastos públicos por 20 anos; o Projeto de Lei nº 867/2015, “Escola Sem Partido”, que, sob o discurso “anti-ideologia”¹⁷ (BRASIL, 2015), propaga uma postura de cerceamento e vigilância por parte de um grupo conservador que busca implantar o medo em professores, estudantes e grupos “minoritários”;¹⁸ o bloqueio de repasse de verbas às universidades federais; cortes de bolsas de pesquisa; contingenciamentos de repasse de recursos como mecanismo de ataque às universidades. Em síntese, dia após dia somos surpreendidos com medidas arbitrárias e autoritárias que buscam arrastar o sistema de ensino, e também o ensino superior, para o obscurantismo.

Todo este processo demonstra que vivemos tempos de muitos retrocessos, em que o Estado se minimiza, marginaliza os direitos sociais e a classe trabalhadora e assume a coerção e a força como estratégia de governo. A mídia parcial tem contribuído, em um processo que torna “as massas” alienadas e influenciáveis. Agravam-se a defesa pela meritocracia, aumenta o individualismo, a competitividade, naturaliza-se a pobreza, a miséria, a fome, perde-se a dimensão do humano.

O compromisso com a construção de uma nova ordem social, livre de toda forma de dominação e opressão, perpassa pela via da educação, enquanto instrumento de luta e estratégia para a desalienação. Mesmo em um cenário de limites, em uma democracia burguesa, em que o homem se perdeu de si mesmo, se perdeu da sociabilidade, da razão, do humano genérico, especialmente neste cenário, a educação possui “papel” fundamental, no sentido da construção de outra forma de sociabilidade em que haja liberdade, e está na sua íntima relação com o trabalho. Tonet (2005) aponta que a liberdade tem início com o fim do trabalho imposto pela necessidade e com o fim de todas as formas de alienação e dominação. Assim, a luta pela educação livre é a luta pela liberdade da classe trabalhadora,

[...] “liberdade plena” significa aquela liberdade – o grau máximo de liberdade possível para o homem – que o indivíduo tem como integrante de uma *comunidade real*, cujo fundamento é, necessariamente, o trabalho

¹⁷ “A palavra ideologia, nos lábios dos bolsonaristas, representa algo pecaminoso, demoníaco e ruim. Para eles, o mundo ideal seria aquele em que não haveria ideologia. O que precisamente querem dizer com “ideologia de gênero”, “ideologia de raça”, “ideologia cientificista”, “ideologia marxista” [...] “ideologia comunista” etc.? Ninguém, nem eles, sabe ao certo [...]” (LESSA, 2019, p. 5).

¹⁸ Indica-se, para aprofundar sobre o tema ESP, a leitura da coletânea: *A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso*. (SOUZA, 2016).

associado. O que significa, também que, nesta forma de sociabilidade, há uma relação harmônica entre o indivíduo e à comunidade; que já não há mais cisão, na sociedade, entre o momento real e o momento formal; que os homens já não são dominados por forças estranhas, mas que são – porque estão dadas as condições objetivas e subjetivas – efetivamente senhores do seu destino (TONET, 2005, p. 107, grifos do autor).

Em síntese, a liberdade plena não é uma liberdade perfeita absoluta ou irrestrita e acabada, mas é o grau máximo possível de liberdade para a coletividade. Ela não se efetiva no egoísmo do individualismo: a liberdade plena é coletiva. Assim, quando falamos em liberdade plena pressupomos emancipação humana. Alterar a realidade em que se inserem os processos de educação formal significa alterar a relação deste com o sistema capitalista, objetivando a construção de uma nova ordem social. Os grupos de estudos formados por professores e alunos universitários, as produções elaboradas por professores e alunos nos espaços da graduação e pós-graduação, a participação crítica nos diferentes espaços de luta – movimentos sociais, conselhos de direitos, espaços de trabalho – se caracterizam como ponto de partida para a construção dessa possibilidade.

1.3 UMA PROPOSTA DE INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL SUL-SUL: AS UNIVERSIDADES UNILA E UNILAB

Até este ponto, buscou-se entender sobre os fundamentos presentes no sistema de ensino no modo de produção capitalista, entender sobre a historicidade, as bases do desenvolvimento do sistema de ensino, especialmente o brasileiro, e os movimentos de contrarreforma que marcaram a história do ensino superior, bem como o horizonte para o qual os esforços e lutas devem ser direcionados. Neste momento, cabe melhor localizar as instituições espaço de trabalho de assistentes sociais sujeitos da pesquisa. Assim, demarca-se que UNILA e UNILAB foram criadas no ano 2010, no contexto do Reuni, com a missão de contribuir, por meio do conhecimento humanístico, científico e tecnológico, para a integração internacional entre os países latino-americanos e os Estados-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Em um breve parêntese chamamos atenção para a questão da integração, historicamente associada/ buscada com vista a avanços econômicos do grande capital e que, neste caso, se apresenta incorporando um princípio de solidariedade. Em resumo a integração solidaria que consta das propostas destas duas instituições, ultrapassa o sentido meramente economicista tão comum às propostas integracionistas, desenvolvida pelo grande capital. A esse respeito Bertolleti (2017, p. 86) nos dirá que,

A integração solidária se estruturaria no intuito de propiciar aos países subdesenvolvidos o aperfeiçoamento de seus sistemas deficitários, visando uma melhoria da qualidade de vida dos povos – tratando-se, portanto, de uma postura oposta às práticas estabelecidas pelas unidades hegemônicas que apontam para a consolidação da ordem já estabelecida.

Em outros termos, pode-se afirmar que a questão da integração, que historicamente esteve pautado em um sentido marcadamente econômico mercadológico, adquire nos projetos da UNILA e da UNILAB novo sentido voltando-se ao respeito à diversidade e compromisso com o desenvolvimento e intercâmbio científico, cultural e educacional, por consequência, vislumbrando desenvolvimento econômico social¹⁹.

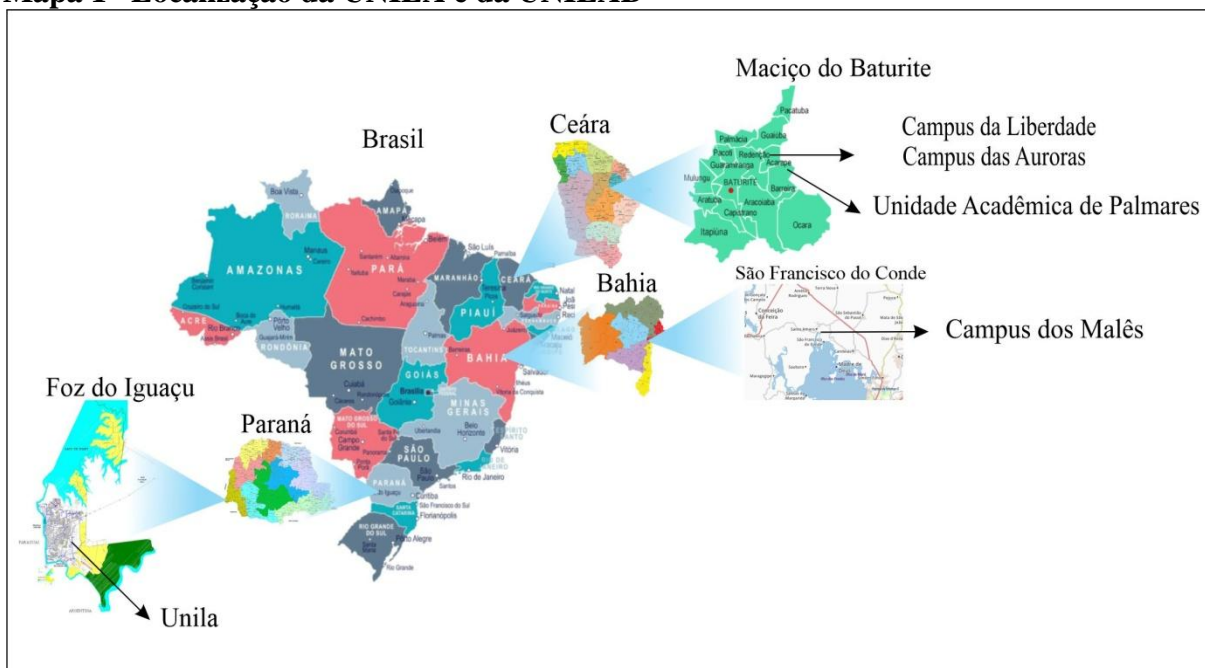
Assim, com uma proposta para a integração é criada a UNILA com localização na região da Tríplice Fronteira Brasil-Paraguai-Argentina, na cidade de Foz do Iguaçu, Paraná. Tem projeto caracterizado enquanto uma universidade que se preocupa com a integração solidária entre os países da América Latina e do Caribe e busca sustentar-se com uma proposta embasada na multiculturalidade, que “[...] surge do convívio e da troca de experiências entre estudantes provenientes de diferentes países latino-americanos [...]”; na interdisciplinaridade, pois tem como objetivo “[...] criar um modelo de universidade que respeite a riqueza e a diversidade da América Latina [uma vez que] a interatividade entre as áreas do conhecimento está presente em todos os cursos da UNILA e também nas atividades de pesquisa e extensão [...]” e no bilinguismo, pois “[...] a universidade adota o português e o espanhol como línguas principais, tornando o bilinguismo uma importante ferramenta para a integração cultural e intelectual” (UNILA, 2018, s.p.).

A UNILAB está distribuída em duas unidades da Federação, os Estados do Ceará e da Bahia, e soma três *campi* e uma unidade acadêmica. No Estado do Ceará, encontram-se os *Campi* da Liberdade (sede da universidade) e das Auroras (ambos no município de Redenção) e a Unidade Acadêmica de Palmares, localizada na cidade de Acarape. Na Bahia, encontramos o *Campus* dos Malês, situado na cidade de São Francisco do Conde. A universidade possui a missão de formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais Estados-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional (UNILAB, 2018).

¹⁹ Recomenda-se para melhor aprofundamento a respeito do tema Integração a leitura de: A Educação Superior como Estratégia de Integração Regional: O caso UNILA. Bertolleti (2017). O capítulo II da referenciada tese de doutoramento discorre de maneira mais detalhada sobre a questão da integração.

Pode-se verificar que a localização geográfica destas duas instituições dialoga estrategicamente com a identidade voltada a integração que consta dos projetos destas instituições. Ou seja, a UNILA localiza-se geograficamente na região sul do Brasil estrategicamente próxima a outros países da América Latina e a UNILAB localiza-se na região nordeste, região estratégica para o acesso dos países integrantes da CPLP, conforme se verifica no Mapa 1- localização da UNILA e da UNILAB.

Mapa 1– Localização da UNILA e da UNILAB



Fonte: Dados coletados na pesquisa, 2019.

É importante localizar, entretanto, o contexto de expansão do ensino superior no mundo, o qual adquire maior força a partir dos anos de 1980, com a globalização. Por meio de organismos internacionais multilaterais como o Banco Mundial (BM), a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), passou-se a “orientar”, utilizando-se de “condicionalidades” do Fundo Monetário Internacional (FMI), para a expansão do ensino superior, tendo como argumento mudanças no processo de produção e o cenário de liberalização do comércio internacional. Santos (2017), ao abordar sobre a interferência destes organismos internacionais no ensino superior, esclarece,

[...] são essas as principais agências que cuidaram de propor a racionalia economicista, de corte neoliberal, à educação superior daquelas regiões do globo que apresentam baixo desenvolvimento, por se situarem na periferia do capitalismo globalizado e por viverem a dependência econômica, na

medida em que foram construídas sob o arbítrio da colonização e sob o manto das trocas desiguais. Trata-se de uma situação que ainda se mantém, por exemplo, nos casos da América Latina e da África, pelo expediente da colonialidade do poder e do saber (SANTOS, 2017, p. 31).

Em relação à internacionalização da educação superior no Brasil, Santos (2017) aponta a criação da UNILA e da UNILAB como “[...] política que consorcia os interesses estratégicos em política externa – projeção do Brasil nos continentes americanos e africanos, na perspectiva de consolidação de sua liderança na região latino-americana e como potência regional do Hemisfério Sul [...]” (p. 35). A implantação dessas duas universidades adota uma perspectiva solidária que, de certo modo, se contrapõe às orientações dos organismos internacionais, sobretudo repercutindo uma nova geopolítica do conhecimento, buscando resultados de dimensões econômicas, políticas e culturais, a “política de educação superior como braço acadêmico da política externa” (SANTOS, 2017, p. 48).

1.3.1 A Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)

Conforme já mencionado, a UNILA tem sua criação no contexto do Reuni e embora tenha como marco legal de criação o ano de 2010, apreender sobre ela requer retroceder um pouco mais, conforme descreve o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2019-2023 da instituição:

As origens da UNILA devem ser buscadas no âmbito do Acordo do Mercosul. Em 2006, durante o Fórum Educação Superior no Mercosul, realizado em Belo Horizonte-MG, os Ministros de Educação dos diversos países da América Latina tiveram como incumbência elaborar um projeto para a viabilização do então chamado Espaço Regional de Educação Superior do Mercosul, cuja ênfase estaria na cooperação solidária dos países da região. Entre as propostas, sugeriu-se que fosse constituída uma universidade multi campi, com vistas ao desenvolvimento do ensino e da pesquisa nas diversas áreas do conhecimento, principalmente voltadas à integração regional. Essa iniciativa foi publicamente entendida como a Universidade do Mercosul. Todavia, devido às dificuldades legais e operacionais, a proposta não foi aprovada por dois países do Mercosul inviabilizando a sua implementação (UNILA, 2019a, s.p.).

A busca de novas estratégias para a proposta leva à submissão, em dezembro de 2007, ao então presidente Luís Inácio Lula da Silva, do projeto de lei para criação da UNILA, com objetivo “de promover, por intermédio do conhecimento e da cultura, a cooperação e o intercâmbio solidário com os demais países da América Latina” (IMEA, 2009, p. 9). A comissão de implantação da universidade foi oficializada em 06 de março de 2008 e presidida pelo professor doutor Hélgio Trindade, o qual se tornaria, no ano de 2010, o primeiro reitor

pro tempore da UNILA. Segundo registros da comissão de implantação, foram realizados esforços no sentido que,

A Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) pretende ser uma instituição sem fronteiras, com vocação latino-americana e internacional, mas com projeto universitário inovador e voltado para o século XXI. Para atingir este ambicioso objetivo, a Comissão de Implantação procurou sempre trabalhar com vários cenários externos de referência. Desde suas primeiras reuniões eram convidados especialistas nacionais e estrangeiros para aportar experiências enriquecedoras [...] foram avaliadas as universidades paradigmáticas criadas no Brasil, a partir da experiência da USP, em 1934, para compreender os diferentes modelos universitários e a importância da coerência entre a concepção da universidade e sua implementação, como uma questão crítica para preservar na prática institucional e acadêmica seu modelo originário (IMEA, 2009, p. 7).

A comissão de implantação realizou consulta com especialistas nacionais e internacionais sobre aspectos relacionados à criação da UNILA. Os especialistas consultados foram orientados a contribuir por meio de abordagem sobre temas pertinentes a uma proposta inovadora de universidade. Dentre estes temas, constava como articular a missão da universidade, em um contexto de mundialização da cultura, passando por apreender sobre os eixos mais relevantes no que se refere ao trato da integração e aos planos acadêmicos e científicos. Constaram ainda entre os temas, inovações a serem adotadas no ensino pesquisa e extensão, melhor metodologia para seleção dos alunos, considerando que 50% das vagas seriam destinadas a alunos dos demais países da América Latina, dentre outros aspectos (IMEA, 2009)²⁰.

Os projetos de lei que criaram a UNILA tramitaram na Câmara dos Deputados e no Senado Federal sob os números 2.878/2008 e 186/2009 (BRASIL, 2009a) respectivamente. A aprovação, por unanimidade, se deu em sessão do Congresso Nacional e a lei foi sancionada em 12 de janeiro de 2010, pelo então presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva, sob o nº 12.189.²¹ Observe-se que em todas as comissões pelas quais tramitou, o projeto teve parecer favorável e foi aprovado por unanimidade. Em relação aos pareceres das diferentes comissões, destacamos os apontamentos do senador Jose Agripino Maia, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN) que, em sua análise, expõe:

²⁰ As respostas elaboradas por estes diferentes especialistas estão contidas no livro *UNILA Consulta Internacional* (2009). Embora estas representem um rico material para estudo, os objetivos iniciais e os limites postos para esta pesquisa não nos permitiram uma análise detalhada do referido material neste momento.

²¹ Durante o trâmite nas duas Casas, o projeto foi apreciado por diferentes comissões. Entre elas, as comissões de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTAS); de Educação e Cultura (CEC); de Finanças e Tributação (CFT), e de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC).

A criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana integra o conjunto de ações do governo federal voltadas para a valorização da educação, na condição de instrumento de promoção do desenvolvimento sustentável, e de mecanismo de inserção das parcelas mais carentes da população brasileira nas instituições de ensino superior [...].

De fato, para a terceira etapa do processo de execução do Reuni, denominada expansão com ênfase nas interfaces internacionais, iniciada em 2008, está prevista a criação de universidades federais em regiões estratégicas para a integração e a cooperação internacional.

[...] a proposição insere-se no conjunto de ações e metas do Plano de Ação do Mercosul para o período 2006-2010, entre as quais se destacam: contribuir para a integração regional, mediante políticas educativas que promovam uma cidadania regional, uma cultura de paz e o respeito à democracia, aos direitos humanos e ao meio ambiente; e promover a cooperação solidária e o intercâmbio para melhorar os sistemas educativos dos Estados-Partes (BRASIL, 2009, p. 3-4).

O fato de não ter sido apresentada nenhuma emenda ao projeto e de este ter tido aprovação por unanimidade sinaliza para o alinhamento político, presente naquela conjuntura, em fazer avançar uma agenda de integração entre os países da América Latina. Observe-se que desde o projeto inicial a cidade estabelecida como sede da universidade era Foz do Iguaçu, estrategicamente localizada na Tríplice Fronteira Brasil, Paraguai, Argentina, o que contribuiria com o projeto da universidade, com a integração, além de ser uma cidade de interior – o que estava em consonância com as metas de interiorização da educação daquele governo. Em janeiro de 2010, é sancionada a Lei nº 12.189, que cria a UNILA, com objetivo de,

[...] ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos aptos a contribuir com a integração latino-americana, com o desenvolvimento regional e com o intercâmbio cultural, científico e educacional da América Latina, especialmente no Mercado Comum do Sul – MERCOSUL (BRASIL, 2010a, p. 1).

O que reafirma o relatório SESu (BRASIL, 2014), que resume as características da UNILA e a apresenta como uma universidade com vocação internacional cuja

[...] missão institucional é formar recursos humanos aptos a contribuir com a integração latino-americana, com o desenvolvimento regional e com o intercâmbio cultural, científico e educacional da América Latina, especialmente no Mercosul. Sua vocação é o intercâmbio acadêmico e a cooperação solidária com países integrantes do bloco e com os demais países da América Latina. Os cursos oferecidos são em áreas de interesse mútuo,

em áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento e a integração regionais. A sede da UNILA está localizada em Foz do Iguaçu, ponto fronteiro entre Brasil, Argentina e Paraguai. Os cursos de graduação, pós-graduação e extensão são ofertados na modalidade bilíngue – português e espanhol. Além disso, a grade curricular é voltada, em muitos cursos, às questões pertinentes à América Latina como um todo (BASIL, 2014, p. 77).

O compromisso da UNILA com os demais países da América Latina consta dos documentos oficiais da instituição e nas publicações de relatórios e materiais de divulgação, conforme é possível constatar, por exemplo, na cartilha institucional de divulgação de 2018: “Os cursos da UNILA são desenvolvidos com a missão de buscar a diversidade de conhecimentos voltados à reflexão coletiva e à solução de problemas que desafiam a América Latina” (UNILA, 2018).

A universidade inicia suas atividades acadêmicas em agosto de 2010, com a oferta de 300 vagas em seis cursos de graduação²². O número de cursos e consequentemente o número de vagas foram aumentando com o decorrer dos anos e, segundo dados atualizados pela Secretaria de Comunicação Social da UNILA, em abril de 2019 está possuía 5.231 estudantes na graduação e 586 na pós-graduação (UNILA, 2019). Com um total de 535 servidores técnico-administrativos em educação e 362 servidores docentes, a instituição oferta 29 cursos de graduação. Destes, 22 bacharelados²³ e 07 licenciaturas²⁴: A UNILA possui, também, 12 cursos de pós-graduação, 432 projetos de pesquisa coordenados por docentes da universidade e, no ano de 2018, desenvolveu 210 ações de extensão (UNILA, 2018).

Em relação ao corpo discente da universidade, cumpre observar que as vagas não preenchidas nos processos de seleção internacional são remanejadas para o ingresso de nacionais. Assim, a cada ingresso os percentuais de nacionais e internacionais são alterados,

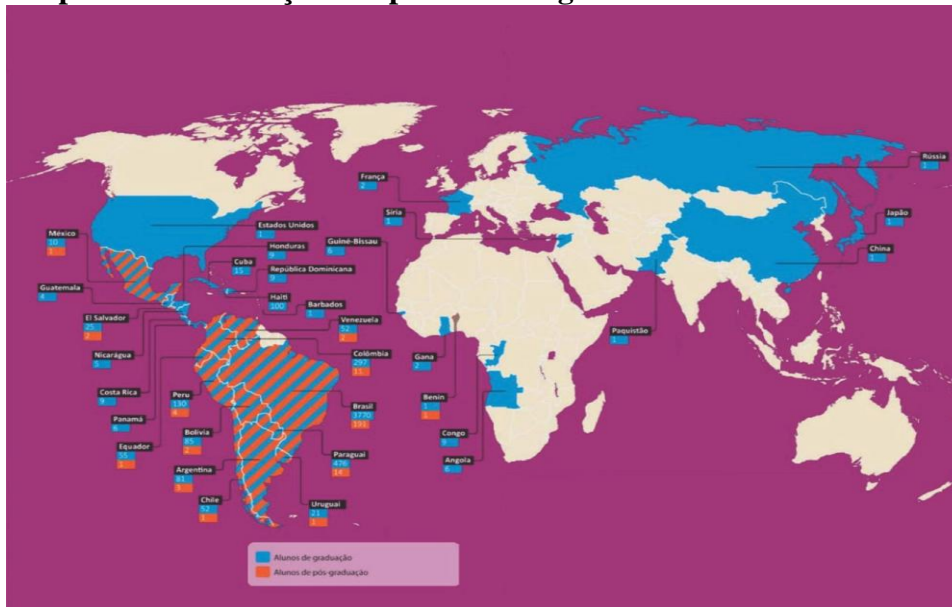
²² Os primeiros cursos da UNILA foram: Ciências Biológicas – Ecologia e Biodiversidade; Ciências Econômicas – Economia, Integração e Desenvolvimento; Ciência Política e Sociologia – Sociedade, Estado e Política na América Latina; Engenharia de Energias Renováveis; Engenharia Civil de Infraestrutura; e Relações Internacionais e Integração (UNILA 2013).

²³ Os bacharelados ofertados pela UNILA são: Administração Pública e Políticas Públicas (noturno); Antropologia – Diversidade Cultural Latino-Americana (vespertino); Arquitetura e Urbanismo (integral); Biotecnologia (integral); Ciência Política e Sociologia – Sociedade, Estado e Política na América Latina (vespertino); Ciências Biológicas – Ecologia e Biodiversidade (integral); Ciências Econômicas – Economia, Integração e Desenvolvimento (integral); Cinema e Audiovisual (integral); Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar (vespertino); Engenharia Civil de Infraestrutura (integral); Engenharia de Energia (integral); Engenharia de Materiais (integral); Engenharia Física (integral); Engenharia Química (integral); Geografia (vespertino); História – América Latina (noturno); Letras – Artes e Mediação Cultural (matutino); Medicina (integral); Música (integral); Relações Internacionais e Integração (vespertino); Saúde Coletiva (integral); Serviço Social (noturno) (UNILA, 2019).

²⁴ As licenciaturas ofertadas são: Ciências da Natureza – Biologia, Física e Química (noturno); Filosofia (noturno); Geografia (noturno); História (noturno); Letras – Espanhol e Português como Línguas Estrangeiras (noturno); Matemática (noturno); Química (noturno) (UNILA, 2019).

prevalecendo a maioria absoluta de nacionais. A diversidade cultural da universidade é formada por pessoas provenientes de 32 países totalizando 1.517 estudantes internacionais, sendo que dos países representados 21 são da América Latina e do Caribe, conforme retrata o relatório *Ações da UNILA 2018/2019*, o qual se tomou a liberdade de reproduzir parcialmente no Mapa 2, que identifica o país de origem dos estudantes da universidade²⁵.

Mapa 2 – Identificação dos países de origem dos estudantes da UNILA



Fonte: UNILA, 2019b.

A breve contextualização, apresentada nestas páginas, evidencia a vivacidade institucional, incapaz de ser reproduzida em sua totalidade. Sua natureza internacional, localizada no território de tríplice fronteira internacional do Brasil, Argentina e Paraguai, confere à UNILA uma particularidade cujo conhecimento é condição para qualificação do trabalho profissional. Com este mesmo propósito, buscou-se na pesquisa documental, conhecer a realidade da UNILAB.

²⁵ Observe-se que o quantitativo de estudantes das universidades é alterado por motivos de novos ingressos, formaturas e evasão, ou seja, trata-se de dados que diariamente sofrem variações. Assim, os dados que se segue materializa uma realidade da ocasião da publicação do Relatório de Ações 2018/2019 UNILA atualizado em maio de 2019 e evidencia em termos do país de origem dos estudantes que o público estudantil da UNILA é composto por estudantes provenientes: 11 do México, 27 de El Salvador, 04 da Guatemala, 05 da Nicarágua, 09 da Costa Rica, 56 do Equador, 134 do Peru, 87 da Bolívia, 84 da Argentina, 53 do Chile, 22 do Uruguai, 490 do Paraguai, 308 da Colômbia, 54 da Venezuela, 01 de Barbados, 100 do Haiti, 09 da República Dominicana, 15 de Cuba, 09 de Honduras, 01 dos Estados Unidos, 06 de Guiné Bissau, 02 de Gana, 02 de Benin, 09 do Congo, 06 de Angola, 01 da Síria, 01 do Paquistão, 02 da França, 01 da China, 01 do Japão, 01 da Rússia e 3.961 do Brasil (UNILA. 2019b).

1.3.2 A Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

Com vistas a apreender sobre o processo de constituição da UNILAB, entende-se relevante recuperar que em julho de 2008 o Congresso Nacional recebe o Projeto de Lei Nº 3.891 (UNILAB, 2013), que dispunha sobre a criação da instituição. Em outubro de 2008, criou-se a Comissão de Implantação da Universidade que, ao longo de dois anos, desenvolveu, entre outras, atividades relacionadas ao planejamento institucional, organizacional da estrutura acadêmica e curricular e atividades de organização da administração de pessoal, patrimonial, orçamentária e de finanças. Em 20 de julho de 2010, foi sancionada a Lei nº 12.289, que cria a UNILAB (UNILAB, 2013). Esta lei estabelece, em seu artigo segundo, os objetivos, missão e características principais da instituição:

A UNILAB terá como objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP, especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional.

§ 1º A UNILAB caracterizará sua atuação pela cooperação internacional, pelo intercâmbio acadêmico e solidário com países membros da CPLP, especialmente os países africanos, pela composição de corpo docente e discente proveniente do Brasil e de outros países, bem como pelo estabelecimento e execução de convênios temporários ou permanentes com outras instituições da CPLP.

§ 2º Os cursos da UNILAB serão ministrados preferencialmente em áreas de interesse mútuo do Brasil e dos demais países membros da CPLP, especialmente dos países africanos, com ênfase em temas envolvendo formação de professores, desenvolvimento agrário, gestão, saúde pública e demais áreas consideradas estratégicas (BRASIL, 2010b, s. p).

Assim, nasce uma universidade que, além de atender aos objetivos do Reuni de interiorização e de integração internacional, materializa-se ainda como estratégia de democratização da educação, conforme previsto no PDI da instituição,

[...] além da coerência com a busca da democratização da educação superior, a criação da UNILAB coloca-a “como uma instância articuladora das relações acadêmico-científicas internacionais, captando, implementando e acompanhando projetos e parcerias que intensifiquem o intercâmbio com instituições do exterior e que contribuam para a inserção do sistema de ensino superior brasileiro no cenário internacional”, voltada especialmente para a cooperação sul-sul, por meio da interação com os integrantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, a CPLP, em especial com os

Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – PALOP” (UNILAB, 2016, p.7).

A universidade dá início a suas atividades acadêmicas em 25 de maio de 2011, no *Campus* da Liberdade, em Redenção (CE), cidade pioneira da abolição da escravidão no Brasil. Tendo como primeiro reitor *pro tempore* o professor Paulo Speller, contou, na ocasião, com 180 estudantes matriculados nos cursos de Administração Pública, Agronomia, Enfermagem, Engenharia de Energias e Licenciatura em Ciências da Natureza e Matemática. Da primeira turma, 141 estudantes eram brasileiros e 39 estrangeiros.

O número de cursos e, conseqüentemente, o número de vagas para graduação e pós-graduação aumentaram com o decorrer dos anos e, segundo dados do relatório *UNILAB em Números*, em 2019 a universidade chegou a 5.402 estudantes na graduação e a 940 na pós-graduação. Com um total de 341 servidores técnico-administrativos em educação e 368 servidores docentes, oferta, atualmente, 23 cursos de graduação. Destes, dez bacharelados²⁶ e treze licenciaturas²⁷. Possui ainda 10 cursos de pós-graduação; destes, cinco na modalidade Educação a Distância – EaD, e conta ainda com 196 projetos de pesquisa (UNILAB, 2019).

No livro *UNILAB: Caminhos e Desafios Acadêmicos da cooperação Sul-Sul* (2013), encontramos diversos depoimentos da comunidade acadêmica, autoridades nacionais e regionais, assim como da comunidade local externa à universidade, a qual expressa a relevância em termos econômicos e culturais da universidade para a região do Maciço do Baturité²⁸. Dentre os depoimentos, destacamos o do ex-ministro da Educação Aloizio Mercadante, sobre a instituição:

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) nasceu para fomentar a inserção regional e avaliar as potencialidades e carências da região Nordeste. Entre os objetivos está a construção de vínculos com a realidade do Maciço do Baturité, no Ceará, onde está localizada, e assegurar a importância da educação como elemento de indução do processo de desenvolvimento sustentável. [...] Gerada em um contexto de Cooperação Sul-Sul, a UNILAB pretende atuar como principal instituição brasileira na colaboração educacional com a África e o Timor-Leste e formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente os africanos, e promover o

²⁶ Humanidades (ofertado em dois *campi*); Relações Internacionais; Administração Pública; Agronomia; Antropologia; Enfermagem; Engenharia de Energias; Engenharia de Computação e Administração Pública (ofertado na modalidade EAD) (UNILAB, 2018).

²⁷ Ciências Sociais; História; Letras – Língua Portuguesa (ofertado em dois *campi*); Pedagogia; Ciências Biológicas; Ciências da Natureza e Matemática; Física; História; Matemática; Pedagogia; Química; Sociologia (UNILAB, 2018).

²⁸ Região formada por treze municípios do sertão do Ceará: Acarape, Aracoiaba, Aruba, Barreira, Baturité, Capistrano, Guaramiranga, Itapiúna, Mulungu, Ocara, Pacoti, Palmácia e Rendeção (UNILAB, 2013, p. 18/20).

desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional. A criação da UNILAB atende diretrizes internacionais que sugerem a ampliação da oferta de cursos superiores em regiões carentes [...] (UNILAB, 2013, p. 109).

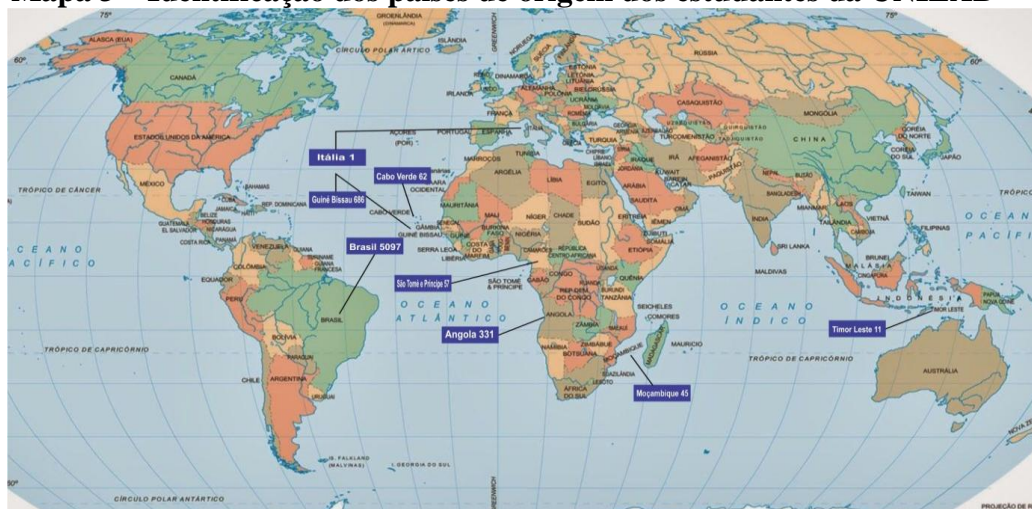
Desse modo, a UNILAB possui uma natureza multicultural e volta sua preocupação a fortalecer os vínculos tanto com a comunidade do Maciço do Baturité como, internacionalmente, com os países africanos de língua portuguesa integrantes do CPLP, atendendo ao princípio de cooperação solidária entre os povos. Observe-se que o *Campus Dos Malês*, na Bahia, foi criado em fevereiro de 2013, em São Francisco do Conde, considerado o município com maior população negra do país – mais de 90% dos habitantes –, materializando um compromisso com a comunidade local. Consta no PDI 2016-2021 que,

As escolhas de Redenção e São Francisco do Conde como sedes de campi, além de sinalizarem para o desenvolvimento regional, valorizam símbolos que indicam claramente para compromissos acadêmicos e institucionais da UNILAB com a população brasileira afrodescendente (UNILAB, 2016, p. 9).

Assim como na UNILA, o preenchimento de vagas pelos internacionais na UNILAB não ocorre na proporção das reservas e embora os fatores do não preenchimento das vagas não sejam objeto deste estudo, pode-se levantar algumas hipóteses, como o fato de ambas as universidades serem novas e estarem ainda em processo de implantação e expansão. O não preenchimento de vagas pode estar relacionado ainda a diferentes determinações, tais como: as alterações na conjuntura econômica, social e política tanto no Brasil como nos países de origem dos estudantes internacionais, aspectos que podem dificultar tanto os processos de divulgação das vagas, seleção dos candidatos, assim como a tomada de decisão, por parte dos sujeitos que foram aprovados pelos processos de seleção, em relação a efetivar matrícula e cursar estas universidades. Em outros termos, os motivos para o não preenchimento das vagas reservadas aos internacionais, tanto na UNILA como na UNILAB, é um fator que demanda maior investigação, o que a presente pesquisa não dará conta de realizar, ficando como indicativos para outros estudos. Na ocasião do levantamento de dados para a presente pesquisa a UNILAB possui 6.290 estudantes, destes, a maioria absoluta brasileira num total de 5.097, conforme demonstram os dados do relatório UNILAB em Números (2019)²⁹ organizados no Mapa 3 a seguir.

29 Novamente, chama-se a atenção para a variação dos dados em razão da dinâmica de ingressos, formaturas e evasão. Assim, registre-se que os dados que se segue materializa uma realidade informada por relatório UNILAB em Números atualizada em novembro de 2019 e evidencia em termos do país de origem dos estudantes que o

Mapa 3 – Identificação dos países de origem dos estudantes da UNILAB



Fonte: UNILAB, 2019.

A partir desta primeira aproximação à contextualização institucional da UNILA e da UNILAB, objetiva-se situar a particularidade dos espaços sócio-ocupacionais nos quais se realiza o trabalho de assistentes sociais. O próximo capítulo abordará teoricamente a concepção de profissão que orienta esta dissertação com o objetivo de avançar na construção da resposta ao problema de pesquisa do presente estudo.

publico estudantil da UNILAB é composto por estudantes provenientes: 331 de Angola, 62 de Cabo Verde, 686 da Guiné Bissau, 01 da Itália, 45 de Moçambique, 57 de São Tomé e Príncipe, 11 do Timor Leste e 5.097 do Brasil.

2 TRABALHO, “QUESTÃO SOCIAL” E SERVIÇO SOCIAL

Partindo da análise marxiana, Iamamoto (2012, p. 37) considera que o capital pressupõe o trabalho assalariado em uma relação na qual “[...] Capital e trabalho assalariado são uma unidade de diversos; um se expressa no outro, um recria o outro, um nega o outro [...]”. As mediações que se realizam neste tópico buscam apreender sobre o objeto que nos propusemos a estudar: **Trabalho de assistentes sociais na assistência estudantil das universidades federais UNILA e UNILAB**, e para tanto, busca-se apreender a centralidade da categoria trabalho para a constituição do ser social, trabalho humano enquanto intercâmbio homem-natureza, elemento que possibilita integração entre o natural e o social.

Em um segundo momento, entende-se oportuno apreender o trabalho no modo de produção capitalista, as determinações e contradições que corporificam a contradição da relação capital-trabalho. Em outros termos, abordar sobre o trabalho enquanto categoria, historicizando-o e relacionando-o com o modo de produção vigente, apreender os meandros que fazem as relações de trabalho se estruturar em função do capital - trabalho que deixa de ser momento de realização humana e transforma-se em atividade prática negativa que se corporificam nas diferentes expressões da “questão social”.

Os trabalhadores/as assistentes sociais não escapam à lógica mercantilista do sistema capitalista, ou seja, no âmbito do desenvolvimento capitalista tem-se a gênese de uma profissão – Serviço Social – no sentido de atuar na mediação das contradições capital/trabalho e atuar diretamente nas determinações deste sistema opressor: as chamadas expressões da “questão social” conforme veremos a seguir.

2.1 TRABALHO E “QUESTÃO SOCIAL” NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

Neste momento busca-se apreender a categoria trabalho a partir do referencial teórico, metodológico e histórico de Lukács (1986), autor que nos evidencia a centralidade da constituição do ser social – passagem do ser orgânico para o ser social – através do trabalho, categoria na qual estão gravadas as determinações da essência de tudo o que é novo no ser social; ou seja, as demais categorias – sociabilidade, divisão do trabalho, linguagem etc. – já pressupõem o “salto”. Em outros termos, este só ocorre com o ser social já constituído. O trabalho tem um caráter intermediário entre homem e natureza, o que o torna o fenômeno originário do ser social. Em resumo, o ser social é constituído através do processo de trabalho, ou seja, o ser humano transforma a natureza para satisfazer suas necessidades – do estômago

ou da fantasia – e, neste processo, transforma-se a si mesmo. Este trabalho que permite ao ser humano transformar e ser transformado não é qualquer trabalho, ele possui finalidade, capacidade teleológica, o que permite ao ser social distinguir-se dos demais animais que trabalham.³⁰ Para Lukács (1986, p. 3)

[...] não podemos obter um conhecimento imediato e preciso dessa transformação do ser orgânico em ser social. O máximo que se pode obter é um conhecimento *post festum*, uma aplicação do método marxiano, segundo o qual a anatomia do homem fornece a chave para a anatomia do macaco e para o qual, portanto, um estágio mais primitivo pode ser reconstruído — no pensamento — a partir daquele superior, de sua direção evolutiva, de suas tendências de desenvolvimento. A maior aproximação nos é trazida, por exemplo, pelas escavações, que lançam luz sobre várias etapas de transição nos planos anatômico-fisiológico e social (ferramentas, etc.). O salto, no entanto, permanece um salto e, só pode ser esclarecido conceitualmente, em última instância, através do experimento ideal a que nos referimos (grifos do autor).

Ainda no sentido de entender como o trabalho constitui o ser social, Lukács nos esclarece que “[...] a essência do trabalho humano está no fato de que, em primeiro lugar, ele nasce em meio à luta pela existência e, em segundo lugar, todos os seus estádios são produtos da autoatividade do homem [...]” (LUKÁCS, 1986 p. 4). O autor nos elucida ainda que foi Engels quem colocou o trabalho como categoria central da humanização do homem, ao descobrir a função vital da mão³¹ para os macacos e detectar que mesmo com a semelhança entre a mão do macaco e a mão humana – número de articulações, número de músculos, disposição – ainda assim a mão do selvagem mais atrasado realiza operações que nenhum macaco pode imitar; ou seja, entre o macaco e o selvagem ocorreu um salto qualitativo. Não se trata de uma mera evolução, mas de uma ruptura e continuidade.

Ao pensar o trabalho como essência da constituição do ser social, se está tratando do trabalho na concepção de Marx, ou seja, como forma que pertence essencialmente à generalidade humana. O que distingue o trabalho do homem em relação ao trabalho animal é a capacidade teleológica: “No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto, idealmente [...]” (LUKÁCS,

³⁰ Os animais não humanos não têm salto qualitativo. O trabalho não humano é realizado por instinto/repetição, não realiza práxis. Os animais se relacionam por uma capacidade ontogenética – só conseguem repetir – e o que o animal sabe, para além do ontogenético, ele aprende com o humano. O animal é limitado na capacidade de projeção; ele não cria conceitos (BATISTA, 2018).

³¹ A mão é usada principalmente para pegar o alimento e segurá-lo com firmeza; o que já acontece com os mamíferos inferiores através das patas dianteiras. Com as mãos, muitos macacos constroem ninhos em cima das árvores ou até, como o chimpanzé, coberturas entre os ramos para proteger-se dos temporais. Com as mãos eles pegam paus para defender-se dos seus inimigos ou pedras e frutas para bombardeá-los (LUKÁCS, 1986, p. 6).

1986, p. 7). Assim, o trabalho é a realização de uma finalidade projetada conscientemente pelo homem na matéria natural, conforme nos adverte Lukács (1986, p. 12-13): “[...] para Marx, o trabalho não é uma das muitas formas fenomênicas da teleologia em geral, mas o único lugar onde se pode demonstrar ontologicamente a presença de um verdadeiro pôr teleológico como momento efetivo da realidade material”. Assim, a constituição da complexidade que é o ser social – de ser orgânico para uma categoria nova, ser social – só é possível a partir do ato teleológico. “Só é lícito falar do ser social quando se compreende que a sua gênese, o seu distinguir-se da sua própria base, o processo de tornar-se algo autônomo, se baseiam no trabalho, isto é, na contínua realização de posições teleológicas”. Aqui, o autor refere-se ao trabalho na sua forma originária, do período pré-civilizatório, trabalho como valor de uso, um processo entre atividade humana e natureza, realizado para satisfazer necessidades.

O ser social que executa seus atos com finalidade/teleologia tem em sua mente representações, o que pressupõe um objeto. O objeto, por sua vez, é composto de leis – causalidades – e não se move por si só. Para transformar o objeto são necessários instrumentos e, ainda, objeto e instrumentos carecem do trabalho. Em outros termos, o encontro entre objeto e instrumento se dá pelo trabalho realizado pelo ser social. Por meio do trabalho, tem-se a possibilidade de um sujeito transformar um objeto em outro objeto novo. Isto torna o trabalho categoria central da gênese humana, este é o modelo de práxis humana. Lukács (1986, p.59) acrescenta ainda:

O objeto (*Objekt*) só pode tornar-se objeto (*Gegenstand*) da consciência quando esta procura apreendê-lo mesmo quando não há interesses biológicos imediatos que liguem o objeto (*Gegenstand*) com o organismo que é agente dos movimentos. Por outro lado, o sujeito só se torna sujeito quando consuma uma transformação semelhante de sua atitude para com os objetos (*Gegenständen*) do mundo exterior. Fica claro, então, que a posição teleológica do fim e dos meios para sua realização enquanto atos da consciência (meios que funcionam de modo causal), jamais podem ser realizadas independentemente uma da outra. A indissolúvel interdependência que constatamos entre teleologia e causalidade posta se reflete e realiza neste complexo de consumação do trabalho.

Assim, quanto mais o humano domina o objeto, mais ele se afasta da natureza – ser inorgânico e orgânico. Quanto mais o humano domina a natureza, mais amplia os conhecimentos para a própria humanidade. O *dever ser*, no trabalho, desperta qualidades humanas para formar práxis mais evoluídas – práxis pressupõe transformação –, assim a categoria trabalho é o espaço que pode receber finalidades e materializá-las e, embora não

seja a única, nem a mais complexa das categorias ³², é a categoria primeira e central do ser social. Entretanto, essa mesma categoria – trabalho –, que possibilitou o salto para a condição de ser social, assume, no modo de produção capitalista, dimensão negadora da existência humana, conforme brilhantemente é resumido por Tonet (2005), que ao abordar os fundamentos do trabalho na constituição do ser social nos dirá:

[...] na perspectiva marxiana, a autoconstrução humana é um processo que tem como ponto de partida o trabalho, síntese de teleologia e causalidade e, como tal, ato ontologicamente fundante do ser social. O trabalho, por sua vez, é a mediação através da qual o homem transforma a natureza, adequando-a aos seus fins e, ao mesmo tempo constrói a si mesmo. Da natureza do trabalho também decorre o fato de que o homem é um ir-sendo essencialmente ativo, social, universal, consciente e livre. A partir do trabalho, e como exigência da complexificação do ser social, surgem inúmeras outras dimensões da atividade humana, cada qual com uma função própria na reprodução do ser social. E, enfim, da análise do trabalho decorre, naturalmente, a constatação, de que o homem é um ser radicalmente histórico (TONET, 2005, p. 45-46).

No modo de produção capitalista, a categoria trabalho assume dimensão negadora do humano através da relação de compra e venda da força de trabalho, da condição de assalariamento do trabalho. Ou seja, no capitalismo, o trabalho passa a ser caracterizado primeiro pelo fato de o capitalista ser o dono da força de trabalho e controlar o trabalhador da maneira mais apropriada aos interesses do capital. Ademais, pelo fato de o produto do trabalho ser de propriedade do capitalista, ocorre neste processo a alienação, onde o produto não pertence ao trabalhador. O trabalhador também não se reconhece no produto de seu trabalho e dele não se apropria; o ser social trabalhador não se reconhece enquanto uma individualidade no ato produtivo e, por fim, não se reconhece como parte constitutiva do gênero humano – o estranhamento do homem pelo homem (MARX, 2008).

Partindo do exposto por Marx (2008, p. 57), “[...] a riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se ‘imensa acumulação de mercadorias’, e a mercadoria, isoladamente considerada, é a forma elementar dessa riqueza [...]”, entende-se que o objetivo do capital é produzir mercadorias³³ com valor de uso – capazes de satisfazerem necessidades – e que tenham valor de troca; ou seja, o capital, objetiva também produzir excedentes –

³² Isto porque ao relacionar o inorgânico, o orgânico e o social, o humano cria outras categorias mais complexas que o trabalho, a exemplo a linguagem articulada, a consciência, a cooperação, a universalização dos produtos, a educação.

³³ “[...] as mercadorias, são conjunções de dois fatores, matéria fornecida pela natureza e trabalho” (MARX, 2008, p. 65).

mercadorias de valor mais elevado que o valor do conjunto das mercadorias necessárias para produzi-las: mais-valia. Em síntese, o valor de uso da mercadoria diz respeito à sua utilidade e se efetiva mediante o consumo. No modo de produção capitalista, o valor de uso “carrega” o valor de troca, mas, ao contrário, o valor de troca elimina o valor de uso, ou seja, “[...] como valores-de-uso, as mercadorias são, antes de mais nada, de qualidade diferente; como valores de troca, só podem diferir na quantidade, não contendo, portanto, nenhum átomo de valor-de-uso [...]” (MARX, 2008, p. 59). Assim, se eliminado o valor de uso da mercadoria, lhe restará apenas uma propriedade, ser produto (transmutado) do trabalho, e o trabalho, enquanto propriedade contida na mercadoria, sofre transmutação de trabalho concreto para trabalho abstrato. Neste sentido,

[...] ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, também desaparece o caráter útil dos trabalhos neles corporificados; desvanecem-se, portanto, as diferentes formas de trabalho concreto, elas não mais se distinguem umas das outras, mas reduzem-se, todas, a uma única espécie de trabalho, o trabalho humano abstrato (MARX, 2008, p. 60).

Assim, a mercadoria é valor de uso; é também produto do trabalho humano; é produzida para atender à necessidade de outros, e sua circulação, até este “outro” (que não produziu a mercadoria, mas precisa da mercadoria para uso) se dá por meio da troca. Desta forma, nos evidencia Marx (2008, p. 63)³⁴, “[...] a mercadoria apareceu-nos, inicialmente, como duas coisas: valor-de-uso e valor-de-troca [...] o trabalho também possui duplo caráter: quando se expressa como valor, não possui mais as mesmas características que lhe pertencem como gerador de valores de uso”.

Por certo, o que abordamos acerca da mercadoria, são apenas aproximações iniciais limitadas que não eximem o leitor de recorrer ao detalhado percurso realizado por Marx. Nossa intenção é localizar o trabalho no modo de produção capitalista para, a partir de seus fundamentos e historicidade, analisar a forma como se materializam as relações de trabalho em nosso tempo, apreender o trabalho como produtor de riqueza para o capital e pobreza – em diferentes dimensões – para a classe trabalhadora, numa lógica apontada por Marx, em que,

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna

³⁴ A respeito da mercadoria, Marx (2008) nos dirá que ela é valor de uso, que satisfaz necessidades humanas, é também “valor”. O caráter de “valor” se expressa pela troca, razão pela qual chamamos o “valor” de valor de troca. Essa mercadoria tem um proprietário que a põe em circulação para que ocorra a troca, assim, essa mercadoria transforma-se na mercadoria dinheiro.

uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a *valorização* do mundo das coisas [...] aumenta em proporção direta à *desvalorização* do mundo dos homens [...] (MARX, 2004, p. 80 grifos do autor).

Dessa maneira, não podemos nos furtar de apreender como esse trabalho é incorporado na mercadoria e como ele – trabalho – se torna mercadoria. Marx (2008 p. 80) nos aponta que “[...] o corpo da mercadoria que serve de equivalente passa sempre por encarnação de trabalho humano abstrato e é sempre o produto de um determinado trabalho útil, concreto. Esse trabalho concreto torna-se, portanto, expressão de trabalho humano abstrato”.

Portanto, toda mercadoria possui, enquanto propriedade, um equivalente de valor trabalho – humano – o qual, embora não esteja visível, é parte intrínseca na mercadoria. Isto nos é muito relevante, à medida que vivemos em uma sociedade da mercadoria e que, portanto, as relações de trabalho estão camufladas no mistério da mercadoria. Nesta fundamentação,

A mercadoria é misteriosa simplesmente por encobrir as características sociais do próprio trabalho dos homens, apresentando-as como características materiais e propriedades sociais inerentes aos produtos do trabalho; por ocultar, portanto, a relação social entre os trabalhos individuais dos produtores e o trabalho total, ao refleti-la como relação social existente, à margem deles, entre os produtos do seu próprio trabalho. Através dessa dissimulação, os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas sociais, com propriedades perceptíveis e imperceptíveis aos sentidos (MARX, 2008, p. 94).

Neste processo o trabalhador, para satisfazer suas necessidades, é incorporado em uma relação de troca. Portador de capacidade – física e mental – esta será a “mercadoria” que o trabalhador “livre” coloca na relação; a mais importante das mercadorias, aquela que é capaz de construir valor: a sua força de trabalho. Em suma, o capitalista compra a força de trabalho do trabalhador. Desse modo, o tempo de trabalho do trabalhador passa a pertencer ao capitalista, o qual a utilizará da forma que melhor atenda aos seus interesses. Da mesma maneira, os produtos/mercadorias produzidos pela força de trabalho que o capitalista comprou pertencem ao capitalista e quanto mais o trabalhador produz mercadoria, produz mais riqueza, mais o trabalhador se reduz à condição de mercadoria e mais miserável se torna. Ou seja, nesta relação, o trabalhador não se apropria do produto de seu trabalho e, por consequência, não se reconhece nele. Marx (2008, p. 219) nos alertará que “[...] o processo de trabalho é um processo que ocorre entre coisas que o capitalista comprou, entre coisas que lhe

pertencem. O produto desse processo pertence-lhe do mesmo modo que o produto do processo de fermentação em sua adega”

Uma das muitas contradições do modo de produção capitalista é evidenciada no valor pago pela força de trabalho. Isto porque este valor, pago na forma de salário, é calculado de forma a garantir a reprodução da força de trabalho do trabalhador, ou seja, o valor da força de trabalho é determinado pelo tempo médio socialmente necessário para produzi-la. Entretanto, a lógica capitalista aplica aos trabalhadores jornadas de trabalho maiores que o tempo necessário “para se pagarem”, o que gera trabalho excedente, trabalho não pago, ou seja, mais valor ou mais-valia que fica com o capitalista. A lógica do capital é de se apropriar o máximo possível de trabalho excedente. Marx (2008, p. 271) nos diz: “o capital é trabalho morto que, como um vampiro, se reanima sugando o trabalho vivo, e, quanto mais o suga, mais forte se torna”.

A questão da jornada de trabalho, ou seja, a elasticidade do trabalho excedente expropriado do trabalhador tem variações a depender do tempo histórico e da localidade e sempre permitiu, em menor ou em maior grau, que os detentores dos meios de produção se apoderassem da força de trabalho da classe trabalhadora. Entretanto, a voracidade alcançou níveis generalizados de desumanidade com o advento da industrialização. Neste processo,

O capital levou séculos, antes de surgir a indústria moderna, para prolongar a jornada de trabalho até seu limite máximo normal e, ultrapassando-o, até o limite do dia natural de 12 horas. A partir do nascimento da indústria moderna, no último terço do século XVIII, essa tendência transformou-se num processo que se desencadeou desmesurado e violento como uma avalanche. Todas as fronteiras estabelecidas pela moral e pela natureza, pela idade ou pelo sexo, pelo dia e pela noite foram destruídas. As próprias ideias de dia e de noite, rusticamente simples nos velhos estatutos, desvaneceram-se [...] (MARX, 2008, p. 320).

Em resumo, com a industrialização, em vez de o trabalhador ser “poupado” pelo trabalho da máquina, ele se vê obrigado a adequar-se ao ritmo dela. Já nos manuscritos econômico-filosóficos, escritos por Marx em 1844, ele chama a atenção para a diferença “[...] até que ponto os homens trabalham *com* máquinas, ou até que ponto eles trabalham *como* máquinas [...]” (MARX, 2004, p. 32, grifos do autor). A gana do capital não se satisfaz com o avanço da maquinaria. É necessário extrair mais e mais no limite das últimas forças da classe trabalhadora. Nessa lógica, tem-se o extenuante aumento de jornada de trabalho; a criação de trabalhos em turnos e do trabalho noturno e a incorporação do trabalho feminino, que impõe às mulheres a dupla jornada de trabalho, no lar e na indústria. O trabalho infanto-juvenil

também não escapou à sede capitalista, assim, aos filhos da classe trabalhadora restou trocar a infância e a escola por longas e pesadas jornadas de trabalho. Registra-se que “Nas fiações inglesas movidas a vapor e água, trabalhavam no ano de 1835: 20.558 crianças entre 8 e 12 anos; 35.867 entre 12 e 13, e finalmente 108.208 entre 13 e 18 anos de idade” (MARX, 2004, p. 33). Esse processo é marcado por tensões e conflitos, em que, de um lado, localiza-se a classe trabalhadora que ao se unir tenciona por legislações de proteção, de outro, o capital, com sua sede infinita. Antes não compreendido e considerado consequência natural e desejável do desenvolvimento capitalista, os estudos de Marx revelam que

Temos de confessar que nosso trabalhador sai do processo de produção de maneira diferente daquela em que nele entrou. No mercado, encontramos-lo como possuidor da mercadoria chamada força de trabalho, em face de outros possuidores de mercadorias; vendedor, em face de outros vendedores. O contrato pelo qual vendeu sua força de trabalho ao capitalista demonstra [...] que ele dispõe livremente de si mesmo. Concluído o negócio, descobre-se que ele não é nenhum agente livre, que o tempo em que está livre para vender sua força de trabalho é o tempo em que é forçado a vendê-la e que seu vampiro não o solta ‘enquanto houver um músculo, um nervo, uma gota de sangue a explorar’. Para proteger-se contra ‘a serpe de seus tormentos’, têm os trabalhadores de se unir e, como classe, compeli-los a que se promulgue uma lei que seja uma barreira social intransponível, capaz de impedi-los definitivamente de venderem a si mesmos e à sua descendência ao capital, mediante livre acordo que os condena à morte e à escravidão [...] (MARX, 2008, p. 346).

Importa destacar que se na manufatura os instrumentos de trabalho eram ferramentas manuais simples, com a industrialização ocorre uma revolução dos instrumentos que compõem a maquinaria das fábricas. A força muscular perde a fundamental relevância e permite a incorporação do trabalho das mulheres e das crianças, as quais trazem para a indústria a flexibilidade de seus membros. Os salários não acompanharam a mesma evolução; ao contrário, agora era necessário que todos os integrantes da família trabalhassem para garantir o que antes o homem adulto da família ganhava. Se agora, por um lado, toda a família tem que trabalhar para conseguir o mesmo valor, por outro lado, o montante de trabalho excedente conta com mais integrantes gerando, portanto, mais valor ao capital.

Hobsbawm (2000) nos evidencia que a Revolução Industrial inicia de forma simples, sem requisitar muitos conhecimentos científicos ou qualificações técnicas. O início da industrialização está ligado à manufatura do algodão, produto vindo das colônias. Ou seja, a mecanização nas fábricas se deu com a substituição da fiação pela tecelagem, em um momento de economia em expansão. O período que corresponde aos anos de 1815 a 1840 foi

de disseminação da produção fabril algodoeira. Entre os anos 1813 e 1850, o número de teares aumentou de 2.400 para 224 mil. Esses números foram acompanhados da diminuição do número de tecelões manuais, os quais em 1820 somavam aproximadamente 250 mil e em 1850 estavam reduzidos a 50 mil. A respeito desta brutal alteração, Hobsbawm (2000) traz uma citação de um negociante da época, o qual traduz os impactos, para a classe trabalhadora, do advento da industrialização:

Como numa inundação repentina, desapareceram as constituições medievais e as limitações da atividade econômica, maravilhando-se os homens de Estado ante o fenômeno grandioso que não podiam assimilar nem acompanhar. A máquina servia obedientemente ao espírito do homem. No entanto, enquanto a maquinaria apequenava a força humana, o capital triunfava sobre o trabalho e criava uma nova forma de servidão. (...) A mecanização e a divisão do trabalho, incrivelmente complexa, fazem decrescer a força e a inteligência que são necessárias entre as massas, e a concorrência deprime seus salários ao mínimo da simples subsistência. Nos momentos daquelas crises de mercado saturados, que se verificam em períodos de cada vez mais curtos, os salários caem abaixo desse mínimo de subsistência com frequência o trabalho cessa inteiramente por algum tempo ... e uma massa de miseráveis é exposta à fome e a todas as torturas da privação (F. HARKORT, *apud* HOBBSAWM, 2000, p. 61-62).

Assim, a lógica do capital vai se especializando na arte de expropriar as forças da classe trabalhadora, com maior ou menor intensidade, a depender do movimento histórico – expansão ou depressão econômica – e das forças que se opõem à sua dominação, mas, garantindo sempre meios de produção/reprodução, ou seja, independentemente do cenário, ou em cenários por ele mesmo criado, o capital gera relações carentes de dimensões como a sociabilidade e a humanidade. Ao analisar o século XIX, por exemplo, nos deparamos com um período marcado pela primeira e segunda fase da Revolução Industrial³⁵, pelas grandes construções ferroviárias, progressos científicos, expansão do sistema fabril com produção de mercadorias em massa e grandes corridas imperialistas – especialmente para abertura de mercado para exportação para as colônias subjugadas – em outros termos, o capital em plena expansão permitiu melhora no emprego e renda com respectiva melhoria do padrão de vida e incorporação da classe trabalhadora ao mercado de consumo. Por outro lado, o século XX³⁶

³⁵ Primeira fase da Revolução Industrial (manufatureira), seguida de uma segunda fase – anos 1840 a 1895 – com base em bens de capital, tendo como principais matérias o carvão, o ferro e o aço (HOBBSAWM, 2000).

³⁶ O século XX, para Hobsbawm (1995), tem início em 1914, com a Primeira Guerra Mundial, e término em 1991, com a queda da União Soviética e fim da Guerra Fria. Para o autor, o século XX é composto de três “eras” distintas, a saber: primeiro período, denominado de “Era das Catástrofes”, de 1914 a 1945, período em que se

foi marcado como um período de guerras, revoluções, genocídios, miséria, grandes pestes e crises econômicas – a exemplo a grande crise de 1929.³⁷

Pertence também a esta conjuntura a Guerra Fria, que teve início com o fim da Segunda Guerra Mundial, perdurou até fins do século XX e trouxe consigo uma corrida armamentista que colocou em cena a ameaça de uma terceira guerra mundial. Embora as potências que deram origem a esse “estado de guerra” – Estados Unidos e URSS – não tenham entrado em conflito armado diretamente, o estado de alerta, tensão e conflito foi instalado, culminando inclusive com a construção do Muro de Berlim, para dividir o capitalismo e o socialismo. Hobsbawm dirá que

[...] a Guerra Fria não foi uma era em que se esqueceu a luta. Dificilmente houve um ano entre 1948 e 1989 sem um conflito armado bastante sério em alguma parte. Apesar disso, os conflitos eram controlados, ou sufocados, pelo receio de que provocassem uma guerra aberta — isto é, nuclear — entre as superpotências (HOBSBAWM, 1995, p. 249).

A barbárie da corrida imperialista por poder/dominação de novos mercados de consumo e mais matéria-prima caracterizam o século XX como

[...] o século mais assassino de que temos registro, tanto na escala, frequência e extensão da guerra que o preencheu, [...] como também pelo volume único das catástrofes humanas que produziu, desde as maiores fomes da história até o genocídio sistemático. Ao contrário do “longo século XIX”, que pareceu, e na verdade foi, um período de progresso material, intelectual e moral quase ininterrupto, quer dizer, de melhoria nas condições de vida civilizada, houve, a partir de 1914, uma acentuada regressão dos padrões então tidos como normais nos países desenvolvidos e nos ambientes da classe média e que todos acreditavam piamente estivessem se espalhando para as regiões mais atrasadas e para as camadas menos esclarecidas da população (HOBSBAWM, 1995, p. 22).

destacam a ocorrência da Primeira e Segunda Guerras Mundiais; segundo período, chamado de “Era de Ouro”, demarcado a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, onde se dá o início de breve período que duraria até a década de 1970 e que é marcado pela expansão do mundo industrial, que quadruplicou a produção de produtos manufaturados e aumentou em dez vezes a exportação e pela expansão pelo mundo do modelo de produção em massa estilo Henry Ford. O período é marcado ainda pela revolução tecnológica, por expressivo crescimento econômico, elevação da produção de alimentos, alterações sociais e a criação do Estado de bem-estar social. Por fim, na “Era do Desmoronamento”, com o declínio da “Era de Ouro”, tem lugar a instabilidade e crise. Mesmo nos países mais ricos, entra em cena altos índices de desemprego e desigualdade social e econômica. Neste período, ocorre um aumento da concentração de renda entre uma reduzida porcentagem de mais ricos e agravam-se os níveis de misérias entre os mais pobres.

³⁷ “[...] quebra da Bolsa de Nova York em 29 de outubro de 1929. Equivaleu a algo muito próximo do colapso da economia mundial, que agora parecia apanhada num círculo vicioso, onde cada queda dos indicadores econômicos (fora o desemprego, que subia a alturas sempre mais astronômicas) reforçava o declínio em todos os outros.” (HOBSBAWM, 1995, p. 96).

Ainda que no período pós-guerras, especialmente em decorrência da eminência de avanço do socialismo, o capitalismo, em um breve período de expansão, apresente uma face mais comedida em que o Estado assume a proteção social e traz um mínimo de segurança para a classe trabalhadora, esse período, do Estado de bem-estar social e de pleno emprego, foi muito breve. Assim, a lógica do capital logo se adaptou, novamente, a conviver com as mais variadas expressões da “questão social”³⁸ – muitas vezes reprimidas por meio da força policial.

O fracasso da economia dá lugar ao endividamento dos países e a uma guerra ideológica de argumentos econômicos entre liberais defensores do livre mercado e os keynesianos defensores do pleno emprego e do Estado de bem-estar social. A materialização da lógica do livre mercado com minimização do Estado, defesa da livre concorrência, individualismo e competitividade, os baixos salários e os altos índices de subemprego e desemprego traduzem o êxito da lógica neoliberal conservadora.

[...] Os keynesianos afirmavam que altos salários, pleno emprego e o Estado de Bem-estar haviam criado a demanda de consumo que alimentara a expansão, e que bombear mais demanda na economia era a melhor maneira de lidar com depressões econômicas. Os neoliberais afirmavam que a economia e a política da Era de Ouro impediam o controle da inflação e o corte de custos tanto no governo quanto nas empresas privadas, assim permitindo que os lucros, verdadeiro motor do crescimento econômico numa economia capitalista, aumentassem. De qualquer modo, afirmavam, a “mão oculta” smithiana do livre mercado tinha de produzir o maior crescimento da “Riqueza das Nações” e a melhor distribuição sustentável de riqueza e renda dentro dela; uma afirmação que os keynesianos negavam [...] (HOBSBAWM, 1995, p. 399).

É importante acentuar, entretanto, que a liberdade defendida pelos liberais está restrita ao âmbito da individualidade e da propriedade e se inscreve em um caráter jurídico formal, ou seja, trata-se de uma liberdade mercadológica em que para a classe trabalhadora resta-lhe a possibilidade de liberdade de venda da força de trabalho, entretanto, não está no campo das possibilidades a liberdade da escolha das condições de trabalho. Tonet (2005, p. 82). nos dirá “[...] a forma concreta do trabalho constitui, a cada momento da história, a matriz de uma determinada forma de sociabilidade [...]”. No modo de produção capitalista a

³⁸ “Quanto à pobreza e miséria, na década de 1980 muitos dos países mais ricos e desenvolvidos se viram outra vez acostumando-se com a visão diária de mendigos nas ruas, e mesmo com o espetáculo mais chocante de desabrigados protegendo-se em vãos de portas e caixas de papelão, quando não eram recolhidos pela polícia. Em qualquer noite de 1993 em Nova York, 23 mil homens e mulheres dormiam na rua ou em abrigos públicos, uma pequena parte dos 3% da população da cidade que não tinha tido, num ou noutro momento dos últimos cinco anos, um teto sobre a cabeça (New York Times, 16/11/93). No Reino Unido (1989), 400 mil pessoas foram oficialmente classificadas como “sem teto” (HOBSBAWM, 1995, p. 396).

força de trabalho é expropriada pelo capitalista na medida, forma, necessidade e gana do capital, eliminando a possibilidade da liberdade e estabelecendo o caráter antagônico deste modo de produção.

Em outros termos, pode-se afirmar que a burguesia a muito rompeu com a filosofia que a colocou no poder (liberdade, igualdade e fraternidade) o que se manteve foi uma manipulação teórica, com vistas a garantir seus interesses capitalistas. Em suma, o capital contou e conta com fundamentações “teóricas” que corroboraram para sua lógica perversa, os fundamentos, a realidade, o concreto é manipulado para dar sustentação ao capital, conforme abordado no primeiro capítulo, e a classe trabalhadora é manobrada para atender aos interesses da burguesia, lógica que só será alterada com a alteração da ordem social vigente.

Como resultante desta lógica contraditória os trabalhadores ao criarem a riqueza para o capital ampliam as condições de exploração e miséria própria, conforme nos evidencia Iamamoto (2012, p. 54) “A classe trabalhadora cria, pois, em antítese consigo mesma, os próprios meios de sua dominação, como condição de sua sobrevivência”. Contradição materializada nas diferentes expressões da “questão social”.

Netto (2001, p. 42-43) chama atenção para a relevância de esclarecer quanto à semântica da expressão “questão social”. O autor localiza o surgimento da expressão na Europa Ocidental no século XVIII, com a primeira onda industrial, em que era utilizada para explicar o pauperismo absoluto que afetava a classe trabalhadora: “[...] pela primeira vez na história registrada, *a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas*” (grifos do autor). Ou seja, não se tratava da escassez de bens, produtos e serviços que historicamente contribuiu para a divisão: ricos e pobres, tratava-se do avanço da miséria dos trabalhadores em razão das condições que, supostamente, deveriam reduzi-la – a produção. Esse cenário leva os pauperizados a diversas formas de protestos “Foi a partir da perspectiva de uma eversão da ordem burguesa que o pauperismo designou-se como ‘questão social’”. Em outros termos, a expressão “questão social” surge para escamotear a contradição capital-trabalho – sendo, portanto, parte constitutiva da dinâmica do capital, está relacionada à sociabilidade do capital. Como parte da presente análise, entende-se que

O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a “questão social” – diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da “questão social”; está não é uma sequela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante. A “questão social” é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira conservando-se o segundo (NETTO, 2001, p. 45).

O capitalismo, para garantir sua própria manutenção, cria mecanismos de reprodução/ampliação, expropriando da classe trabalhadora suas potencialidades, e conduz o trabalhador a um processo alienante em que o ser social é afetado pelas condições concretas da dinâmica contraditória capital-trabalho, as quais se tornam visíveis, embora muitas vezes inviabilizadas na fragmentação em diferentes expressões da “questão social”. Sendo assim,

A convivência direta entre a emergência da “questão social” nas entranhas do modo-de-produção capitalista e a elaboração teórico-metodológica da classe burguesa, expressam uma das manifestações concretas da relação contraditória e antagônica que acompanhará a trajetória diária entre as classes burguesa e trabalhadora (BATISTA, 2004a, p. 2).

Ainda sobre o mesmo tema, Netto (1989, p. 91) expõe que Marx se confronta com a “questão social” tanto teórica quanto politicamente no capitalismo concorrencial clássico e entende esta enquanto processo do capitalismo. “[...] Para Marx, o capitalismo é a produção e a reprodução contínua e ampliada da ‘questão social’. Na ótica marxiana, a superação da ‘questão social’ demanda, liminarmente, a ultrapassagem dos marcos do capitalismo [...]”. Oportuno destacar que Marx era vinculado à vertente revolucionária. Significa que a busca por apreender a natureza a estrutura e a dinâmica da sociedade burguesa capitalista tinha como objetivo ultrapassá-la e buscar a autoconsciência do ser social. Entretanto, o capitalismo, dentre tantos mecanismos, também se utiliza de forças teóricas no sentido de sua justificação, ainda que, para tanto, o movimento do objeto tenha que ser manipulado, a exemplo da interpretação realizada por Rosanvallon em torno do que ele denominou de “nova Questão Social”, ao explicar a conjuntura em que a lógica contraditória do modo de produção capitalista passa a afetar, além da classe do proletariado, também a própria classe burguesa, detentora dos meios de produção, nas últimas décadas do século XX – momento em que o capital passa por mais uma de suas crises estruturais – (BATISTA, 2004b).

Os intelectuais orgânicos, alinhados e atrelados à lógica propositiva ao modo de produção capitalista insistem em apresentar os fatos, porém não o explicam, [...] o abismo teórico-prático, presente na obra de Rosanvallon é uma munição de alto calibre, de poder destruidor das consciências humanas individuais ou coletivas organizadas ou não. Isto porque seus argumentos procuram, em diferentes momentos da interlocução, reafirmar que a sociedade capitalista é o espírito absoluto que atingiu sua perfeição. Distante, ao apresentar e mostrar o movimento do modo de produção capitalista, Rosanvallon expressa sua construção por meio de notas isoladas, filosóficas e estatísticas e com experiências vivenciadas, em específico, na França e com algumas pontuações referentes ao Estados Unidos. Sua

exposição é marcada pelo esvaziamento dos conteúdos lógicos e históricos das categorias em discussão. O que explicita sua perspectiva restauradora (BATISTA, 2004b, p. 8).

Rosanvallon transfere para os indivíduos sociais – classe do proletariado – a responsabilidade dos conflitos da relação capital-trabalho e o consequente agravamento e surgimento de novas expressões da “questão social”. Em uma clara opção pela classe burguesa, seus argumentos restauradores escamoteiam o antagonismo de classe e evocam para sentimentos cívicos e de solidariedade (BATISTA, 2004b). O autor descreve as formas como se materializa o contraditório sistema capitalista:

Juntamente ao pôr-se da classe proletária em para-si a partir de 1830 sua posição de classe era alvo de uma determinação histórica impossível de ser ignorada. Neste mesmo marco histórico o pauperismo, maior expressão da “questão social”, assolava violentamente a vida cotidiana dos trabalhadores e de seus familiares. Não conseguindo esconder as mazelas que o próprio projeto burguês criara, pois também já sofria consequências das suas contradições, a classe burguesa em consolidação, foi obrigada a reconhecer e responder no campo teórico-prático, por meio da pseudocientificidade e pela repressão, ao espectro que abalava e assustava-a e, com ela, os princípios conquistados no decorrer das lutas travadas da Revolução Francesa (BATISTA, 2004a, p. 3).

A contradição do modo de produção capitalista gera, com maior ou menor intensidade, a depender da conjuntura e da correlação de forças, a pobreza, a miséria, a fome, diferentes formas de violência, o abandono, a exclusão, a precarização das relações sociais e de trabalho, revoltas, a repressão, a injustiça social. O tempo pandêmico presente materializa essa triste contradição de classes e os “limites” do modo de produção capitalista que fere a classe trabalho negando-lhes a potencialidade da vida e sua reprodução, conforme esclarece Antunes (2020, p.13)

É no solo da *crise estrutural do Capital* que a pandemia vem se proliferando intensamente e, em poucos meses, já levou à morte de milhares de pessoas em todo o mundo, além de desempregar milhões de trabalhadores e trabalhadoras.

Dados preliminares apresentados pela OIT projetavam a perda de 195 milhões de empregos em tempo integral já no segundo trimestre de 2020 (veremos que de fato serão efetivamente muito mais, dada a *invisibilidade* odiosa que caracteriza o mundo do trabalho em nosso tempo), sendo que 1,6 bilhão de pessoas, que viviam na informalidade, já estavam sofrendo com a destruição de suas próprias condições de sobrevivência ultraprecárias (grifos do autor).

A dimensão negadora do trabalho – no modo de produção capitalista – e as diferentes expressões da “questão social” possuem relação de causa e efeito. O processo antagônico deste modo de produção, baseado na exploração de todas as potencialidades do trabalhador, estabelece uma realidade de miséria e precarização de diferentes dimensões as quais são drasticamente agravadas em cenários de crise. A riqueza socialmente produzida é apropriada privadamente e a classe trabalhadora é desprovida das condições básicas de sobrevivência, numa clara demonstração do alcance do antagonismo de classe. A evolução da tecnologia – produto da capacidade criativa/teleológica do trabalho humano – ao invés de contribuir para minimizar o “peso” do labor humano, foi utilizada para diminuir os espaços/postos de trabalho, acelerar e fragmentar os processos de produção, alienar o trabalhador do processo produtivo, precarizar as relações sociais e para criar um exército de reserva da força de trabalho; em resumo: foi utilizada para tornar o humano um acessório de fácil substituição da máquina a serviço do capital.

O sistema capitalista cria e acirra, cada vez mais, as expressões da “questão social” e, em decorrência, tem-se a negação das necessidades humanas. Em outros termos, o capitalismo, especialmente em momentos de crises, para garantir sua reprodução se utiliza de mecanismos políticos e ideológicos que aumentam o nível da desigualdade social, precariza o trabalho, gera o subemprego, o desemprego, a pobreza, a miséria, a fome, o abandono, a marginalização, a violência em suas diferentes formas, a morte. E, é no resultado da “obra do capital”, que o assistente social é chamado a intervir, para operar os direitos dos usuários das políticas públicas, dar respostas para as expressões da “questão social”, expressões que são de ordem econômica e social, ou seja, resultantes do sistema antagônico em que estamos inseridos. Segundo (LACERDA, 2014), é importante, entretanto, ter a clareza de que,

[...] não há encaminhamento técnico milagroso que dê conta de materializar na realidade os direitos previstos formalmente, posto que o concreto movimento histórico impede que isso aconteça: a penúria do trabalhador advém da peculiaridade do modo de produção capitalista que não é tocada por nenhuma política social, satisfazendo parcialmente necessidades da classe trabalhadora oriunda da exploração do trabalho, porém, sem tocar nesta [...] (LACERDA, 2014, p. 27).

Ressalte-se, ainda que o exercício profissional do assistente social, não dá conta dos problemas estruturais da sociedade capitalista, porém, o conhecimento analítico dos componentes inerentes ao modo de produção capitalista, que estão presentes na realidade do campo de atuação dos profissionais (natureza das políticas públicas e da política econômica, forças ideológicas dominantes), o conhecimento analítico referente ao público usuário das

políticas públicas e suas demandas, o comprometimento ético pela emancipação humana e a busca pela construção de caminhos coletivos contribuem para respostas críticas, conforme nos aponta Lacerda (2014, p. 27),

[...] a leitura que o profissional faz dos elementos constitutivos do seu exercício profissional é fundamental para o alargamento das possibilidades de atenção de necessidades do cidadão em questão: apreender o usuário dentro de suas condições materiais e perceber as refrações da “questão social” é a única forma de superar preconceitos e a psicologização da “questão social”, possibilitando recobrar a perspectiva de totalidade da questão em tela, procedendo os encaminhamentos e intervenções mais adequadas; perceber o Estado e as políticas sociais no âmbito da luta de classes enquanto se domina a burocracia e a técnica são fundamentais para gerar respostas criativas.

Assim, entendemos que o exercício profissional do assistente social pode tanto corroborar para manutenção do *status quo* da ordem vigente, ou possibilitar aos “invisibilizados” pelo sistema capitalista, alternativas de atendimento às demandas destes, dando-lhes voz e lugar no mundo. Ainda que, a superação das expressões da “questão social” demande a alteração da ordem social, o qualificado exercício profissional, nos espaços das políticas públicas, possibilita amenizar a intensidade destas sequelas, daí a necessária defesa pela universalização das políticas sociais. A seguir avançamos na análise da profissão em particular, no contexto da divisão social e técnica do trabalho como especialização do trabalho coletivo.

2.2 SERVIÇO SOCIAL E TRABALHO PROFISSIONAL

O processo de estudo proposto para a presente pesquisa – busca ao substantivo – requisita-nos apreender sobre o Serviço Social no que diz respeito ao contexto em que a profissão “nasce”, à situação histórica e política da época e às bases que a estruturam. Assim, Netto (1992) nos apontará que a profissionalização do Serviço Social não pode ser traduzida como a evolução da ajuda e da filantropia ou uma organização da caridade, antes está ligada à dinâmica e às contradições da ordem capitalista monopolista. O Serviço Social surge relacionado à sociedade burguesa e tem na “questão social” a razão de existir. Sendo assim,

O processo pelo qual a ordem monopólica instaura o espaço determinado que [...] propicia a profissionalização do Serviço Social tem sua base nas modalidades através das quais o Estado burguês se enfrenta com a ‘questão social’, tipificadas nas políticas sociais. Estas [...] requerem, portanto,

agentes técnicos em dois planos: o da sua formulação e o da sua implementação. Neste último, [...] põe-se a demanda de atores da mais variada ordem, entre os quais aqueles que se alocam prioritariamente no patamar terminal da ação executiva – o ponto em que os diversos vulnerabilizados pelas sequelas e refrações da ‘questão social’ recebem a direta e imediata resposta articulada nas políticas sociais setoriais. Neste âmbito está posto o *mercado de trabalho* para o assistente social: *ele é investido como um dos agentes executores das políticas sociais* (NETTO, 1992. p. 70, grifos do autor).

Em resumo, é na contradição da relação capital-trabalho e, ainda, em decorrência dela que se dará a profissionalização do/a assistente social. O Serviço Social está ligado à dinâmica e contradições da ordem capitalista monopolista e tem nas relações sociais seu objeto de atuação profissional. Netto (1989, p. 90), ao abordar o tema Serviço Social e a tradição marxista, evidencia que ambos são impensáveis fora da sociedade burguesa; ou seja, existem em decorrência da lógica opressora e exploradora do sistema capitalista e tem na “questão social” – “[...] conjunto de problemas, econômicos, sociais, políticos, culturais e ideológicos [...]”, produzido pelo capitalismo, ponto de convergência. Entretanto, é necessário ter clareza que, enquanto o pensamento de Marx funda a teoria social e possui uma perspectiva revolucionária, o Serviço Social nasce como profissão amparada numa perspectiva conservadora, ou seja, com o compromisso de administrar a “questão social” sendo funcional ao capital³⁹.

Dessa maneira, abordar sobre o trabalho profissional de assistente social leva-nos a considerar que o Serviço Social foi gestado no sistema capitalista monopolista e que sua prática e justificação teórica se davam pelo conservadorismo de bases confessionais, orientando para uma ação missionária. Na sua história a profissão se posicionou contrária ao liberalismo e, também, ao comunismo, concebendo a “questão social” como questão moral religiosa, desconsiderando, as determinações econômicas e políticas. No Brasil sua origem está ligada inicialmente à influência do pensamento conservador europeu franco-belga

³⁹ A primeira aproximação do Serviço Social brasileiro à tradição marxista ocorre por meio de caminhos equivocados, ou seja, aproximação ao marxismo sem a obra de Marx. Equívoco que começa a ser “corrigido” na década de 1980, em uma nova aproximação, desta vez mais qualificada. Exemplo material é a publicação de *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil* de Marilda Villela Iamamoto e Raul de Carvalho em 1982. Netto, ao prefaciar o livro *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social*, de Marilda Villela Iamamoto (2013), atribui a esta autora papel determinante na aproximação entre o Serviço Social brasileiro e a obra de Marx. Nas palavras do prefaciador “[...] É possível dizer, sem o risco do exagero, que Marilda inaugurou, no Brasil, a interlocução entre os assistentes sociais e a obra seminal de Marx” (p. 12). Na obra referida, Iamamoto realiza análise rigorosa sobre o Serviço Social e a produção e reprodução das relações sociais tendo como fundamento a concepção marxista (NETTO, 2013).

posteriormente transitando para a sociologia conservadora norte-americana (IAMAMOTO, 2013)⁴⁰.

Segundo Iamamoto (2007), no sistema capitalista se materializa e amplia o antagonismo de interesses à medida que, de um lado, tem-se a igualdade jurídica do homem “livre”, para a venda da força de trabalho, de outro, se materializa a contraditória desigualdade econômica a partir da apropriação privada da riqueza socialmente produzida, riqueza derivada da expropriação de trabalho alheio. A autora evidencia que o Serviço Social não escapa a essa realidade e que o trabalho profissional se desenvolve na dinâmica das relações sociais vigentes. Os profissionais, ao se inscreverem na divisão sociotécnica do trabalho, tem sua força de trabalho mercantilizada. Na análise histórico-crítica, na qual a autora se fundamenta,

[...] O assistente social, ao ingressar no mercado de trabalho [...] vende sua força trabalho: uma mercadoria que tem um valor de uso, porque responde a uma necessidade social e um valor de troca expresso no salário [...] corresponde a um trabalho complexo que requer formação universitária. É por meio dessa relação mercantil que se dá a objetivação do valor de uso dessa força de trabalho, expressa no trabalho concreto exercido pelo assistente social, dotado de uma qualidade determinada, fruto de sua especialização no conserto da divisão do trabalho (IAMAMOTO, 2007 p. 217-218).

A crítica ao Serviço Social Tradicional, as contradições e antagonismos da realidade latino-americana e a aproximação à Teoria Social de Marx, permitiu a adensamento da análise crítica da realidade e da intervenção profissional no contexto latino-americano. No período de 1965 a 1975 ocorreu o Movimento de Reconceituação do Serviço social, o qual evidencia a crise que vivia a profissão: de um lado, profissionais guiados pela teoria conservadora, alienados e longe de reconhecerem-se como classe trabalhadora, em oposição, profissionais

⁴⁰ O conservadorismo na ação profissional vai se metamorfoseando, “vestindo novas roupas”. Entretanto, mantém a essência de estar a serviço da classe dominante. Na década de 1960, com novo discurso e novos métodos, a prática profissional relega os problemas materiais a um segundo plano e recorre à psicologização para adaptar os desadaptados e integrar os desintegrados da sociedade. Os problemas econômicos e políticos tornam-se problemas sociais e os direitos conquistados, benefícios. Remonta também das décadas de 1950 e 1960 os primeiros questionamentos em relação ao caráter conservador da profissão e suas bases, o que Iamamoto (2013) denomina de “busca de ruptura com a herança conservadora” (p. 40). Em um contexto de radicalização política – colapso do populismo e reorientação do imperialismo que culminou na ditadura de 1964 –, a categoria profissional estava em ampliação e modernização, a classe trabalhadora estava mais organizada e a classe média com maior grau de politização, o que contribuiu para o autoquestionamento sobre a natureza, função e fundamentos da ação da profissão (IAMAMOTO, 2013). Este autoquestionamento, na conjuntura latino-americana no período, gerou o Movimento de Reconceituação do Serviço Social na América Latina.

com pensamento crítico, que lutavam pela democratização das relações social e enfrentara a alienação do trabalho. Assim, esse segundo grupo, pauta-se em bases teórico-metodológicas que buscam superar as práticas tradicionais do Serviço Social e, por meio de uma análise crítica da realidade social, esses assistentes sociais buscam um melhor desempenho no agir profissional para atender as expressões da “questão social”. Iamamoto nos dirá que,

A ruptura com a herança conservadora expressa-se como uma *procura*, uma *luta por alcançar novas bases de legitimidade da ação profissional do Assistente Social*, que, *reconhecendo as contradições sociais presentes nas condições do exercício profissional, busca colocar-se, objetivamente, a serviço dos interesses dos usuários*, isto é, dos setores dominados da sociedade. Não se reduz a um movimento “interno” da profissão. Faz parte de um *movimento social mais geral*, determinado pelo confronto e correlação de forças entre as classes fundamentais da sociedade, o que não exclui a responsabilidade da categoria pelo *rumo dado às suas atividades e pela forma de conduzi-las* (IAMAMOTO, 2013, grifos da autora, p. 42).

A partir dos anos 1980, é possível demarcar a ruptura teórica e prático-política com a herança conservadora; significa que, embora longe de superar o conservadorismo, hoje, pode-se situar a hegemonia em torno do projeto ético-político profissional, o qual, conforme explicita Netto (2015) se refere a uma *programática profissional*⁴¹ onde se prevê a direção social que se pretende através da formação e pela prática profissional dos assistentes sociais. Este avanço é resultado da articulação entre profissionais ligados diretamente à intervenção/prática e profissionais que atuavam nas universidades, especialmente com a promulgação da Constituição Federal de 1988⁴².

Para Netto (2016), é necessário um novo estudo sobre a profissão, considerando que o Serviço Social atual não é o mesmo das décadas de 1980/1990, quando se gestou o projeto

⁴¹ “A programática que é a substância do projeto ético-político profissional do Serviço Social brasileiro resulta da articulação que vincula esses três níveis da constituição profissional: a legislação que regula o exercício da profissão, o seu código de ética e os parâmetros da formação acadêmica. Nestes três pilares assenta o projeto ético-político profissional” (NETTO, 2015 p. 236).

⁴² Logo após a promulgação da Constituição Federal de 1988, as lideranças profissionais articularam as alterações nos instrumentos normativos da prática profissional, adequando-os às requisições da nova Constituição e às novas condições/relações de trabalho em que os profissionais estavam inscritos. A adequação destas normativas contou com ampla participação da categoria profissional, culminando na adequação dos instrumentos de consolidação do trabalho profissional: a lei que regulamenta a profissão, Lei nº 8.662/93; o Código de Ética Profissional do Assistente Social, de 1993; e as Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social, aprovadas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 1996). Esta última orienta para uma formação com base nas dimensões: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Estes instrumentos materializam a maturidade e o comprometimento da categoria profissional com a classe trabalhadora e evidenciam o projeto de profissão, refletindo a imagem hegemônica do Serviço Social brasileiro – não confundamos com homogênea, pois o conservadorismo ainda se faz presente na categoria. Conscientes dos limites, enquanto categoria profissional, os assistentes sociais assumem a defesa pela construção de outro projeto societário (NETTO, 2015).

ético-político profissional. O autor chama atenção para as vertentes neoconservadora e pós-moderna, que almejam “superar” a tradição marxista na profissão. É necessário apreender, por meio da reconstrução analítica, o movimento real do Serviço Social contemporâneo, estudar como os impactos das alterações econômicas, sociais, ideológicas e políticas recentes foram processados pela profissão. Para o autor, a história da profissão deve ser vista como meio pelo qual se conhecem alternativas para a construção do futuro que se almeja.

Ao longo das últimas décadas, o Serviço Social brasileiro tornou-se referência na América Latina e na Europa, entretanto, as forças conservadoras permanecem vivas e atuantes, e a conjuntura atual, especialmente a brasileira, contribui para que as práticas conservadoras se propaguem. Escorsim Netto (2011, p. 16) nos advertira,

Não nos enganemos, porém: o conservadorismo contemporâneo apresenta inúmeros traços de que carece o conservadorismo “clássico” – e são tantos, que fazem da constelação conservadora atual algo bastante diverso daquela do século XIX. Característica mais imediata do conservadorismo contemporâneo [...], consiste em que ele *não se apresenta como o conservadorismo e, portanto, oculta e escamoteia sua raiz e seus conteúdos conservadores* [...] (grifos da autora,).

Souza (2015), ao apresentar indicativos que caracterizam o conservadorismo⁴³ moderno, aponta que eles dificilmente assumem uma filiação teórica ou tradição ideológica, mas valorizam o *presente*, se aproximam do pragmatismo, valorizam “o é possível” no momento, não têm oposição a mudanças, desde que estas não sejam desencadeadas pela classe trabalhadora. O autor alerta que:

Em qualquer das correntes e a depender da conjuntura, o *conservantismo* tenta aparecer como o canal mais prudente e seguro para a condução das mudanças sócio-políticas (estritamente) necessárias. No mesmo sentido, parece corporificar as melhores balizas para a razão, entronizando princípios valorativos como: a prudência, o ‘realismo’, a ‘humildade’ e o ‘ceticismo metodológico’ (SOUZA, 2015, p. 15, grifos do autor).

⁴³ Embora tenham ocorrido conflitos entre o conservadorismo e o capitalismo, especialmente em decorrência das mudanças impostas pelo capitalismo nas tradições sociais, políticas, culturais e econômicas, os conservadores da década de 1970 cuidaram de realizar a conciliação com a tradição liberal, admitindo-se as reformas que ampliassem a liberdade do mercado, ainda que implicassem, dentre outros, a desregulamentação, liberalização, privatização e as reformas tributárias, fiscal, monetária e trabalhista, e ainda que, “a reconciliação do conservadorismo com o liberalismo completou-se na incorporação da ideia de que o lucro é a mediação fundamental do desenvolvimento, individual e coletivo. Daí em diante, o mercado livre passa a ser visto como portador e fundador das possibilidades de explicitação das capacidades humanas. [...] o modo de produção capitalista é encarado, reificadamente, como se fosse apenas a universalização (natural e espontânea) das trocas mercantis. Segundo a visão conservadora, reconciliada com os preceitos liberais, trata-se, apenas, de zelar pelas qualidades morais necessárias à sadia permanência dos indivíduos dos mercados” (SOUZA, 2015, p. 18).

A conjuntura atual tem demonstrado que vivemos tempos de avanço das forças neoliberais, forças conservadoras, forças opressoras neofacistas. As crises do capital são tratadas pelo Estado com políticas de ajustes econômicos que ferem os direitos da classe trabalhadora, numa clara opção pela defesa/preservação do sistema capitalista e a classe trabalhadora é conduzida para a precarização extrema. É necessário ampliar consciências sobre a contraditória relação capital-trabalho – apropriação privada da riqueza socialmente produzida, Estado como mecanismo de controle dos expropriados –, controle da classe trabalhadora. Entender que somente pela via da organização coletiva da classe trabalhadora é possível transformar a realidade social o que pressupõe consciência de classe. Conhecer os fundamentos da profissão deve servir para deixar os profissionais alertas no cotidiano de atuação. É neste espaço, de contraditória inserção, que está dada a possibilidade de realizar diariamente a opção por uma ação comprometida com a classe trabalhadora; é neste espaço que os profissionais são convocados a materializar os fundamentos do projeto ético-político da profissão.

Atendo-nos ao tema da presente pesquisa, *Trabalho de assistentes sociais na assistência estudantil das universidades federais UNILA e UNILAB*, cumpre aclarar que nos referimos ao trabalho improdutivo, isto por que tratamos de trabalhadores, servidores públicos, que estão inseridos no âmbito da prestação de serviços públicos e, conforme nos esclarece Iamamoto (2007, p. 86), “[...] o trabalho realizado diretamente na esfera do Estado, na prestação de serviços públicos, nada tem a ver com o trabalho produtivo, visto que não estabelece uma relação direta com o capital [...]”. Ou seja, o trabalho do assistente social técnico-administrativo em educação está inserido em uma dimensão de formação da força de trabalho, vinculado ao âmbito da reprodução social⁴⁴.

Não se tem a pretensão de, na presente pesquisa, analisar em profundidade esta questão, embora se entenda a relevância de tal estudo. Ainda assim, é importante esclarecer que adotamos aqui a compreensão de que o trabalho produtivo está relacionado com a maneira como a força de trabalho se insere no processo de produção capitalista. Isso significa: o que define o trabalho produtivo e o trabalho improdutivo é a condição ou relação geradora

⁴⁴ “[...] É frequente a tendência de se estabelecer, no nível da análise, uma muralha entre “esfera da produção” - aprisionada nos muros fabris - e “a da reprodução”, reduzida a reprodução de um dos elementos da produção, o seu componente subjetivo, a força de trabalho, pela via do consumo de bens e serviços. Daí a reiterada afirmativa de que o “Serviço Social se situa na esfera da reprodução”, como consequência dessa interpretação empobrecida daquelas categorias analíticas. É interessante verificar que a afirmativa de que o Serviço Social se situa na Esfera da reprodução social é tida como um pressuposto, que dispensaria explicações. Entretanto, a elucidação dos fundamentos teóricos dessa afirmativa é um dos ângulos da polêmica ainda não enfrentada no universo acadêmico do serviço social” (IAMAMATO, 2007, p. 247).

ou não de mais-valia para o capital. Tem a ver com as relações sociais de produção onde o trabalho é realizado, conforme esclarece Iamamoto (2007, p. 78-79).

O trabalhador produtivo é considerado do ponto de vista do proprietário do dinheiro (do capital) e não do ponto de vista do trabalhador [...] um ator teatral é trabalhador produtivo se trabalha a serviço de um capitalista a quem devolve mais trabalho do que recebe como salário. Já um alfaiate que vai à casa do capitalista e produz valores de uso é um trabalhador improdutivo [...]. A determinação material do trabalho e, portanto, de seu produto, nada tem a ver em si com a diferença entre trabalho produtivo e improdutivo: cozinheiros e camareiros de um hotel são trabalhadores produtivos na medida em que seu trabalho se converte em capital para o proprietário do hotel. Os mesmos trabalhadores são improdutivos, enquanto servidores domésticos, porque aí consomem renda [...].

Considerando o exposto, esclarecemos que a presente pesquisa tem como objeto de estudo o trabalho de assistentes sociais, particularmente inseridos no âmbito da esfera pública, inseridos em relações sociais e de sociabilidade do modo de produção capitalista, submetidos a uma relação de assalariamento. Entender o trabalho do assistente social requer situá-lo na condição de trabalhador assalariado, pressupõe entender o Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho. Em resumo, pensar o trabalho profissional do assistente social é, antes de tudo, pensar esta categoria profissional enquanto categoria de trabalhadores assalariados, sujeitos que vendem sua força de trabalho e que, portanto, compõem a parte vulnerável de uma sociedade dividida antagonicamente. Significa que as ações dos profissionais, assim como os sujeitos profissionais, estão submetidas às contradições e aos conflitos inerentes à relação capital-trabalho, e que o exercício profissional se dá na operacionalização de políticas sociais, as quais são gestadas por um Estado classista, Estado burguês, Estado que se preocupa mais em garantir ao capital as condições ideais de extração da mais-valia do que atender às necessidades reais de sobrevivência da classe trabalhadora.

3. O ESPAÇO SOCIOOCUPACIONAL E O TRABALHO DE ASSISTENTE SOCIAL NA UNILA E NA UNILAB: ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

O terceiro capítulo dessa dissertação visa apresentar as aproximações extraídas do movimento do objeto estudado, mediações em uma totalidade de menor complexidade, parte e expressão de uma totalidade mais complexa. Objetiva apresentar a pesquisa sobre o trabalho profissional de assistentes sociais dentro de um contexto maior - política de assistência estudantil no âmbito do ensino superior na política de educação. Só compreendendo, radicalmente, o contexto macro é possível apreender o movimento das determinações, os limites e possibilidades do trabalho profissional particularmente no âmbito da educação, apreender a função, posicionamentos e respostas da ação profissional frente aos espaços de trabalho, a assistência estudantil, na UNILA e na UNILAB.

A estrutura, as categorias analíticas da presente dissertação partem dos dados da realidade, ou seja, dos elementos constantes nas respostas ao questionário da pesquisa. As análises empreendidas revelam sobre o espaço de trabalho e os sujeitos trabalhadores; as expressões da “questão social” e a forma como estas se materializam nestes espaços; as demandas e requisições que chegam ao Serviço Social e as condições e projeto de trabalho profissional apontando para elementos que compõem a leitura e postura da profissão – nos referidos espaços sócio-ocupacionais.

A análise da pesquisa permitiu organizar a exposição dos dados em eixos analíticos que permitam a apreensão das determinações particulares do objeto de estudo. O primeiro é a apresentação dos espaços sócio-ocupacionais nos quais se realiza o trabalho de assistentes sociais. Espaço este permeado por correlações de forças que a depender da conjuntura econômica, social e política tencionam para ações de controle e restrições de direitos, impondo aos sujeitos profissionais destas instituições o desafio de estarem constantemente atentos e articulados para a defesa da assistência estudantil como direito à educação, sob o risco de se tornarem meros instrumentos fiscalizadores do Estado.

É importante destacar que é em razão do Pnaes e sob a conjuntura do Reuni que se amplia a inserção de profissionais de várias formações, dentre eles o/a assistente social, enquanto técnico-administrativo em educação, no âmbito das ações de assistência estudantil do ensino superior. Entretanto, se a história, ainda recente, possibilitou certo avanço, em termos do direito a ingresso e permanência ao ensino superior para a classe trabalhadora, por consequência, ampliou o espaço de inserção da profissão. A conjuntura mais atual, com início pós-golpe 2016 até os dias atuais, tem sido caracterizada pelo acirramento das práticas

neoliberais com desmonte dos direitos sociais e trabalhistas e por sérios ataques às universidades públicas e ao conhecimento científico, o que impõe aos trabalhadores em geral e estrategicamente aos trabalhadores da educação a necessidade da resistência e luta em defesa da universidade pública, laica, gratuita e de qualidade.

3.1 UNILA E UNILAB: O ESPAÇO SOCIOOCUPACIONAL E OS SUJEITOS DO TRABALHO

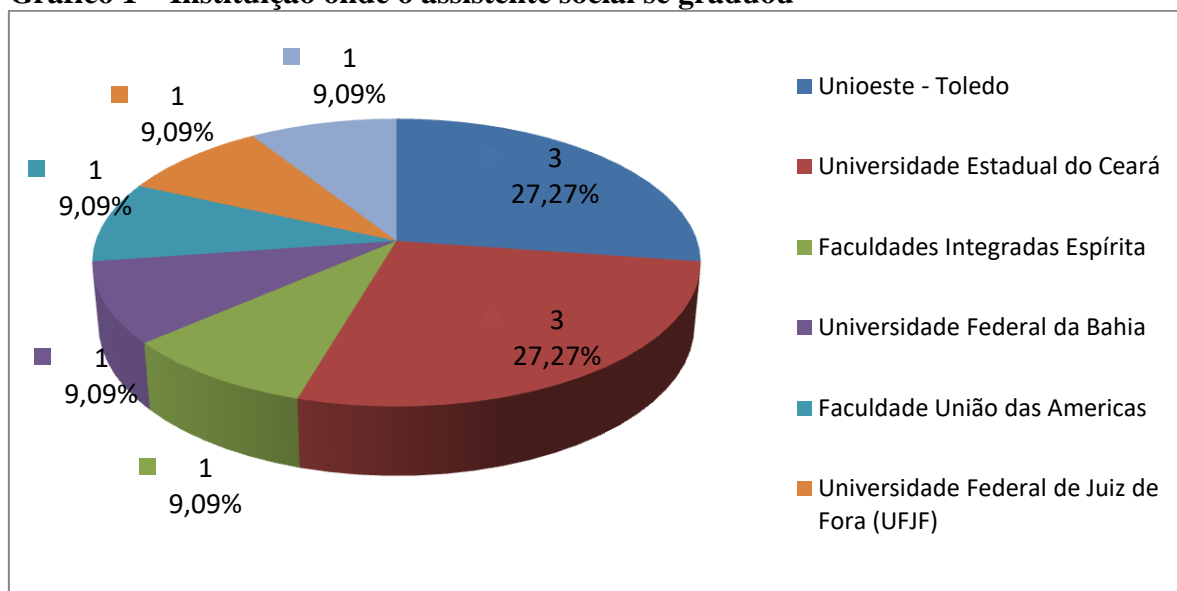
Conforme discussão empreendida no primeiro capítulo, o Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) e estabelece alguns parâmetros/critérios gerais do programa, delegando às Instituições de Ensino Superior (IES) a competência de definir sobre metodologia e critérios para dar acesso e manutenção dos discentes nas ações de assistência estudantil. As IES, por sua vez, criam secretarias, departamentos e/ou pró-reitorias, que assumem o papel de órgão gestor responsável por planejar, executar e avaliar ações no campo da assistência estudantil. Desta forma, na UNILA esta atribuição é delegada à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) e na UNILAB é de competência da Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Estudantis (PROPAAE), ou seja, são estes setores, com suas respectivas equipes de trabalhadores, os principais atores do planejamento e implementação de ações de assistência estudantil. Também são essas equipes que respondem legalmente sobre estas ações perante os demais setores das respectivas instituições, órgãos de controle interno e externo e para a sociedade como um todo, em especial para a demanda reprimida.

Para maior aproximação em relação ao objeto em análise, apresentam-se alguns dados revelados pela pesquisa, os quais permitem um confronto com os elementos constitutivos da realidade em estudo. Assim, cumpre primeiro esclarecer que na primeira parte do questionário constavam perguntas referentes à identificação dos sujeitos da pesquisa e que dos 14 questionários enviados, onze foram respondidos, sendo seis por profissionais da qual denominamos instituição “A” e cinco da instituição “B”.

A partir destes retornos, é possível revelar que dez destes profissionais assistentes sociais (91%) são do sexo feminino e um do sexo masculino (9%). Em relação à natureza da instituição onde se graduaram, dois destes sujeitos foram formados em instituição privada; três em instituição pública federal e seis em instituição pública estadual, entre os anos de 1999

e 2014⁴⁵. Foi indagado ainda, aos sujeitos, o nome da instituição de formação, o que demonstrou que as Universidades Estaduais do Ceará e do Oeste do Paraná (*campus* Toledo) apresentam maior número de egressos que atuam nos campos ora em pesquisa (UNILA e UNILAB), conforme se evidencia no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Instituição onde o assistente social se graduou



Fonte: Dados coletados na pesquisa, 2019.

Os dados apresentados de início reafirmam a predominância feminina na profissão, característica que a acompanha desde a sua gênese: “[...] o Serviço Social está intimamente vinculado a iniciativas da Igreja, como parte de sua estratégia de qualificação do laicato, especialmente de sua parcela feminina [...]” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012, p. 89), ou seja, a profissão tem em sua origem uma associação à imagem conservadora do papel feminino ligado à caridade. Embora muito se tenha avançado, desde a origem da profissão mantém-se, entretanto, a predominância absoluta da mulher na profissão, o que significa que ao pensar o trabalho do assistente social deve-se considerar a questão de gênero, conforme nos pontua Iamamoto (2007):

[...] dado relevante a ser considerado é a *divisão sexual do trabalho e o componente feminino do corpo discente e consequentemente da categoria profissional*. Segundo o Censo do Ensino Superior (INEP/MEC, 2003), dentre os cursos com os dez maiores percentuais de matrícula do sexo feminino no Brasil, em 2003, os cursos de “Serviço Social e Orientação” lideram o maior percentual feminino. Eles detêm 93,8% de matrículas do sexo feminino [...] o que faz da questão da mulher (ou do gênero) um dos

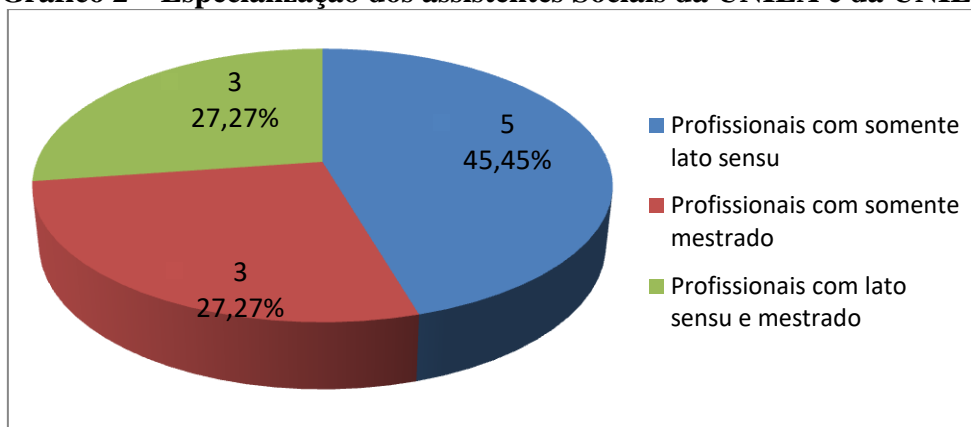
⁴⁵ Em relação ao ano de graduação dos sujeitos: um em 1999; um em 2001; um em 2002; um em 2005; um em 2008; um em 2011; dois em 2012; dois em 2013; um em 2014.

determinantes-chaves para decifrar o trabalho do assistente social: o mercado e as condições de trabalho, a efetivação das competências e atribuições profissionais, a imagem social da profissão e os dilemas da identidade profissional (IAMAMOTO, p. 446- 447, grifos da autora).

Em outros termos, devemos considerar ao abordar sobre o trabalho de assistentes sociais, aspectos relacionados à cultura patriarcal dominante em nossa sociedade e ter a devida clareza de que, embora os cerceamentos ao gênero feminino se deem com expressões mais bárbaras dentro do domínio das relações familiares (violências: físicas, psicológicas, moral, sexual, patrimonial), os efeitos do patriarcado não se restringem ao âmbito familiar, ou seja, trata-se de uma estrutura de dominação que se faz sentir em diferentes esferas da organização da vida em sociedade, a exemplo a esfera econômica, política e, em especial, nas relações de trabalho.

Os dados da pesquisa evidenciam ainda que a grande maioria dos profissionais, 82%, é formada em instituições públicas – sendo que 55% em instituições públicas estaduais. Evidenciam também que a totalidade dos sujeitos pesquisados possui algum tipo de especialização *lato* ou *stricto sensu*, sendo que alguns dos sujeitos possuem os dois níveis de pós-graduação, conforme demonstrado no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Especialização dos assistentes Sociais da UNILA e da UNILAB.



Fonte: Dados coletados na pesquisa, 2019.

Destaque-se que os dados referenciados apontam para a vinculação dos profissionais à formação acadêmica no âmbito da graduação em Instituições filiadas à Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), com formação profissional baseada nas Diretrizes Curriculares de 1996, cujo perfil profissional incorporaram avanços teórico-metodológicos e críticos. Neste sentido, formação profissional comprometida com a classe trabalhadora, reconhecendo a “questão social” como matéria do Serviço Social e requisitando uma capacitação em relação às dimensões teórico-metodológica, ético-política e

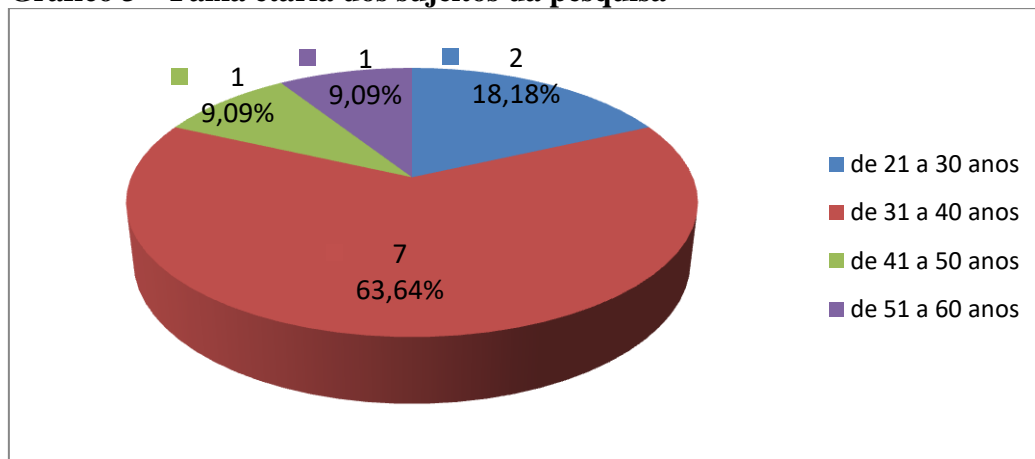
técnico-operativa da profissão. Ou seja, uma formação que direcione a uma práxis profissional pautada na leitura crítica da realidade, que possibilite ainda aos profissionais projetarem suas ações, embasados teórica e politicamente em princípios, os mesmos que direcionam o projeto ético-político da profissão. Assim, nos esclarece Vasconcelos (2015) que,

Na sociedade capitalista, toda a humanidade, assim como a totalidade das categorias de profissionais de nível superior, é requisitada e impingida a colaborar com a burguesia e a favorecer os interesses do capital, independentemente da consciência, das escolhas e do consentimento de cada um dos indivíduos/profissionais.

Para os profissionais conscientes dessa contraditória tarefa e que buscam contribuir na construção de uma nova ordem social calcada na emancipação humana, no âmbito do conflito entre necessidades e interesses das maiorias e das requisições do capital – consubstanciados em requisições institucionais – trata-se de dar respostas individuais e coletivas que resultem em consequências o menos ruins possíveis para as maiorias, ao mesmo tempo em que contribuam com a preparação de momentos de ruptura (VASCONCELOS, 2015, p. 477).

Ainda em relação aos sujeitos da pesquisa, foi possível verificar que a grande maioria é constituída de profissionais com faixa etária inferior a 40 anos, sendo que 63,64% dos sujeitos encontram-se na faixa etária entre 31 e 40 anos, conforme retrata o Gráfico 3.

Gráfico 3 – Faixa etária dos sujeitos da pesquisa



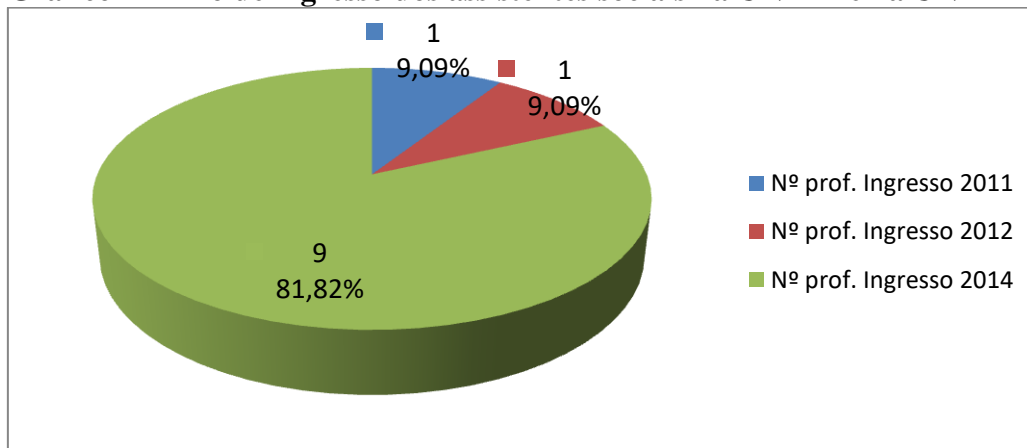
Fonte: Dados coletados na pesquisa, 2019.

Ambas as universidades campo de pesquisa foram criadas no ano de 2010 e em suas leis de criação traziam, em anexo, um Quadro de Pessoal Efetivo, onde se previu o cargo de assistente social, disponibilizando duas vagas para cada instituição. O ingresso destes profissionais ocorre a partir de 2010, na UNILA⁴⁶, e de 2011, na UNILAB, sendo que essas

⁴⁶ Importante registrar que, na UNILA houve ingresso de assistentes sociais para a área da assistência estudantil em 2010 (01 profissional) em 2011 (01 profissional) em 2012 (02 profissional) e em 2014 (06 profissional)

vagas seriam ampliadas, ocorrendo ingresso mais significativo de assistentes sociais, cargo de técnico-administrativo em educação, em 2014. Embora, os dados apresentados não representem a totalidade dos profissionais lotados nestas duas instituições, pois três sujeitos do universo não responderam ao questionário e a pesquisadora foi excluída, ainda assim é possível verificar maior ingresso no ano de 2014, conforme demonstrado no Gráfico 4.

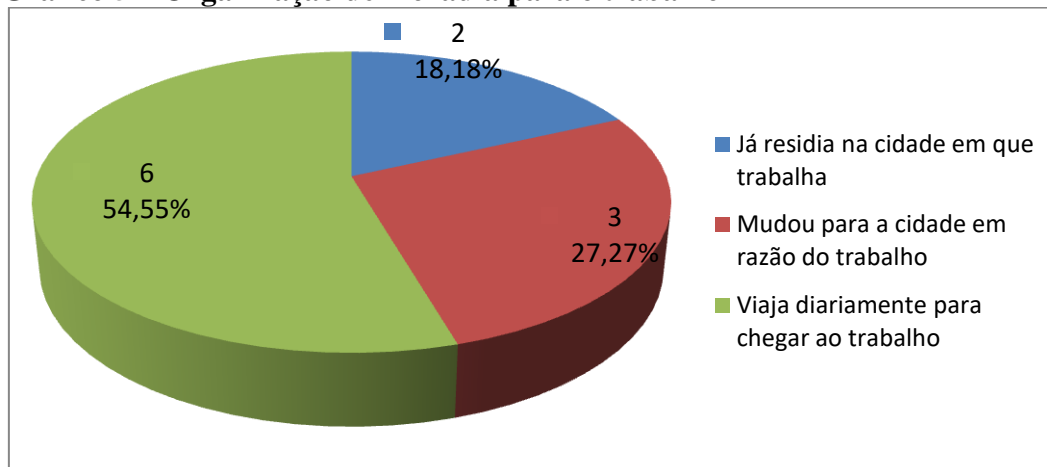
Gráfico 4 – Ano de ingresso dos assistentes sociais na UNILA e na UNILAB



Fonte: Dados coletados na pesquisa, 2019.

Em relação à dinâmica de organização da vida para o trabalho, indagamos se o assistente social sujeito da pesquisa já residia na cidade sede do *campus*, se teve que se mudar em razão do trabalho, ou ainda, se tem que viajar para outra cidade para chegar ao trabalho. Observe-se que 54% dos sujeitos viajam diariamente de uma cidade a outra para ir ao trabalho, como se vê no Gráfico 5 a seguir.

Gráfico 5 – Organização de moradia para o trabalho



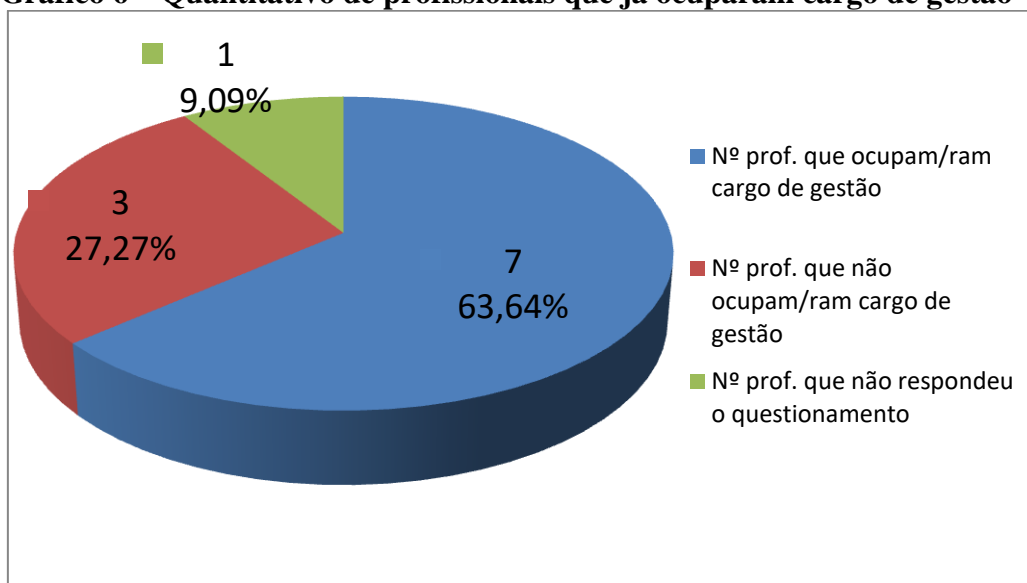
Fonte: Dados coletados na pesquisa, 2019.

sendo que a profissional que ingressou na UNILA de 2010 foi redistribuída para outra instituição de ensino em 2013 e um dos profissionais que ingressou em 2012 solicitou exoneração para assumir outro concurso também no ano de 2013, ou seja, trata-se de uma realidade em constante movimento.

Quando considerados os dados apresentados no Gráfico 5 por instituição, verifica-se que na UNILAB todos os profissionais que responderam ao questionário, na ocasião da pesquisa, não residem na cidade onde se localiza o *campus* em que trabalham, ou seja, a vida profissional demanda locomoção diária de uma cidade a outra. Embora na pesquisa não tenha sido questionado sobre a distância e as condições de transporte, o dado deve ser interpretado levando em conta o processo de desenvolvimento regional desigual do país, considerando-se que se trata de universidades que atendem, também, ao objetivo de interiorização do ensino superior. Dado que pode significar um fator que interfere negativamente na condição de vida e de sociabilidade do trabalhador, leve-se em consideração ainda que, a pesquisa demonstrou que a totalidade dos profissionais pesquisados – da UNILA e da UNILAB –, cumprem jornada de trabalho de 40 horas semanais. Ou seja, passados nove anos desde a publicação da Lei nº 12.317 (BRASIL, 2010c), que altera a duração da jornada de trabalho de assistente social para 30 horas semanais, esta ainda não foi regulamentada para os servidores assistentes sociais técnico-administrativos em educação, o que significa, também, uma característica da precarização do trabalho profissional neste espaço sócio-ocupacional, pois reafirma que,

[...] os efeitos da precarização do trabalho atingem tanto os desqualificados, os trabalhadores com baixa escolarização, mas também os qualificados, os profissionais de nível superior, onde todos podem constituir-se como os “sobrantes do capital”. Assim, os assistentes sociais também estão no “fio da navalha”, de forma ainda mais problemática por serem os profissionais que atuam na perspectiva de acesso das classes subalternas aos direitos sociais (NONATO; VIANA, 2016, p. 290).

Outro questionamento buscou desvelar em relação às funções de gestão que os profissionais desempenham e evidenciou que 63% dos profissionais que responderam ao questionário ocupam ou já ocuparam cargo de gestão nos mais variados níveis, tais como chefia de: seção; departamento; gerência de núcleo; coordenadoria; substituição do cargo de pró-reitor; pró-reitor (PRAE/PROPAE), conforme mostra o Gráfico 6.

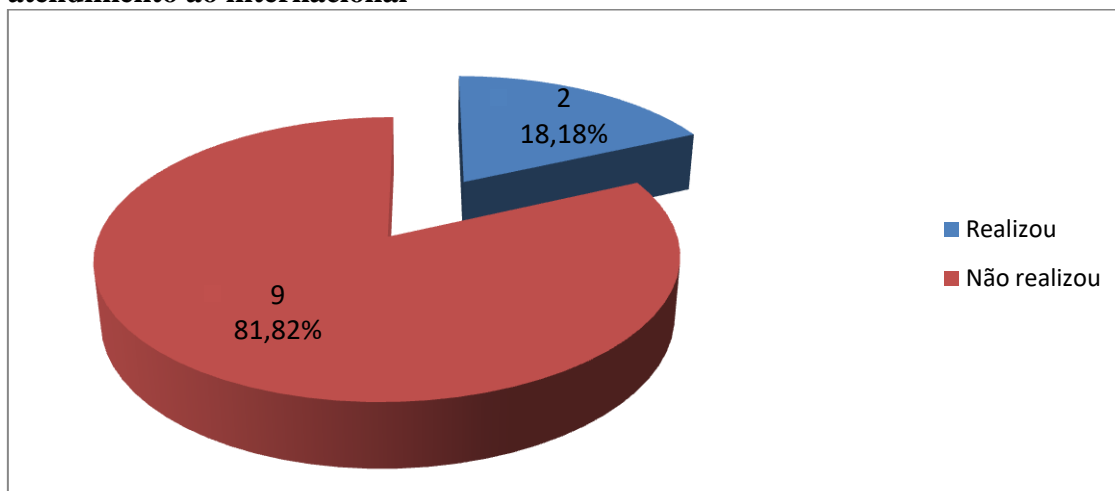
Gráfico 6 – Quantitativo de profissionais que já ocuparam cargo de gestão

Fonte: Dados coletados na pesquisa, 2019.

Um dos compromissos dos profissionais em seus espaços de atuação diz respeito à garantia de condições técnicas e éticas no ambiente laboral – previstas na Resolução do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) nº 493/2006 – para o desenvolvimento de um trabalho com responsabilidade e compromisso com a população usuária, o que garante a eles o sigilo profissional no atendimento. Em relação às condições de trabalho, no que se refere à estrutura física, todos os sujeitos relataram possuir sala para atendimento privativo, sendo que oito classificam o tamanho, a acústica e a ventilação como satisfatórias e três sujeitos classificam estas mesmas condições como insatisfatórias. Em relação à iluminação, todos a consideram satisfatória. Os sujeitos apontaram ainda que o Serviço Social dispõe, em seus espaços de trabalho, de arquivos físicos para guarda de material sigiloso dos atendimentos profissionais.

Dos 11 sujeitos que retornaram a pesquisa, cinco informam que realizaram algum tipo de capacitação entre os anos de 2018/2019 seis não realizaram nenhum tipo de capacitação fornecida pela instituição. Ainda em relação ao tema, outro questionamento buscou verificar se desde o ingresso do profissional na instituição este teria recebido alguma capacitação voltada ao atendimento do público internacional. Obteve-se a afirmativa de dois sujeitos, os quais relataram ter realizado curso de língua espanhola (Q. 04 – A) e curso de língua guineense e de história da África (Q. 10 – B).

Gráfico 7 – Quantitativo de profissionais que participaram de capacitação para atendimento ao internacional



Fonte: Dados coletados na pesquisa, 2019.

Outro aspecto relacionado ao cotidiano de trabalho dos assistentes sociais diz respeito a como estão estruturados, em termos de recursos humanos, estes espaços de inserção profissional e, ainda, como se dá o trabalho com as demais categorias profissionais. Neste sentido, a pesquisa demonstra que as ações que objetivam o atendimento aos estudantes ocorrem de forma articulada com trabalhadores de outras formações profissionais. Em termos quantitativos, dos onze entrevistados, dez entendem realizar seu trabalho de forma articulada a outros profissionais, e um afirma não haver trabalho interdisciplinar. Esta divergência pode estar relacionada à questão da estrutura do espaço de inserção do sujeito entrevistado – lembrando que se trata de vários *campi* – ou mesmo ao entendimento, por parte dos sujeitos, a respeito de trabalho interdisciplinar, partindo do entendimento de que para que este exista – trabalho interdisciplinar – se pressupõe a existência de equipes de trabalho, capacitação dos diferentes profissionais e a predisposição destes para o trabalho interdisciplinar. Assim, os dados a seguir expressam que existe a possibilidade de, em alguns *campi*, se construir um trabalho interdisciplinar,

A Pró-Reitoria de Assistência Estudantil, à qual estou lotada, em seu quadro de técnicos possui uma diversidade grande de profissionais das mais diferentes áreas de atuação. Isto por si só já favorece a articulação do trabalho realizado. São profissionais das áreas de: psicologia, pedagogia, enfermagem/técnicos de enfermagem, medicina, sociologia, antropologia e administração. O acompanhamento dos estudantes geralmente é feito em conjunto com demais profissionais que também atendem o mesmo estudante. São feitos estudos de caso/reuniões quando é necessário dar algum tipo de encaminhamento a uma situação específica vivida pelo estudante. Quando é necessário tomar decisões que dizem respeito ao funcionamento e

organização do atendimento da pró-reitoria também são realizadas articulações/consultas/reuniões com todos os profissionais (Q. 03 – A).

Trabalhamos de forma multiprofissional, com médico, enfermeiro, nutricionista e psicólogo. A partir do momento que o/a estudante comparece ao setor e relata demandas específicas destes profissionais, de imediato, o Serviço Social realiza o encaminhamento. Em algumas situações, o Serviço Social realiza entrevistas e visitas domiciliares de forma intersetorial. Para exemplificar, já vivenciei situações em que atendi estudante junto com o psicólogo do campus, como também já visitei hospitais e instituições junto com a equipe de saúde. Garantindo, assim, a viabilização de direitos de forma articulada com outros profissionais (Q. 11 – B).

Em se tratando da articulação com outras políticas públicas/equipamentos/serviços, evidencia-se o entendimento quanto à relevância de tal estratégia, sendo que dez profissionais entendem que ocorre no cotidiano de trabalho uma articulação com outras políticas. Para um entrevistado, esta articulação é muito frágil “apenas o básico, encaminhamentos para as redes públicas locais” (Q. 8 - B). Os equipamentos/políticas citados foram: rede de enfrentamento à violência, Secretaria de Esporte/Cultura, política de educação, política de saúde, política de assistência social (CREAS/CRAS), política de Segurança Pública, Ministério Público, Defensoria Pública, Direitos Humanos. Conforme pode ser observado na sequência,

As articulações que realizamos com mais frequência são com a política de saúde e assistência social do município. Ocorrem quando é necessário realizar atendimentos os quais a universidade não dispõe e/ou não tem competência para exercer. Por exemplo, situações de saúde mental, ou de outras enfermidades que o estudante precise acessar a rede pública de saúde, situações de violência/abuso sexual. São realizadas articulações com a rede de proteção, como por exemplo o CRAM (Centro de Referência de Atendimento à Mulher), os CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), Centro POP, dentre outros. (Q. 03 – A).

[...] principalmente com as redes de enfrentamento à violência de gênero e direitos humanos. As articulações são realizadas através de contatos com as instituições. Também realizamos parcerias com Secretarias de Esportes e Cultura do Estado e de prefeituras do entorno [...] (Q. 11 – B).

Em síntese, os dados apresentados evidenciam que o cotidiano do trabalho profissional está sujeito a vários determinantes os quais perpassam, dentre outros, desde: I. a qualidade da formação dos sujeitos profissionais; II. à existência, ou não, de quantitativos de recursos humanos satisfatório, bem como se estes contam com capacitação continuada ou não; III. as condições em termos de estrutura física, material e orçamentária presentes nos espaços de trabalho; IV. a forma como estão organizadas as políticas sociais, com as quais se mantém relação; V. determinantes de ordem econômica, social e política da conjuntura do país, isto por que as requisições apresentadas aos profissionais do Serviço Social se inserem na

mediação de conflitos e atendimento às sequelas geradas pela contradição da relação capital-trabalho. Assim, para o desempenho de suas funções os profissionais constroem ou apreendem estratégias que possibilitem a construção de respostas mais efetivas. Dentre as diferentes estratégias, encontra-se o trabalho intersetorial e interdisciplinar⁴⁷. Observe-se que a discussão de intersetorialidade se vincula primeiramente à interdisciplinaridade e ambas são qualificadas, segundo o exposto por Pereira (2014), com características dialéticas,

O prefixo inter, aqui adotado, e que serve tanto para nomear a interdisciplinaridade quanto a intersetorialidade, remete à relação dialética; inter é, à relação que não redonda em um amontoado de partes, mas em um todo unido, no qual as partes que o constituem ligam-se organicamente, dependem umas das outras e condicionam-se reciprocamente. Trata-se, portanto, de uma relação em que nenhuma das partes ganha sentido e consistência se isolada ou separada das demais e das suas circunstâncias (de suas condições de existência e de seu meio) (PEREIRA, 2014, p.33).

Mioto e Schütz (2011, p. 5) apontam que a lógica de organização das estruturas estatais – políticas públicas – obedece a uma forma hierárquica e setorial, ou seja, organiza-se em “caixas” que não se articulam. Entretanto, os problemas sociais, as demandas e a vida dos sujeitos sociais demandam mais que respostas fragmentadas e desarticuladas. Assim, “[...] a intersetorialidade tem sido evocada na literatura como uma resposta a insatisfação tanto no campo filosófico quanto no campo da prática, dado a configuração segmentada do Estado”, caracterizando-se como uma alternativa que considera os sujeitos das políticas sociais em sua totalidade.

Ainda segundo Mioto e Schütz (2011), a prática da intersetorialidade é localizada no cotidiano dos profissionais, os quais, em decorrência de sua formação e de seu comprometimento ético, buscam articular-se com diferentes serviços/políticas e profissionais, no sentido de atender os usuários em sua integralidade. Entretanto, neste percurso existem obstáculos a serem superados, ou seja, a própria estrutura setorializada e hierarquizada das políticas sociais, a burocracia, a escassez/disputa de recursos, a dificuldade de articulação e de

⁴⁷ A defesa pela intersetorialidade nas políticas públicas almeja o atendimento de problemas de dimensões que ultrapassam os limites setoriais das políticas públicas. Para Pereira (2014, p. 23), a terminologia intersetorialidade é imprecisa, ou seja, tem significado e possibilidade de aplicações variadas. A autora aponta que no âmbito das políticas sociais, a intersetorialidade está relacionada à mudança na gestão para ampliação da democracia e cidadania “[...] além de *princípio* ou *paradigma* norteador, a intersetorialidade tem sido considerada como uma nova *lógica* de gestão, que transcende um único “setor” da política social; e/ou uma *estratégia* política de articulação entre “setores” sociais diversos e especializados” [...] (grifos da autora).

comunicação entre profissionais e entre políticas, a disputa por reconhecimento, o sentimento de posse de alguns profissionais em relação aos usuários⁴⁸. Assim,

[...] o cotidiano do serviço público é marcado por uma série de dificuldades, tais como a fragmentação dos serviços, a sua burocratização, o patrimonialismo, o corporativismo, entre outros [...] tais dificuldades são percebidas pelos assistentes sociais em seu cotidiano como entraves a articulação intersetorial e, portanto, como desafio para uma atuação profissional comprometida com o projeto ético político da profissão. (MIOTO; SCHÜTZ, 2011, p. 19-20).

Esta primeira aproximação com os dados da pesquisa cumpre função de situar aspectos gerais da vida dos sujeitos e do ambiente de inserção profissional. Importante se faz interpretar esses dados considerando as novas modalidades/exigências de subordinação do trabalho ao grande capital, provocadas pela reestruturação produtiva conforme se discorreu no capítulo anterior, considerar ainda as forças ideológicas neoliberais em veloz ascensão que, ao tempo em que afeta a classe trabalhadora – estudantes destas instituições – com entraves para a permanência nas instituições também afeta os sujeitos profissionais – também classe trabalhadora – ao não disponibilizar as condições para o pleno desempenho das funções que lhe atribui.

3.2 EXPRESSÕES DA “QUESTÃO SOCIAL” NO ESPAÇO UNIVERSITÁRIO

O material empírico da presente pesquisa aponta, ainda, entre outros, para uma especificidade do trabalho dos/as assistentes sociais quando se refere ao atendimento a um público internacional bastante significativo e diversificado. Observe-se que, nestas duas universidades, ocorre reserva de vagas na razão de 50% para o ingresso de internacionais nos processos seletivos da graduação e ainda que os dados demonstrem que esta

⁴⁸ A busca pela intersetorialidade não significa contrapor-se ou negar a setorialização, mas trata-se de uma construção de protocolos que perpassa pelo âmbito do planejamento, formulação, gestão e execução de ações, numa soma de esforços, na perspectiva da totalidade. “[...] a intersetorialidade é uma proposta ousada, revelando-se ainda em construção. Há um consenso sobre sua importância. Todavia, as políticas sociais ainda não construíram canais permeáveis as ações intersetoriais. Demonstrem estar atreladas a uma organização compartimentada, não viabilizando canais efetivos de comunicação e articulação intersetorial. Neste aspecto, a construção da intersetorialidade é também embate político. Um embate que os profissionais, muitas vezes, assumem mobilizando a campo da gestão da política e acionando a própria gestão dos serviços, no intuito de forjar respostas que atendam as necessidades da população na sua integralidade” (MIOTO; SCHUTZ, 2011, p. 23-24).

proporcionalidade não está materializada na realidade⁴⁹, conforme abordado no primeiro capítulo, ainda assim, trata-se das universidades com maiores números de estudantes internacionais, o que pode ser traduzido como aspecto “novo” para a intervenção profissional.

Os dados da realidade expressos na pesquisa trazem para mediação a categoria “questão social”. Ou seja, as expressões da “questão social”, presentes nas instituições pesquisadas, se apresentam como uma das categorias a serem mediadas, no sentido de apreender, a partir da perspectiva da totalidade, o movimento real do objeto em estudo.

Assim, cumpre pontuar que o fator econômico aparece como o mais recorrente nos dados pesquisados quando se refere às expressões da “questão social”, ou seja, a questão da baixa renda e/ou vulnerabilidade de renda e/ou pobreza e/ou miséria, enquanto expressões da “questão social” são recorrentes nos registros da presente pesquisa. Significa que os dados da realidade apontam que a universidade é um espaço onde, também, se materializam, sob diferentes formas, a desigualdade social, expressões do processo de dominação e subalternização.

Observe-se que, as referências às expressões da “questão social” apresentam o fator econômico como elemento central, seguido pela questão do subemprego, desemprego ou precarização das condições de trabalho que assolam as famílias e os estudantes. Iamamoto (2001, p. 10) alerta para a necessidade de a análise a respeito da “questão social” ser “[...] indissociável das configurações assumidas pelo trabalho [...]”. Significa que a “questão social” traduz as diferentes formas como são conduzidas as políticas econômicas e sociais em uma sociedade de classes. A autora define:

A questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intervenção do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo de produção, contraposto a apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho –, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. É indissociável da emergência do “trabalhador livre”, que depende da venda de sua força de trabalho como meio de satisfação de suas necessidades vitais. A questão social expressa, portanto, *disparidades econômicas, políticas e culturais das classes, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais*, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal [...] (IAMAMOTO, 2001, p. 17, grifos da autora).

⁴⁹ O ingresso de estudantes nestas instituições é realizado: por meio do SISU para os nacionais e, outro processo de seleção direta para os internacionais, processo que precisa ser realizado com maior antecedência em razão dos trâmites legais para ingresso no país e matrícula. Neste caso, realiza-se a reserva de vagas na proporcionalidade de 50% para ingresso de internacionais, entretanto, quando não preenchido pelos internacionais estas – vagas – são repassadas para a seleção dos nacionais, para reduzir as vagas ociosas das instituições. Assim, amplia-se a desproporcionalidade no quantitativo de nacionais e internacionais.

Questões relacionadas à violência de gênero, racismo, preconceito, problemas de saúde de ordem mental e física, conflito familiar, violência doméstica e dificuldade de acesso às políticas públicas também compõem a dimensão contraditória da realidade em estudo; ou seja, são identificadas pelos profissionais em seus cotidianos de trabalho, contradições das relações sociais no modo de produção capitalista. O contraditório modo de produção e reprodução da ordem vigente – sistema capitalista – impõe à estrutura familiar um controle social discriminatório e hierárquico, que correspondam aos princípios antagônicos que estruturam a sociedade capitalista. Assim, é necessário romper com os princípios formais de igualdade do capitalismo e construir a igualdade substantiva a qual se baseie na cooperação entre os seres humanos, significa que é necessário lutar contra o sistema dominante para a real efetivação da igualdade substantiva.

Outras expressões, tais como violência sexual, violência institucional, dificuldades com acessibilidade, dificuldade de aprendizagem, intolerância religiosa, abandono e violação dos direitos humanos, muitas das quais intimamente ligadas a outras expressões da “questão social”, aparecem com menor recorrência. Estas e outras formas de manifestações das expressões da “questão social” podem ser observadas na pesquisa, conforme os dados que seguem,

1 - Vulnerabilidade socioeconômica do perfil dos estudantes (carro-chefe), sobretudo os nacionais, verificada durante as análises socioeconômicas (famílias, em sua grande maioria, de baixa renda, [...], baixa escolaridade das famílias, das quais muitos alunos representam o primeiro graduado e/ou graduando no núcleo familiar, empregos ou subempregos/informalidades e desempregos familiares [...]). Outrossim, em sua maioria, oriundos de escolas públicas [...] Ademais, o próprio perfil da comunidade acadêmica distinta de outras tantas: estudantes oriundos de diferentes locais [...], majoritariamente, compostos por discentes negros e pardos [...];

2 – Questões de fragilidades no processo saúde-doença do corpo discente (física e psíquica que “agudizam” com as exigências do ambiente acadêmico);

3 – Violência em geral, violência doméstica/gênero: dependência química; preconceito, racismo, xenofobia, homofobia, etc., conflitos de ordem pessoal dentro e fora da universidade\município transversalizados por estes diferentes recortes; (classe social, gênero – machismo, sexismo – ético-racial, etc.); (Q. 02 – B).

Ausência de condições financeiras para permanecer na universidade, trajetória de vida sempre com dificuldades financeiras e consequentemente isso vem com os estudantes. Dificuldades vinculadas ao processo formativo dos estudantes, que apresentam dificuldades no processo de aprendizagem; Necessidades de moradia, alimentação e transporte como condição de permanência na universidade. Dificuldades com a língua (comunicação),

difficultades de adaptação a dinâmica da cidade e a própria dinâmica da vida universitária, dificuldade de adaptação à cultura local; (Q. 09 – A).

Os dados apontam para sequelas de um sistema contraditório que se alimenta das mais variadas formas de violências e violações de direitos e corrompe as relações sociais. Assim, a luta contra diferentes formas de violência é a luta pela igualdade real, é uma luta pela emancipação humana a ser travada em todos os espaços - nas famílias, nas escolas, nas universidades, nas igrejas, nos espaços de trabalho, nas políticas, nos meios de comunicação, nas instituições públicas -, é uma luta contra o sistema de valores vigente e pela construção de outro sistema de valores que não oprima nem explore, luta pela alteração da ordem social.

No capítulo II apreendemos os fundamentos sobre as expressões da “questão social”, entretanto, é importante reforçar que a “questão social” está na base da profissionalização do Serviço Social e, na atual conjuntura, apresenta-se sob novas expressões, sendo necessário saber interpretá-las para que seja possível criar formas de enfrentamento e defesa dos direitos dos usuários. Iamamoto (2001) nos dirá que a “questão social” deve ser “[...] apreendida como *o conjunto* das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada [...]” (IAMAMOTO, 2001, p. 27, grifos da autora).

Ou seja, não se está tratando de uma “nova questão social”, algo que seja estranho à sociabilidade do modo de produção capitalista. Já abordamos, no segundo capítulo, sobre a capacidade que o capital tem de se reinventar e se superar na arte de expropriar e dominar a classe trabalhadora, sugando desta todas as suas potencialidades.

A percepção das expressões da “questão social” no espaço universitário deve ser interpretada levando-se em conta que essas expressões se referem a fenômenos sociais e não de ordem natural. Em outros termos, a “questão social” está relacionada à sociabilidade da divisão de classes. Assim, um dos elementos a ser considerado em nossa análise diz respeito ao acirramento da perversa lógica do capital que gera um exército, cada vez maior, de desempregados, ou, nas palavras de Iamamoto (2001, p. 33), “[...] segmentos cada vez maiores da população tornam-se sobrantes, desnecessários. Essa é a raiz de uma nova pobreza de amplos segmentos da população, cuja força de trabalho não tem preço, porque não tem mais lugar no mercado de trabalho [...]”.

Um segundo fator a ser considerado, e que, está intrinsecamente relacionado com as expressões da “questão social”, diz respeito ao fato de que as mudanças do sistema capitalista demandam mudanças no mundo do trabalho: maior qualificação da força de trabalho para o

mercado. No primeiro capítulo, abordamos esta questão e, embora a educação superior seja um direito da classe trabalhadora, no marco do sistema capitalista ela é organizada com vista a cumprir função, tanto ideológica quanto de qualificação da força de trabalho, conforme a necessidade do capital, contribuindo com o processo de desumanização do modo de produção capitalista, conforme se reafirma com os **Subsídios para a atuação do assistente social na Política de educação,**

A política educacional não se estrutura como forma de assegurar modos autônomos de pensar e agir. Mas se reveste hoje, sob a marca das inversões que são necessárias à reprodução do sistema metabólico do capital, em um processo de ampliação das formas de acesso e permanência em diferentes níveis e modalidades educacionais. (CFESS-CRESS, 2012a, p. 20).

Assim, na conjuntura brasileira, seja como resultado da luta por ampliação de direitos, seja como meio de atender às exigências do mercado, o REUNI, o SISU e a Lei de Cotas podem ser caracterizados como instrumentos que colaboram para que parcela historicamente excluída do sistema de ensino no Brasil comece a adentrar os muros das universidades, subvertendo o caráter elitista do ensino público superior brasileiro que predominou até a primeira década do século XXI, consequentemente escancarando, também no espaço universitário, as contradições de uma sociedade de classes, conforme apontam os dados da realidade expressa na pesquisa,

Como o REUNI vem atendendo camadas da população que, até então, não acessavam o ensino superior e que em sua maioria pertencem a famílias de baixa renda, é quase automático que após ingressar na universidade [...] praticamente todos/as estes estudantes precisarão ser assistidos por auxílios e bolsas que visem sua permanência nas universidades (Q. 10 – B).

Grande parte das demandas que chegam ao Serviço Social é de estudantes buscando formas de se manter na universidade por ausência de recursos financeiros, requerendo auxílios estudantis. Outras expressões da questão social que são vivenciadas são: fome, desemprego, situações de violência sexual e questões de saúde mental (Q. 03 – A).

A luta em prol do acesso ao ensino superior – ainda que estejamos conscientes da função desta no sistema capitalista – é muito importante, vez que vivemos sob a ordem capitalista em que para garantia das necessidades de sobrevivência impõe-se a qualificação para o trabalho, acessar o ensino superior é ampliar a participação da classe trabalhadora aos direitos sociais, direitos não universais. Entretanto, além da democratização do acesso é necessário políticas para permanência – que garantam condições mínimas para que o

estudante possa se manter na universidade – é necessário, lutar, constante e arduamente, no sentido de uma educação que altere a existência econômica política e social da classe trabalhadora, lutar por uma educação que possibilite momentos de ruptura/suspensão desta ordem, no sentido/direção de uma educação para emancipação humana.

Ou seja, é necessário consciência de que as condições objetivas de vida da classe trabalhadora dificultam a permanência destes no ensino superior, conforme adverte a pesquisa do FONAPRACE (CEPÊDA, 2017, p. 30): “devemos levar em conta o impacto do SISU e da Lei de Cotas, decorre que esse movimento gerou uma transformação significativa do perfil estudantil das IFES e uma correlata expansão da pressão por mecanismos de apoio para permanência e conclusão da graduação”. É o que, também, fica evidente nos dados da pesquisa:

Extrema pobreza, tendo em vista que a maioria do nosso público-alvo é oriundo de famílias [...] beneficiárias do Programa Bolsa Família. Além disto, presenciamos violação de direitos, como discentes expulsos de casa por orientação sexual. Ou até mesmo, porque querem ingressar em uma universidade e os pais almejam que os filhos trabalhem (conflito de gerações). Vários alunos com agravos de saúde ou com familiares nesta condição. Violação de gênero no âmbito da universidade, principalmente em relação às mulheres (Q. 05 – B).

[...] saúde mental (depressão, suicídios, tentativas de suicídios, transtornos de ansiedade, fobia e pânico); violência de gênero (contra as mulheres e contra a população LGBT) xenofobia; medo [...]; desemprego e emprego precarizado com relação à fronteira (contrabando de mercadorias e transporte para as capitais); pobreza e fome [...] (Q. 04 – A).

Observa-se, nestes fragmentos de relatos, a internalização, na classe trabalhadora, de uma histórica ideologia de submissão à cultura conservadora da ordem social vigente, marcada pela violência de gênero e defesa da busca pelo trabalho, enquanto meio de sobrevivência, numa lógica que perpetua para os filhos da classe trabalhadora o trabalho braçal / pesado. Ou seja, perpetua a relação, de certa forma dócil, de exploração.

Entre as expressões da “questão social” presentes na realidade pesquisada, observa-se com grande frequência a referência à pobreza. Yazbek (2012, p. 289-290) aborda a questão da pobreza como uma categoria histórica e socialmente construída, diretamente relacionada às relações constitutivas do capital, e que, no Brasil, está relacionada ao quadro de extrema desigualdade em termos de concentração de renda para poucos e ampliação da miséria para a classe trabalhadora. A autora esclarece: “[...] os pobres são produtos dessas relações, que produzem e reproduzem a desigualdade no plano social, político, econômico e cultural, definindo para eles um lugar na sociedade [...]”. Em outros termos, a questão da pobreza possui multidimensões, não pode ser interpretada somente pela falta de recursos econômicos,

embora esse fator seja um elemento fundamental. Assim, a pobreza deve ser associada a “[...] carências de direitos, de oportunidades, de informação, de possibilidade e de esperanças [...]”.

Observe-se que, mediante semânticas diferentes, a pesquisa aponta para um conjunto de expressões da “questão social” as quais possuem, enquanto especificidade, a forma particular como o humano genérico vivencia, sofre os efeitos da contradição das relações do modo de produção capitalista. Nesta contradição – relação capital-trabalho – reside o ponto de ligação entre todas as diferentes “dores”.

Importante se faz a defesa para a inserção das/os usuárias/os, neste caso dos estudantes, nas políticas públicas, programas, ações, auxílios e serviços, considerando que podem contribuir para redução de uma, ou algumas, das formas como se materializa a contradição de classe. Em outros termos, torna o trabalho profissional e as políticas sociais importantes instrumentos para melhorar as condições de vida – individual – de integrantes da classe trabalhadora. Entretanto, é fundamental ter consciência dos limites postos nesta ordem social. Significa que acabar/eliminar as contradições de classes requer a superação do modo de produção capitalista, por tanto, esta é a tarefa histórica posta para a qual a educação é fundamental, no sentido de formular estratégias de mudanças.

A pesquisa evidencia, ao abordar o tema expressões da “questão social” no âmbito do ensino superior, interpretações referenciadas em fundamentos teórico-metodológicos baseados na obra marxiana, ou seja, faz uma relação entre as contradições da conjuntura e a sociedade de classe como no seguinte exemplo: “Entendendo que as expressões da questão social é expressão das desigualdades [...] *antagonismo social entre capital e trabalho* [...]” (Q. 07 – A), outros apontamentos corroboram com uma leitura crítica da realidade social,

[...] A assistência estudantil, desde sua implantação na universidade, tem sido de suma importância para contribuir com o acesso e a permanência de estudantes advindos do ensino público e que não têm condições de acessar o ensino superior de outra forma. A assistência estudantil como uma ação da política de educação atua para ampliar e garantir que a educação superior possa estar ao alcance de todos e não apenas de um grupo seleto de pessoas [...], existe uma possibilidade de atuação na perspectiva da transformação social no campo da educação. Neste espaço, além da assistência estudantil contribuir para que o estudante alcance a formação universitária – apesar das adversidades enfrentadas tanto no campo individual quanto estrutural da sociedade capitalista –, temos a possibilidade de promover, dentro do espaço universitário, ações que contribuam para despertar uma postura crítica e autônoma dos estudantes diante da educação formal (Q. 03 – A, grifos nossos).

*[...] com a inclusão de novas parcelas da população, até então excluídas, se faz necessário pensar em uma política que busque efetivar a permanência. É necessário que haja ações que motivem estes/as estudantes a permanecerem na UNILAB. Além disso, como a grande maioria é de baixa renda, identifica-se que alguns/algumas deles/as, antes de ingressarem no ensino superior, complementavam a renda familiar com algum tipo de trabalho. A demanda de estudantes em situação de vulnerabilidade aumentou, mas os recursos destinados ao PNAES congelaram e também foram reduzidos [...]. A situação da Política de Assistência Estudantil nas universidades tem enfrentado este problema e **embora defendamos uma política que vá além de concessões e auxílios materiais, sabemos que estes recursos são essenciais para que os/as estudantes de baixa renda consigam ter experiências exitosas durante sua formação. É preciso que se entenda por que é importante a existência e resistência dessa universidade como projeto que valoriza a história da diversidade povo brasileiro** (Q. 10 – B, grifos nossos).*

Observe-se que a questão orçamentária – limites de financiamento – é um determinante que perpassa e afeta todas as políticas públicas – o que não difere em relação ao Programa de Assistência Estudantil. Agregue-se a isto a falta de domínio, por parte dos usuários e de grande parte dos profissionais que atuam na execução, quanto às burocracias e aos tramites da questão do financiamento e execução de recursos públicos. A pesquisa nacional FONAPRACE-ANDIFES (2018, p. 3) evidencia que “[...] o PNAES dedicou, até 2016, volumes sempre crescentes para as políticas de permanência, saindo de R\$ 125 milhões em 2008, para pouco mais de R\$ 1 bilhão em 2016, sofrendo, todavia, queda para R\$ 987 milhões em 2017 e R\$ 957 milhões em 2018”. Esses dados financeiros devem ser interpretados à luz das alterações do cenário educacional dos últimos anos, conforme apresentado no primeiro capítulo.

Em resumo, o aporte de recursos por meio do PNAES deve considerar, dentre outros, (I) o significativo aumento de instituições federais de ensino superior; (II) o aumento do número de cursos e de vagas para a graduação; (III) as alterações em relação ao espaço geográfico e do perfil estudantil – geradas por meio da interiorização, internacionalização, democratização decorrentes da Lei de Cotas (para estudantes provenientes da rede públicas de ensino, estudantes com renda de até um e meio salário mínimo *per capita*, estudantes PPI – pretos, pardos e indígenas – e estudante PcD – Pessoa com Deficiência), assim como da ampliação da mobilidade territorial incentivadas por meio do ENEM/SISU⁵⁰ (FONAPRACE-ANDIFES. 2018).

⁵⁰ “[...] esse movimento expansionista refletiu o mergulho do país no “novo desenvolvimentismo”. A expansão quantitativa também carregaria consigo transformações de ordem qualitativa. Os investimentos foram orientados para romper com a lógica pretérita e, em razão disto, buscou contrapor-se à concentração de instituições federais de ensino superior em regiões metropolitanas, de maior poder aquisitivo e indicadores socioeconômicos mais

Este movimento do cenário e do público das universidades gerou ampliação gradativa em relação ao perfil estabelecido pelo PNAES, conforme demonstra a V Pesquisa do Perfil Socioeconômico dos Estudantes, a qual evidencia que “o percentual de estudantes inseridos na faixa de renda mensal familiar *per capita* “até 1 e meio SM” cresceu 4 p.p., alcançando 70,2% do universo pesquisado” (FONAPRACE-ANDIFES, 2018, p. 28). Na Tabela 1, é possível verificar os dados em relação ao perfil econômico dos estudantes das universidades federais.

Tabela 1 – Porcentagem de estudantes, conforme renda mensal familiar *per capita*.

RENDA MENSAL FAMILIAR <i>PER CAPITA</i>	% de estudantes enquadrados
Até meio salário mínimo	26,6
Mais de meio a 1 salário mínimo	26,9
Mais de 1 a 1 e meio salário mínimo	16,6
SUBTOTAL ATÉ 1 E MEIO SALÁRIO MÍNIMO	70,1
Mais de 1 e meio a 3 salários mínimos	16,7
Mais de 3 a 5 salários mínimos	5,9
Mais de 5 a 7 salários mínimos	2,8
Mais de 7 a 10 salários mínimos	0,8
Mais de 10 a 20 salários mínimos	0,6
Mais de 20 salários mínimos	0,1
Não respondeu	3,0
TOTAL	100,0

Fonte: FONAPRACE-ANDIFES, 2018, p. 28.

A pesquisa evidencia também a fragilidade e limites do PNAES, ao apresentá-lo, enquanto um programa de governo, com requisitos de contrapartida por parte dos estudantes, e que mantém caráter de elegibilidade e seletividade. Observe-se, também, leitura sobre a lógica e limites da política de educação enquanto mecanismo de formação da força de trabalho inserida na contradição da sociedade de classes.

[...] A própria contradição do recorte/função da política social/pública de educação, [...] materializada pela assistência estudantil (PNAES/PAES) [...] reprodução material da classe trabalhadora com atendimentos das refrações do contexto da totalidade/particularidade no processo político da dotação orçamentária disponível (a cada conjuntura) para a demanda dos estudantes, ou seja, atendimento com recorte de política focalizada e seletividade da pobreza, em especial, para os discentes nacionais, pois a seleção dos discentes internacionais é, de fato, conferência de

favoráveis. Com efeito, foram contempladas as regiões com grande densidade demográfica e baixa cobertura universitária pública, mais afastadas dos grandes centros e com demandas específicas de cursos de licenciatura ou regiões de fronteira com características de integração e escoamento regional. Além disso, foram considerados os papéis de internacionalização e integração interna e externa ao distribuir espacialmente os *campi*. Merece nota a função desempenhada pela UNILA, UNILAB, UFFS e UFOPA” (MARQUES; CEPÊDA *apud* FONAPRACE-ANDIFES, 2018, p. 6).

documentação autodeclaradas de renda familiar. Assim, tensionados pelos sujeitos envolvidos: instituição x setores x movimento\comunidade estudantil, ou seja, as correlações de forças no espaço institucional em seus diferentes contextos (Q. 02 – B).

A referência do Q. 02 – B aponta para uma das contradições da inserção profissional que, ao mesmo tempo em que faz a opção pela defesa de direitos da classe trabalhadora, também é tencionada pelo Estado, seu empregador – burocracias instituídas – e pelos usuários dos serviços, vez que é o representante do Estado mais acessível aos usuários. Assim, reportam-se aos profissionais as demandas decorrentes da contradição capital-trabalho:

*[...] Muitos [...] estudantes saem de seu país de origem buscando uma oportunidade melhor de vida, a qual não possuíam. Além de uma opção de cursar o ensino superior, muitas vezes estão fugindo da fome, de crises econômicas e sociais, de terremotos que destruíram seu país, sem de fato terem certeza ou garantia das condições de vida que os esperam. Trabalhar em uma universidade de “natureza internacional” que destina 50% de suas vagas para graduação a estudantes de outras nacionalidades, **sem ter um Estado que proporcione condições adequadas para receber este público, além de uma sociedade despreparada para conviver com o diferente**, nos coloca frente a um desafio muito grande de ter que **fazer a mediação entre o acesso ao direito e os entraves postos tanto pelo Estado quanto pela sociedade**. A particularidade acredito que seja pelo fato de esta realidade não ser esporádica (considerando que em várias políticas sociais tenha-se que atender pessoas de outras nacionalidades) e sim uma constante, a realidade da universidade é esta (Q. 03 – A, grifos nossos).*

O Pnaes prevê, em seu artigo 5º, o atendimento prioritário a “estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior” (BRASIL, 2010, p. 1, grifos do autor). O mesmo instrumento delega às instituições de ensino a função de estabelecer outros requisitos para concessão e avaliação quanto à implementação do PNAES, o que se dá estabelecendo um peso entre critérios para concessão e recursos orçamentários que recebem para gerir o programa.

O material do CFESS (2012a, p. 21). **Subsídios para atuação de assistentes sociais na política de educação** expressa que “[...] compreender o alcance das estratégias educacionais empreendidas sob a hegemonia do capital financeiro e reorientar a direção política de sua atuação é um desafio que a profissão tem condições teóricas e políticas de forjar”. Assim, apreender o movimento e as estratégias do capital, no âmbito da política de educação, seus limites e possibilidades, é indispensável para uma ação profissional comprometida com um projeto para emancipação humana, entendimento presente na realidade pesquisada, conforme se evidencia a seguir:

Na PRAE, o Serviço Social busca construir uma assistência estudantil justa e equânime, mesmo o PNAES tendo um caractere seletivo pela renda [...]. Compreendo que as gestões universitárias têm dificuldades em compreender que a garantia de serviços sociais aos discentes passa pela questão financeira, bem como pela organização pública de tais serviços sociais na perspectiva do direito. O projeto do Serviço Social passa pela ampliação dos serviços públicos de qualidade e pela defesa da coisa pública (Q 1-A).

A Política de Assistência Estudantil na UNILAB é diferente de qualquer outra existente nas demais universidades federais e estaduais. Isto porque ela é internacional, o que exige um comprometimento por parte de todos/as os/as agentes envolvidos/as para que este projeto de universidade, de fato, consiga atingir a integração internacional entre seus povos. Deste modo, a política de assistência estudantil se vincula a uma luta mais ampla, que é a luta pela inserção e permanência de grupos que até meados dos anos 2000 encontravam-se, majoritariamente, fora do sistema de ensino superior do país (Q. 10 – B).

Considerando os apontamentos, é importante não perdermos de vista que o espaço em que se insere o trabalho profissional em análise – assistência estudantil nas universidades UNILA e UNILAB – traz consigo uma proposta de espaços para integração, ou seja, universidades com “rostos novos”: rostos vindos dos demais países da América Latina; rostos vindos da África; rostos indígenas; rostos negros. Em resumo: rostos da classe trabalhadora. Estes aspectos, a nosso ver muito positivos e ricos, possibilitam convivência entre nacionalidades, culturas, costumes, realidades históricas, econômicas e políticas distintas. Assim, apresentam para a instituição e para os diferentes profissionais que nelas atuam a necessidade de se prepararem teórica, política e eticamente para atender a esse público, assim como interpretar as expressões da “questão social” acentuadas pela particularidade do novo, do desconhecido, conforme pode ser evidenciado a seguir,

Atuação do Serviço Social ocorre em “terreno movediço”, pois prescinde da compreensão de expressões da questão social dos países parceiros, nem sempre acessível. Os/as assistentes sociais ao mesmo tempo em que realizam a intervenção vão construindo parâmetros de atuação numa realidade parcialmente conhecida. Isso pressupõe articulação da pesquisa em fontes variadas e a reflexão e elaboração constante de novas formas de práxis política para superação dos obstáculos postos à atuação profissional (Q. 11 – B).

No que concerne aos discentes internacionais, vivenciamos situações de racismo, preconceito, choque cultural. Além do fato de que estes estudantes provêm de famílias extremamente pobres. Adoecimentos dos discentes ao longo do curso pela pressão acadêmica e/ou conflito com professores das disciplinas. (Q 05 – B, grifos nossos).

Assim como é importante conhecer a realidade socioeconômica, política e cultural das diferentes regiões/estados brasileiros para compreender e realizar reflexões sobre a intervenção a ser feita, estes aspectos também precisam ser observados com as demais nacionalidades, pois têm influência direta sobre a vida dos sujeitos. Entendo que seria necessário um estudo mais aprofundado sobre as especificidades de cada país, entender e fazer uma espécie de caracterização de cada realidade, para compreender melhor a vivência e história de cada sujeito neste meio tão diverso.

Temos que fazer um esforço para tentar compreender o que traz a demanda dos estudantes de outras nacionalidades, mas muitas vezes, por não compreender a realidade deles, não conseguimos atender as suas expectativas e /ou necessidades, que nem sempre são as mesmas dos estudantes brasileiros.

*Entendendo este espaço novo, novos também são os desafios e o público a ser atendido. No caso da UNILA, o universo de estudantes é de cerca de 19 nacionalidades diferentes, e isto nos coloca provocações e conflitos diários. Como trabalhar com um grupo de estudantes de diferentes nacionalidades, com os mais diversos, costumes, cultura, aspectos socioeconômicos do país de origem, porém com a base estruturante da legislação brasileira? Lidar com o desconhecido é sempre um desafio que o assistente social tem que enfrentar. Considerando que Foz do Iguaçu é uma cidade do interior do Paraná e têm aspectos conservadores, **o processo de inclusão e aceitação do público de estudantes não brasileiros não é tranquilo. Estes estudantes têm que lidar com questões muito particulares de discriminação e até xenofobia, e isto não ocorre apenas na convivência comunitária. No interior da universidade, este comportamento também se reproduz.** (Q. 03 – A, grifos nossos).*

Percebe-se que em termos de integração ainda se tem um caminho longo a trilhar. Os tempos de avanços das forças conservadoras e o uso de mecanismos ideológicos que precarizam as relações sociais têm contribuído para agravar diferentes formas de preconceito e de discriminação, o que coloca o público destas universidades, especialmente, o público internacional, em situação de vulnerabilidade. Os cadernos da série *Assistente social no combate ao preconceito* buscam o fortalecimento da categoria profissional frente ao cenário de avanço do conservadorismo, que potencializa a discriminação “[...] por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física” (CFESS, 2016, p. 5).

Importante ressaltar que o preconceito está relacionado ao senso comum, à dificuldade que a ordem social põe para a suspensão/superação de juízos provisórios que se estabelecem em relação ao desconhecido. Significa que a sociabilidade do capital favorece o preconceito, o qual tem em sua raiz o senso comum, conforme o *Caderno 1* CFESS (2016, p. 13-14, grifos do autor) “[...] refere-se a orientações de conduta transmitida por meio de *máximas e provérbios* que se popularizam por se configurarem como advertência ou conselhos oriundos de uma sabedoria acumulada [...] e cumprem função de orientação moral e política, ou seja,

estão alicerçados na cultura social. “O sistema social de preconceitos é veiculado ideologicamente, tendo como espaços de reprodução fundamentais a cultura e a moral dominante” e se refere ao julgamento contra indivíduos ou grupos de indivíduos de outras culturas, religiões, classe social, orientação sexual, fenótipo.

Assim, é importante rememorar a discussão realizada no segundo capítulo a respeito dos “fundamentos da sociabilidade capitalista”, em que se tratou do empobrecimento das categorias racionais, as quais foram reduzidas a ideologias operadas por práxis manipulatória, ou seja, sem fundamentação teórica, cooptada e funcional à ideologia capitalista dominante, com discursos que visam encobrir atitudes de preconceitos e discriminação. A UNILA e a UNILAB apresentam uma proposta em oposição às formas de sociabilidade dominantes. Entretanto, é necessário estar atento para o real comprometimento institucional e dos sujeitos sociais para a efetivação de tal proposta. Barroco (2005, p. 46) explicita que,

A ultrageneralização é necessária no nível da cotidianidade; porém, como decorrência de juízos provisórios, pode ser modificada. Para isso, é preciso que eles sejam refletidos, teórica e criticamente, e refutados pela ação prática; nesse sentido, tais juízos não são necessariamente preconceitos; passam a sê-los quando, mesmo refutados pela teoria e pela prática, continuam a fundamentar o pensamento e as ações: “os juízos provisórios refutados pela ciência e por uma experiência cuidadosamente analisada, mas que se conservam inabalados contra todos os argumentos da razão, são preconceitos [...]”.

O agravamento das expressões da “questão social”, a sistemática retirada de direitos da classe trabalhadora, a precarização das relações de trabalho, o aumento do desemprego, o acirramento da pobreza e da miséria, o sucateamento das políticas públicas, dentre diversas outras estratégias do sistema capitalista, direcionam para uma forma de sociabilidade pautada na competitividade, individualismo e egoísmo, o que dificulta o reconhecimento “do outro” como humano genérico. Assim, toda ação de enfrentamento ao preconceito, racismo, machismo, intolerância religiosa é de fundamental relevância em todos os espaços, em especial dentro de universidades que se propõem à integração.

Outro desafio que pode ser destacado no processo de construção de uma “integração real” diz respeito ao fato de que não se conhece o público, em especial o internacional, o que tem gerado inquietações e dificuldades para o trabalho do/a profissional assistente social, conforme se observa a seguir,

*Os desafios de lidar com públicos tão distintos culturalmente, **sem que tenha ocorrido uma prévia capacitação** específica da instituição, mas ao*

*mesmo tempo muito enriquecedor através do contato intercultural proporcionado. No caso da UNILAB, os internacionais é um público até mais tranquilo de se laborar em virtude da cobertura (de 100%) do Programa de Assistência ao Estudante (PAES), assim como os de acolhimentos. A **particularidade é trabalhar com um público em que, de fato, não conhecemos a real realidade sociocultural e, sobretudo, socioeconômica**, o que torna o processo de seleção, por exemplo, muito homogêneo. Por outro lado, a singularidade, também, é administrar as contradições das disparidades na cobertura dos programas aos estudantes nacionais (Q. 02 – B, grifos nossos).*

*[...] seria de **extrema importância conhecer sobre os aspectos culturais, jurídicos, sociais e econômicos que envolvem os aspectos de vida dos sujeitos destes países**, porém no caso da UNILA trabalhamos com 29 países ao todo, tornando-se quase impossível tal realidade. Assim, ficamos na dependência de buscar informações de acordo com as situações que aparecem e isso fragiliza o nosso trabalho.*

*[...] você só pode fazer algo quando você conhece e domina esse algo, **enquanto não for possível dominar a língua, os aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais desse objeto internacional, não temos como garantir uma particularidade para o nosso trabalho em decorrência desse aspecto** (Q. 04 – A, grifos nossos).*

Merece especial atenção os dados relacionados à capacitação, os quais apontam para uma fragilidade especialmente em capacitações fornecidas pelas instituições para atendimento ao público internacional: somente 18% dos profissionais relatam ter recebido desde o ingresso nas instituições, algum tipo de capacitação específica voltada ao atendimento aos estudantes internacionais. Observe-se que a presente pesquisa aborda sobre parcela reduzida, em termos gerais, dos trabalhadores das universidades; entretanto, considerando a função dos assistentes sociais, de atendimento direto aos estudantes, especialmente quando estes passam por dificuldades, entende-se que a qualificação, por meio de capacitações continuadas, é um requisito indispensável. Para um atendimento com qualidade, pressupõe-se a necessidade de conhecer a respeito de aspectos sociais, econômicos, culturais, de costumes. Porém, o que os dados da pesquisa demonstram é a dificuldade de profissionais assistentes sociais em apreender sobre a realidade dos estudantes internacionais, conforme expresso na sequência:

*[...] termos como tarefa entender de que forma a questão social se expressa no país de origem dos estudantes não brasileiros, como se organizam as políticas públicas, como está organizada no país a proteção social e em que concepções se respaldam, entender como a profissão se posiciona e que princípios defendem. Podemos dizer que ela [particularidade] reside aí: na **necessidade de um arcabouço de informações maior acerca destas questões** (Q. 09 – A, grifos nossos).*

A possibilidade de conhecer a realidade social de outras culturas e países, apesar de não realizarmos visitas in loco ou irmos fazer a seleção nos

*países, pelas entrevistas realizadas com os estudantes internacionais percebemos as dificuldades e problemas passados pelos mesmos. As situações políticas vivenciadas pelos países, até de ordem cultural e social, são bem reveladoras e ricas: por exemplo, a forma que meninas brasileiras vivenciam a maternidade é diferente da visão das estudantes advindas do continente africano. A percepção e os olhares de gênero também são diferenciados, os grupos familiares são extensos e muitos chefiados por tios e padrinhos, pois muitos estudantes são órfãos, pois os pais faleceram em guerras e conflitos internos nos países. Além de sermos internacionalizados, somos interiorizados em uma região do maciço de Baturité, pobre e vulnerável, com traços machistas do nordestino e permeado por períodos de seca. Nosso trabalho é entender todas essas particularidades e refletir sobre nosso fazer profissional desafiador de viabilizar direitos em meio a um contexto de restrição orçamentária cada vez mais difícil no âmbito das políticas sociais e especialmente de assistência estudantil. Nosso desafio em particular da seleção de estudantes internacionais é realizar uma seleção nas pró-formas dos estudantes nacionais, pois **existem indicadores e marcadores sociais distintos nos países**. O ideal seria que os estudantes internacionais já viessem com bolsa/auxílio e com fonte de custeio distinta da do PNAES. Isso faria com que mais estudantes brasileiros pudessem acessar o PAES/PNAES, excluindo os assistentes sociais de conferir apenas uma documentação, como é realizado atualmente, pois nosso entendimento é que a conferência de documentos apenas não faz parte de nosso fazer profissional como um todo (Q. 08 – B, grifos nossos).*

Em outros termos, os profissionais entendem ser necessário maior conhecimento a respeito de aspectos de ordem social, econômica e cultural dos países e dos sujeitos internacionais. Fica expresso pelos dados da pesquisa que o desconhecimento acarreta dificuldades para o trabalho dos profissionais assistente sociais, disparidades na percepção/leitura da realidade de vida dos sujeitos e, como consequência, prejuízos aos usuários dos serviços. Assim, o que a realidade apresenta são contradições que carregam determinantes de caráter internacional.

Uma reflexão que busque além do aparente aponta para a “questão social” enquanto resultado da contradição do modo de produção capitalista que adquire, nos diferentes países e/ou regiões, características próprias e põe necessidades de conhecimento para o atendimento das demandas dela decorrentes. Assim, a pesquisa evidencia a necessidade de qualificação dos profissionais que possibilite melhor domínio de aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais bem como domínio do idioma. É necessário ainda que a proposta de integração seja incorporada por outras instâncias, legislações nacionais/internacionais, e especialmente, pela política econômica, para que garanta a permanência dos estudantes nestas universidades e, sobretudo, para que caminhe para uma educação emancipatória.

Importante se faz destacar que a análise aqui apresentada traz à tona as manifestações da “questão social” sob a perspectiva dos/as trabalhadores/as assistentes sociais que atuam

com as ações do Programa de Assistência Estudantil na UNILA e na UNILAB, ou seja, outros elementos que compõe esse complexo podem emergir de análises com base em outras fontes e de pesquisas realizadas tendo os estudantes como sujeitos direitos.

Ainda assim, é importante pontuar que, os fragmentos da realidade tratados até o momento, possibilitam-nos entender, em termos de como se manifestam as expressões da “questão social”, que embora a raiz seja a contradição do modo de produção vigente – antagonismo da relação capital/trabalho –, portanto, semelhante ao que se apresenta em outras instituições, a particularidade no caso UNILA UNILAB, está no agravamento, para os estudantes internacionais, em razão de dificuldades de adaptação, de domínio da linguagem, de diferença cultural, da distância em relação à família, do pouco conhecimento, por parte dos trabalhadores assistentes sociais da UNILA e da UNILAB, a respeito da realidade econômica, social, política e cultural do país de origens dos estudantes.

Em outros termos, pode se dizer que a forma como estão estruturadas as relações econômicas, políticas sociais e culturais, as formas como se organizam as diferentes políticas públicas, o aparato jurídico normativo e o sistema de internalização ideológico não contribuem para a integração, em termos solidários, entre os povos, por consequência, se caracterizam como um entrave a ser enfrentado.

3.3 DEMANDAS E REQUISIÇÕES PARA O TRABALHO DA/O ASSISTENTE SOCIAL NA UNILA E NA UNILAB

Os dados da pesquisa revelam, também, sobre o cotidiano de trabalho dos profissionais assistentes sociais, apontando elementos que revelam sobre as demandas⁵¹ e requisições⁵² postas aos profissionais. Trata-se de um trabalho permeado por aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais que também o compõem e que sofre o impacto de um complexo maior: a contradição capital-trabalho. Contradição esta que leva segmentos da classe trabalhadora a buscar a garantia de suas necessidades nas políticas públicas

⁵¹No sentido etimológico, demanda significa procura. Trata-se de ação, ato ou efeito de buscar. Também possui sua particular utilização jurídica como processo e/ou a ação judicial: demanda judicial. Sinônimo de luta; ação de combater ou confrontar. Reivindicação: ação de exigir, reivindicar, de demandar esforços para recuperar algo que pertence a outra pessoa [...] (GUERRA *et al*, 2018, p. 6).

⁵²Requisição é uma palavra originária do latim *requisitio*, de *requirere* que significa requerimento, solicitação ou pedido. Ação, ato ou efeito de requisitar; sinônimo de pedido e utilizada no sentido de uma exigência legal: fazer requisição de material ou de reclamação. Na linguagem jurídica, requisitar é requerer com autoridade ou exigir. Nesse sentido a requisição é a exigência legal, emanada de autoridade competente para que se cumpra, se preste ou se faça o que está sendo ordenado. A requisição pode ser direcionada à prestação de um serviço, entrega de coisas ou comparecimento de pessoas (GUERRA *et al*, 2018, p. 6).

disponibilizadas pelo Estado. Vasconcelos (2015), ao tratar das demandas que chegam aos serviços públicos, chama atenção para o fato de que,

[...] as demandas espontâneas/explicitas dos usuários que *aparentemente* forçam o movimento institucional em determinada direção, na realidade, são demandas forjadas pelas instituições a partir dos bens e serviços que disponibilizam (ou anunciam disponibilizar) para os trabalhadores, através das políticas sociais, públicas ou privadas e que, nesse sentido, favorecem o obscurecimento das demandas substantivas que expressam as necessidades fundamentais e interesses históricos, individuais e coletivos, dos diferentes segmentos da classe trabalhadora. É o oferecimento e a operacionalização dos serviços e recursos sócio-institucionais disponibilizados/ anunciados que facilitam/estimulam/constrangem os trabalhadores/usuários a fragmentar e priorizar, “espontaneamente”, determinadas necessidades (individuais e coletivas), apresentadas através de demandas individuais, de forma fragmentada. (VASCONCELOS, 2015, p. 512-513).

É, em um cotidiano repleto de tensões, cobranças, requisições e conflitos, que se dá o trabalho de assistentes sociais. Cotidiano de operacionalização de políticas públicas (neste caso, o Programa Nacional de Assistência Estudantil/política de educação), atendimentos às expressões da “questão social”, sequelas da exploração a que está submetida a classe trabalhadora – contradição da relação capital/trabalho –, atendimento a demandas por condições mínimas de sobrevivência apresentadas por usuários que tencionam por respostas para necessidades imediatas, urgentes. Mas, há que se sair do aparente e desvelar as demandas substantivas, Vasconcelos (2015) nos adverte,

[...] na complexa dinâmica da sociedade capitalista, diante do necessário controle das massas, as demandas substantivas dos trabalhadores e trabalhadoras necessitam ser ocultadas, estão e são ocultadas e/ou obscurecidas por demandas espontâneas de caráter urgente e/ou imediato, cujas respostas só podem vir de forma corretiva. Nesse contexto, as instituições, tanto públicas como privadas, não se planejam para atender demandas substantivas dos trabalhadores e trabalhadoras (VASCONCELOS, 2015, p. 514).

O ocultamento das demandas é gerado, pelas instituições, desde o estabelecimento dos serviços/ benefícios/ auxílios, bem como, pelo estabelecimento de normas, procedimentos e critérios sem que, para tanto, se parta da realidade concreta. Assim, para se chegar às demandas substantivas é necessário um processo de desvelamento que perpassa por dispêndio de conhecimento, tempo e predisposição. Ou seja, as demandas espontâneas que são apresentadas pelos estudantes usuários da assistência estudantil, em grande parte, se referem a inclusão em auxílios estudantis, para suprir necessidades imediatas da condição de

sobrevivência e permanência para a graduação, e/ou orientações quanto ao acesso a serviços instituídos no âmbito das políticas públicas, conforme exposto na sequência,

As principais demandas que chegam ao Serviço Social na universidade, seleção de estudantes através da avaliação socioeconômica para o recebimento dos auxílios estudantis tendo como marco regulatório legal o Programa Nacional de Assistência Estudantil, Decreto 7.234/2010; acolhida social e acompanhamento social a estudantes que tenham passado por situações de violação de direitos; encaminhamento interno aos serviços de atendimento psicológico e pedagógico, encaminhamento a rede municipal de serviços assistências, serviços de saúde, educação; planejamento e oferta de atividades socioeducativas voltadas à comunidade acadêmica; orientações gerais sobre editais dos auxílios estudantis, informação de serviços ofertados pelo serviço social; orientação sobre direitos dos estudantes.

Informações e orientações da rede de serviços públicos no município, participação em banca de seleção internacional para o ingresso nos cursos de graduação; orientações sobre documentações RNE, e para os auxílios; informações sobre período de recebimento dos auxílios estudantis, dúvidas em relação aos serviços ofertados pela unidade Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, situações de violação de direitos (Q. 07 – A).

Análise socioeconômica nos processos para concessão de auxílios/bolsas; orientações relativas às rotinas da instituição: serviços, recursos, normas, códigos e legislação sobre processos e procedimentos acadêmicos e administrativos da UNILA; orientações e encaminhamentos para a rede de atendimento das políticas públicas nas áreas de Assistência Social, pessoa com deficiência, criança e adolescente, educação básica, violência contra a mulher, saúde, uso e abuso de drogas, movimentos sociais, Ministério Público, Defensoria Pública, Polícia Militar e Civil;

Nosso trabalho é prejudicado pelo desconhecimento de informações e contextos que são necessários para atuação profissional de qualidade (Q. 06 – A).

Pedidos de informações sobre matérias da competência da pró-reitoria, apoio para resolução de problemas relacionados à comunidade estudantil, parcerias para elaboração de projetos e programas de interesse comum, intervenções específicas sobre problemas de interesse da pasta (e de responsabilidade) da pasta, etc. (Q. 11 – B).

Em outros termos, aquilo que aparece como demandas para o Serviço Social destas universidades materializa a lógica neoliberal de um Estado mínimo para o social e forte para o capital, onde a incorporação da burocracia dos processos de seleções é marcada por critérios de seletividade e de elegibilidade, para garantia de necessidades básicas tais como: alimentação, moradia e transporte. Em síntese, as demandas demonstram a precariedade de políticas públicas que não atendem aos direitos já instituídos da classe trabalhadora. No sentido de mediar às tensões, cabe aos assistentes sociais orientar sobre políticas públicas

sucateadas e proceder à burocracia da seletividade e da elegibilidade, conforme expressam os dados da pesquisa.

Encaminhamento de estudantes para providências como acompanhamento psicossocial de saúde, [...] articulação com Pró-Reitorias para organização de eventos como a Semana Universitária e Seminário de Ambientação Acadêmica (Q. 08 – B).

As demandas se dão sempre no campo de resolver as questões dos estudantes, seja de qualquer natureza, resolução de questões em relação às dificuldades financeiras, de adaptação, de organização da vida acadêmica, de convivência individual e coletiva (Q. 09 – A).

Cumprimento do programa de assistência ao estudante (PAES), orientação sobre direitos de estudantes vítima de violência, acompanhamento de estudante hospitalizado no que tange ao acesso aos direitos. Execução do PAIE (Programa de Acolhimento e Integração de Estudantes Estrangeiros). Execução do Pró-Acolher. Relatório sobre as atividades realizadas pela Seção de Política Estudantil, quantitativo de estudantes beneficiários do auxílio instalação, moradia, alimentação, transporte, social e emergencial. Realização do seminário de ambientação acadêmica (Q. 10 – B).

Observe-se que as demandas que chegam ao Serviço Social dizem respeito às contradições da relação capital/trabalho, a qual põe em cena expressões da “questão social” que afetam os sujeitos sociais. O desafio posto ao Serviço Social é, a partir das demandas imediatas e por meio de um embasamento teórico, dar visibilidade às demandas substantivas, ou seja, aquelas que estão relacionadas aos interesses coletivos da classe trabalhadora, conforme orienta Vasconcelos (2015, p. 519),

[...] o desenvolvimento da consciência de classe para si, estando na origem dos processos de mobilização, organização, formação e desenvolvimento da subjetividade oferece aos assistentes sociais que objetivam articulação com os interesses históricos das massas trabalhadoras, a oportunidade de dar uma pequena contribuição no complexo processo de estruturar momentos de ruptura, ao possibilitar, na viabilização/negação do acesso aos direitos sociais, a apreensão crítica deste movimento.

Neste contexto, para além do acesso a recursos essenciais à sobrevivência – que em muitas situações significa manter a vida –, faz-se necessário que usuários e assistentes sociais estabeleçam a diferença e conexões entre o que é priorizado e / ou escolhido por cada uma das políticas sociais/instituições e/ou programas assistenciais (dentre as necessidades sociais e demandas da classe trabalhadora), para as quais será dado algum tipo de resposta – nunca solução – e as necessidades e demandas substantivas dos trabalhadores [...].

Em outros termos, ainda que as necessidades da classe trabalhadora cheguem, até o Serviço Social, mascaradas pelo sistema ideológico vigente, é necessário, a partir da “[...] capacidade técnica de avaliar as demandas que são de responsabilidade do assistente social,

identificar em quais demandas havia autonomia relativa em relação ao fazer profissional [para o que é necessário] reflexão crítica” (Q. 06 – A) e, assim, tencionar para a construção de respostas substantivas.

Ou seja, é necessário, para além do atendimento às demandas espontâneas, tencionar, nestes espaços sócio-ocupacionais, em direção à educação para a emancipação, sem perder de vista que o Estado, assim como as mais diferentes profissões, entre elas o Serviço Social, é chamado a desempenhar funções corretivas e mediadoras a serviço do desenvolvimento do modo de produção capitalista. Neste sentido,

É importante desenvolver a capacidade de ver, nas demandas individuais, as dimensões universais e particulares que elas contêm. O desvelamento das condições de vida dos sujeitos atendidos permite ao assistente social dispor de um conjunto de informações que, iluminadas por uma perspectiva teórico-crítica, lhe possibilita apreender e revelar as novas faces e os novos meandros da questão social que o desafia a cada momento no seu desempenho profissional diário (IAMAMOTO, 2012, p. 53).

Assim, na realidade pesquisada pode se dizer que ao tempo em que o Serviço Social recebe demandas da parte dos usuários – os estudantes e suas famílias –, do Estado, ou seja, dos gestores das instituições onde o Serviço Social está inserido, chegam requisições as quais tencionam por resultados, por números, por controle nos conflitos, impondo ao cotidiano de trabalho múltiplas atividades, tarefas, metas, prazos, regras/ regulamentos/ normas/ leis, burocracias e escassos recursos financeiros e humanos para responder as demandas. Em outros termos, o trabalho profissional ocorre imerso nos efeitos de uma sociabilidade capitalista neoliberal, a qual orienta para a minimização do Estado – especialmente através da redução de gastos sociais – e induz para o individualismo e competitividade da classe trabalhadora e, conseqüentemente, acirra e marginaliza a pobreza e a miséria. A conjuntura de precarização do social afeta os profissionais assistentes sociais duplamente: enquanto parte da classe trabalhadora, que é afetada por esse estado de barbárie, e como profissional mediador da tensão entre a classe trabalhadora e o capital. Para Vasconcelos (2015, p. 529-530)

As requisições institucionais são impositivas. Ou seja, a consideração e o atendimento necessário às requisições institucionais fazem parte de determinações externas e históricas incontornáveis, as quais estão relacionadas à própria existência do Serviço Social. Essas requisições que revelam através das exigências, implícitas ou explícitas, dirigidas pela instituição / gestores, serviços e demais profissionais ao assistente social / Serviço Social, a partir das finalidades, dos objetivos, dos recursos e dos serviços (não)disponíveis na unidade socioassistencial e da correlação de forças vigentes).

Assim, no limite de uma ordem social que oprime o trabalhador, que extrai dele todas as suas forças, e que, o exclui das condições básicas de sobrevivência, se localiza o trabalho de assistentes sociais, os quais são requisitados, pelo capital, para mediar conflitos originários da contradição capital/trabalho. Em resumo, a força de trabalho de assistentes sociais é requisitada para o controle de outra força de trabalho, para torná-la mais dócil e apta para o processo de expropriação. Trata-se de um processo por meio do qual o capital, que detém o domínio do aparelho do Estado, através das políticas públicas, incumbe aos profissionais assistentes sociais a realização do controle/ enquadramento da força de trabalho.

Neste contexto, requisita-se do Serviço Social desses espaços sócio-ocupacionais, entre outros procedimentos, a seleção para concessão de auxílios, a orientação para normas e procedimentos, a mediação de conflitos, a realização de levantamentos de informações. Em resumo, requisita atender às diferentes demandas geradas pelas manifestações das expressões da “questão social”. A pesquisa nos revela algumas formas como as requisições chegam ao Serviço Social da UNILA e da UNILAB, conforme se exemplifica na sequência,

As principais demandas provenientes da gestão, as quais identifico, são: elaboração de editais para os auxílios estudantis da universidade; participação no planejamento das ações anuais voltadas ao público estudantil na universidade; participação nas seleções de estudantes ingressante por meio de cota de renda, orientações no geral sobre os serviços ofertados pelo serviço social (Q. 07 – A).

Elaboração de projetos, controle orçamentário, articulação de parcerias internas e externas, mobilização do público usuário, monitoramento e avaliação dos programas e projetos em execução, acompanhamento e gestão das equipes, organização e coordenação geral de todos os setores da pró-reitoria, acompanhamento e fornecimento de informações aos órgãos de controle externo e auditoria interna, contato e articulação permanente com coordenações de cursos de graduação e institutos acadêmicos, participações em fóruns e outros eventos (Q. 11 – B).

Executar a análise socioeconômica nos processos para concessão de auxílios/bolsas (é a principal demanda da gestão); Visita Domiciliar (Sim, a gestão entende a Visita Domiciliar como demanda e não como instrumento); identificação e encaminhamentos das demandas estudantis; planejamento, elaboração, assessoria, coordenação e avaliação de programas e projetos inerentes ao Programa de Assistência Estudantil ou à permanência do discente na universidade; participação em conselhos de direito, fóruns de discussão, grupos de trabalhos, comissões internas e externas; Organizar grupos de trabalho, palestras e reuniões; desenvolver com a comunidade acadêmica, atividades referentes às demandas estudantis; atender às demandas de outras pró-reitorias como PROGEPE [Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas] e PROINT [Pró-Reitoria de Assuntos Institucionais e Internacionais]; formulação e aplicação de critérios, indicadores,

instrumentos e registros sobre as ações desenvolvidas e formas de avaliação; subsidiar o planejamento e a execução das ações e projetos das demais seções e/ou serviços integrantes da estrutura da Pró-Reitoria (Q. 6 – A).

Observa-se ainda, nos dados coletados, divergências em relação a algumas requisições que chegam ao Serviço Social, umas resultantes do desconhecimento em relação ao fazer do/a assistente social, outras resultantes de uma histórica disposição dos/as profissionais em assumir demandas para o funcionamento das instituições em que estão inseridos. Assim, é comum que competências acabem por ser investidas, no espaço sócio-ocupacional, de um caráter de atribuição privativa. Em outros momentos, ocorre a solicitação para que Serviço Social execute ações incompatíveis com a área, o que demanda reflexão crítica e posicionamento ético-político firme por parte dos/as assistentes sociais, com vista a um exercício pautado nas competências e atribuições da profissão, resguardando a autonomia profissional. Os dados apresentados na sequência exemplificam essa realidade,

Em certa medida outros setores/sujeitos da instituição e da gestão demandam da Seção de Serviço Social respostas imediatas e individuais a situações complexas e recorrentes, tencionam posturas assistencialistas, quando os profissionais assistentes sociais buscam garantir condutas de viabilização de direitos via serviços ofertados pela gestão pública da instituição ou do município (Q. 01-A).

[...] há um entendimento da gestão nas instituições federais de ensino que a avaliação socioeconômica para concessão dos auxílios estudantis é atribuição privativa do assistente social. Portanto somos cobrados cotidianamente para realizar exclusivamente esta demanda, inclusive dos estrangeiros, demanda a qual não possuímos capacidade técnica para realizar (Q. 06 – A).

Alguns professores da instituição nos procuram com entendimento errôneo do que seja o trabalho do Serviço Social, muitas vezes ratificando conceitos de assistencialismo. Assim, eles desejam que os assistentes sociais ajudem os discentes, principalmente os internacionais, em relação aos indeferimentos dos auxílios pecuniários recebidos através do Programa de Assistência ao Estudante – PAES. (Q. 05 – B).

*[...] precisei me apropriar/aproximar, primeiramente, do labor do Serviço Social na Assistência Estudantil do Ensino Superior [...]. Destaco o instrumento da comunicação sempre relevante/recorrente como principal instrumento de trabalho do/a assistente social [...] a ferramenta mais precípua utilizada [...] o que foi mais desenvolvido foi a **expertise na competência em fazer análises socioeconômicas** (foi a grande novidade em relação a outras experiências), embora seja o carro-chefe (“80%” aproximadamente) e mais requisitado para as profissionais no cumprimento da elaboração, acompanhamento e execução dos Editais do Programa de Assistência ao Estudante (PAES) / PNAES [...](Q. 02 – B).*

[...] identifico de maneira geral que algumas demandas que chegam ao Serviço Social na universidade não são do Serviço Social, mas isso ocorre pelo desconhecimento de nossa atuação profissional, sendo preciso muitas vezes desmitificar o exercício profissional (Q. 07 – A).

Considerando que o projeto ético-político da profissão orienta para a defesa de princípios opostos aos princípios do capital, é de fundamental importância, para a construção das mediações no cotidiano de trabalho, o embasamento teórico/ conhecimento crítico sobre a conjuntura social e o conjunto de normativas que regem a profissão. Neste sentido, torna-se extremamente relevante o domínio acerca das competências e atribuições privativas do assistente social, contidas na Lei nº 8.662/93, que dispõe sobre a profissão. Ou seja, a interpretação de requisições e demandas deve considerar para além da realidade social, econômica e política na qual estão inseridos os sujeitos sociais que demandam a intervenção profissional. Ademais, devem considerar também as normatizações que dão ao profissional respaldo e orientação para a atuação profissional. Avancamos coletivamente no país com

As atribuições e competências dos/as assistentes sociais, sejam aquelas realizadas na educação ou em qualquer outro espaço sócio-ocupacional, são orientadas e norteadas pelos princípios, direitos e deveres inscritos no Código de Ética Profissional de 1993 (CEP), na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/1993), bem como nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996). Estes instrumentos afirmam a concepção de projeto ético-político profissional hegemônica no serviço social brasileiro, gestada desde o final dos anos 1970. Tais princípios, direitos e deveres, articulados às atribuições e competências, devem ser observados e respeitados tanto pelos/as profissionais, quanto pelas instituições empregadoras. Vale lembrar que competências “expressam a capacidade para apreciar ou dar resolutividade a determinado assunto, não sendo exclusivas de uma única especialidade profissional, mas a ela concernentes em função da capacitação dos sujeitos profissionais” e atribuições se referem “às funções privativas do/a assistente social, isto é, suas prerrogativas exclusivas” (IAMAMOTO, *apud* CFESS, 2012 p. 25-26).

Considerando a relevância do domínio em relação à programática que orienta para o Projeto Ético-Político da profissão, é importante explicitar acerca da similitude entre alguns incisos do artigo 4º e do artigo 5º da Lei nº 8.662/93, que estabelecem respectivamente sobre as competências do assistente social e suas atribuições privativas (CFESS, 2012). Pode ser observado no Quadro 2, abaixo, que os incisos II, III e VIII, que tratam das competências, e os incisos I, III e XII, que abordam sobre as atribuições privativas da profissão, apresentam similitudes.

Quadro 2 – Competências e atribuições privativas do assistente social

Competências do assistente social conforme art. 4º da Lei nº 8.662	Atribuições privativas do assistente social art. 5º da Lei nº 8.662
<p>I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;</p> <p>II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;</p> <p>III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;</p> <p>IV - (Vetado);</p> <p>V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;</p> <p>VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;</p> <p>VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;</p> <p>VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;</p> <p>IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;</p> <p>X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social;</p> <p>XI - realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.</p>	<p>I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;</p> <p>II - planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social;</p> <p>III - assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social;</p> <p>IV - realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;</p> <p>V - assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular;</p> <p>VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;</p> <p>VII - dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação;</p> <p>VIII - dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social;</p> <p>IX - elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social;</p> <p>X - coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social;</p> <p>XI - fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais;</p> <p>XII - dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas;</p> <p>XIII - ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional.</p> <p>Art. 5º-A. A duração do trabalho do Assistente Social é de 30 (trinta) horas semanais. (Incluído pela Lei nº 12.317, de 2010).</p>

Fonte: Elaborado pela autora com base na Lei nº 8.662/93.

Ter clareza quanto às competências e as atribuições privativas é indispensável para interpretar as requisições que são postas para a profissão, bem como construir o plano de trabalho profissional, é importante ainda que estas interpretações levem em consideração o tempo e o espaço, conforme nos adverte Raichelis (2020),

[...] embora garantidas em lei, as atribuições e competências e sua interpretação não são estáticas e não podem ser congeladas frente às transformações do trabalho e às novas configurações da “questão social” no atual estágio do capitalismo mundializado e financeirizado do século 21, considerando a particularidade da inserção periférica e dependente do Brasil, no contexto do desenvolvimento capitalista desigual e combinado. (RAICHELIS, 2020, p.13)

No que concerne às atribuições e competências, cumpre esclarecer que o Parecer Jurídico nº 27/98 da assessoria jurídica do CFESS aborda sobre a similitude dos incisos dos artigos 4º e 5º que mencionamos e aponta para a existência de imperfeição técnica no texto legal. O parecer jurídico aborda cada inciso separadamente e, em resumo, esclarece que os incisos II, III e VIII, que constam nas competências profissionais, em realidade são atribuições privativas, vez que constam nos incisos I, XII e III do artigo 5º, que trata das atribuições privativas (Quadro 3).

Quadro 3 – Comparativo dos artigos 4º e 5º da Lei nº 8.662

Art. 4º da Lei nº 8.662, Competências	Art. 5º da Lei nº 8.662, atribuições privativas	Argumentos do Parecer CFESS nº 27/98
II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;	I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;	[...] se existe a repetição da mesma atividade [...] prevalece, sem dúvida a modalidade de ATRIBUIÇÃO PRIVATIVA [...].
III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;	XII - dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas;	[...] a orientação social [...] é função privativa do assistente social. (a orientação social está implícita no inciso XII do art. 5º).
VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação	III - assessoria e consultoria e órgãos da Administração Pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de	Nesta hipótese tal atividade prevalece como privativa do assistente social [...].

às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;	Serviço Social;	
---	-----------------	--

Fonte: Elaborado pela autora com base na Lei nº 8.662/93 e Parecer CFESS nº 27/98.

Em síntese, o parecer jurídico do CFESS aponta que “a norma específica que regula o exercício profissional do Assistente Social deve ser superior à norma genérica” (CFESS, 1998, p. 7). Ainda em relação à análise e interpretação do citado parecer, cumpre destacar que a atribuição prevista no inciso V do artigo 4ª não é privativa do assistente social. Portanto, deve ser desenvolvida por todos os profissionais que possuem conhecimento para tal enquanto um dever ético, previsto no Código de Ética Profissional.

Quadro 4 – Comparativo do art. 4º da Lei 8.662 e o art. 8º do Código de Ética do/a assistente social

Art. 4º da Lei nº 8.662/93 – competências	Código de Ética do/a assistente social (1993)
V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;	Art. 8º São deveres do/a assistente social: e) empregar com transparência as verbas sob a sua responsabilidade, de acordo com os interesses e necessidades coletivas dos/as usuários/as.

Fonte: Elaborado pela autora com base na Lei nº 8.662/93 e no Código de Ética dos assistentes sociais.

Esclarecidas as competências e atribuições privativas da profissão, é possível construir estratégias para materialização destas nos espaços sócio-ocupacionais, com o necessário entendimento que o comprometimento profissional está vinculado com os usuários dos serviços/ demandantes/ classe trabalhadora. Entretanto, eles – classe trabalhadora – não têm o controle desta força de trabalho, no caso específico a força de trabalho está sob o controle do Estado capitalista neoliberal. Neste sentido, importa se apropriar das normativas institucionais que regulam as requisições que chegam ao Serviço Social, o que nos remete à descrição das atividades do cargo técnico-administrativo do assistente social na UNILA e na UNILAB. Observa-se que a descrição é idêntica em ambas às instituições. O quadro a seguir a apresenta:

Quadro 5 – Descrição do cargo técnico-administrativo em educação assistente social na UNILA e na UNILAB

<p>DESCRIÇÃO SUMÁRIA DO CARGO:</p> <p>Prestar serviços sociais orientando indivíduos, famílias, comunidade e instituições sobre direitos e deveres (normas, códigos e legislação), serviços e recursos sociais e programas de educação; planejar, coordenar e avaliar planos, programas e projetos sociais em diferentes áreas de atuação</p>
--

profissional (seguridade, educação, trabalho, jurídica, habitação e outras); desempenhar tarefas administrativas e articular recursos financeiros disponíveis. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

DESCRIÇÃO DE ATIVIDADES TÍPICAS DO CARGO

- Orientar indivíduos, famílias, grupos, comunidades e instituições: Esclarecer dúvidas, orientar sobre direitos e deveres, acesso a direitos instituídos, rotinas da instituição, cuidados especiais, serviços e recursos sociais, normas, códigos e legislação e sobre processos, procedimentos e técnicas; ensinar a otimização do uso de recursos; organizar e facilitar; assessorar na elaboração de programas e projetos sociais; organizar cursos, palestras, reuniões.
- Planejar políticas sociais: Elaborar planos, programas e projetos específicos; delimitar o problema; definir público-alvo, objetivos, metas e metodologia; formular propostas; estabelecer prioridades e critérios de atendimento; programar atividades.
- Pesquisar a realidade social: Realizar estudo sócio-econômico; pesquisar interesses da população; perfil dos usuários; características da área de atuação; informações in loco; entidades e instituições; realizar pesquisas bibliográficas e documentais; estudar viabilidade de projetos propostos; coletar, organizar, compilar, tabular e difundir dados.
- Executar procedimentos técnicos: Registrar atendimentos; informar situações-problema; requisitar acomodações e vagas em equipamentos sociais da IFE; formular relatórios, pareceres técnicos e rotinas e procedimento; formular instrumental (formulários, questionários, etc.).
- Monitorar as ações em desenvolvimento: Acompanhar [...] resultados da execução de programas, projetos e planos; analisar as técnicas utilizadas; apurar custos; verificar atendimento dos compromissos acordados com o usuário; criar critérios e indicadores para avaliação; aplicar instrumentos de avaliação; avaliar cumprimento dos objetivos e programas, projetos e planos propostos; avaliar satisfação dos usuários.
- Articular recursos disponíveis: Identificar equipamentos sociais disponíveis; identificar recursos financeiros disponíveis; negociar com entidades e instituições; formar uma rede de atendimento; identificar vagas no mercado de trabalho para colocação; realocar recursos disponíveis; participar de comissões técnicas.
- Coordenar equipes e atividades: Coordenar projetos e grupos de trabalho; recrutar selecionar e pessoal; participar do planejamento de atividades de treinamento e avaliação de desempenho dos recursos humanos da instituição.
- Desempenhar tarefas administrativas: Providenciar documentação oficial; cadastrar usuários, entidades e recursos; controlar fluxo de documentos; administrar recursos financeiros; controlar custos; controlar dados estatísticos.
- Utilizar recursos de Informática.
- Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.

Fonte: Elaborado pela autora com base na descrição de cargos nível E da UNILA e no Plano de carreira dos cargos técnico-administrativos em educação da UNILAB.

Conforme se observa no quadro acima, a normativa institucional é bastante genérica e não apresenta contradições em termos do estabelecido pelas competências e atribuições privativas constantes na Lei nº 8662/93. Entretanto, os dados da pesquisa apontam para a existência de requisições nem sempre compatíveis com os princípios éticos da profissão. É o que apontam os dados a seguir,

A instituição demanda da seção [de serviço social] algumas vezes ações que não são atribuições privativas da profissão, como, por exemplo, a interferência na vida privada do estudante, quando se trata de resolução de conflitos entre colegas, decisões que o próprio sujeito deve tomar, considerando sua autonomia. Tanto a gestão como os demais sujeitos/setores demandam do Serviço Social resolução de situações que não estão ao nosso alcance, tanto por não ser atribuição da nossa profissão quanto por se tratar de situações que estão em uma dimensão macro na estrutura da sociedade (Q. 03 – A).

A instituição reconhece o serviço social como porta de entrada para qualquer demanda proveniente dos estudantes, mesmo que está se caracterize como uma simples ação meramente administrativa. Outros setores da universidade compreendem que qualquer demanda que derive do aluno deveria ser atendida pela Seção de Serviço Social, eles entendem que o Serviço Social é o órgão de excelência para acolhimento de demandas gerais, mesmo que estas não se caracterizem como demandas da assistência estudantil (Q. 04- A).

Ora, os conflitos com a gestão acontecem devido ao ritmo dos processos de trabalho e das devidas condições de trabalho. Em alguns casos, surgem demandas advindas da gestão para acompanhamento de estudantes hospitalizados por situações graves de saúde, sendo cobrado que o Serviço Social seja responsabilizado por esses discentes, contrariando assim o trabalho proposto pelo núcleo que é acompanhar a permanência estudantil destes dentro do que é estabelecido no plano de trabalho do núcleo. Temos ciência de que estes problemas interferem na permanência estudantil, mas é preciso entender os limites e serviços das políticas públicas, para que façamos um trabalho reconhecendo o nosso papel enquanto universidade (Q. 05-B).

[...] o desafio das gestões e chefias entenderem a importância do trabalho, os planos de trabalho são fundamentais para dar visibilidade ao trabalho realizado e desmistificar o papel do profissional na instituição, por vezes visto como vilão pelos estudantes no processo de seleção (Q. 08 – B).

Como é possível observar por meio dos dados da pesquisa, a natureza das requisições levadas ao Serviço Social da UNILA e da UNILAB varia desde requisições compatíveis com as atribuições da profissão a procedimentos burocráticos administrativos e ações imediatistas, assistencialistas e incompatíveis com o trabalho profissional. Neste contexto, importa destacar que as requisições, ainda que não estejam em sintonia com as atribuições privativas da profissão, mas se possibilitam ao profissional assistente social o contato direto com os usuários/ estudantes, podem propiciar momentos para construção, junto a estes, de reflexão crítica em relação às demandas. Entretanto, muitas requisições se dão no campo da operacionalização das burocracias institucionais, as quais, sob a lógica do Estado burguês, cumprem função de limitar os direitos da classe trabalhadora. Vasconcelos (2015, p. 532)

chama atenção para a necessidade de “identificar a origem desse estado de coisas, no tempo e no espaço”, ou seja, na própria história do Serviço Social, no que historicamente os profissionais acabaram assumindo para o funcionamento das instituições. Cabe ao Serviço Social, por meio de uma prática qualificada, realizar a alteração desta dinâmica.

[...] é a prática qualificada que vai impondo no movimento institucional um novo modo de ser e estar dos assistentes sociais, o que vai trazer como consequência o reconhecimento por parte da instituição e dos usuários. Do mesmo modo que o grau de autonomia, essa é uma conquista que se dá continuamente através de ações e não de conversação (VASCONCELOS, 2015, p. 533).

Este processo é contraditório ao tempo que as requisições profissionais são postas pela instituição contratante e, rememoremos sob os domínios do capital a força de trabalho pertence ao capitalista – o Estado está a serviço do capital. Iamamoto (2007, p. 2015) nos dirá “[...] O *significado social do trabalho profissional do assistente social* depende das relações que estabelece com os *sujeitos sociais que o contratam*, os quais personificam funções diferenciadas na sociedade [...]”. Assim, as requisições no âmbito da política de educação atendem aos interesses da classe dominante e se direcionam para o controle da classe trabalhadora. De outro lado, as atribuições profissionais são dadas pela categoria profissional, a qual, no caso do Serviço Social, compromete-se claramente com a classe trabalhadora, o que exige do/a assistente social muita qualificação para a construção de respostas vinculadas ao projeto ético-político da profissão. Em outros termos, nos dirá Vasconcelos (2015, p. 535) que,

[...] a criação de condições para dar respostas necessárias às demandas dos trabalhadores/usuários exige, além de segurança dos princípios, uma prática planejada e avaliada nas suas consequências, exige qualificação, criatividade, reflexão; uma prática plena de conteúdo e significado.

Em síntese, para enfrentar as requisições alheias às competências e atribuições da profissão, é necessário domínio acerca da centralidade da categoria trabalho na constituição do ser social; é fundamental apreender a contradição que esta categoria, trabalho, assume no modo de produção capitalista – em uma relação de negação, expropriação e alienação do trabalhador –; é imprescindível ainda conhecer os limites e possibilidades postos pela sociedade capitalista para formular demandas e gerar respostas, mas, sobretudo, toda ação profissional deve vincular-se, individual e coletivamente, ao Projeto Ético-Político da profissão.

3.4 CONDIÇÕES DE TRABALHO E PROJETO PROFISSIONAL

Conforme abordado, o processo de internalização da ideologia capitalista é estruturado para que os diferentes sujeitos, nas suas diferentes formações profissionais, atuem no sentido de manter e reproduzir o sistema capitalista – trata-se de um treinamento para a competitividade e para o individualismo, treinamento este que tem início ao nascer e que tende a acompanhar os sujeitos sociais até o fim de suas vidas. Também se abordou sobre a lógica/ razão para o surgimento do Serviço Social – função mediadora e controladora que é convocado a desempenhar. Abordou-se, também, sobre o Serviço Social brasileiro, sua aproximação à teoria crítica e “virada” ao fazer a opção pelos princípios emancipatórios a partir da consciência de que compõe a classe trabalhadora, opção está explícita no projeto ético-político da profissão. Projeto este vinculado a um projeto societário que seja livre da exploração e dominação. Cabe ressaltar, entretanto, que a hegemonia do projeto profissional em si não garante uma prática para emancipação humana,

[...] o projeto profissional deve ser julgado não pelas declarações de princípios, por aquilo que está declarado e afirmado nos seus documentos, movimentos, planos e programas, mas pelos resultados daquilo que se faz em seu nome, pelos resultados e consequências da atividade dos seus sujeitos; pela práxis do segmento da categoria dos assistentes sociais, que de uma forma ou de outra o toma como referência. Ou seja, o que vale é a intenção objetivada na ação, a prática como intenção realizada [...] (VASCONCELOS, 2015, p. 143-144).

Assim, e a partir dos dados da realidade pesquisada, será possível apreender quanto à práxis do trabalho do/a assistente social. Em outros termos, é a prática cotidiana consciente/ crítica, vinculada com a dinâmica da vida real da classe trabalhadora, que pode efetivar o projeto profissional e criar momentos de ruptura, no sentido da emancipação humana. Iamamoto (2007, p. 220, 221) explicita que,

O assistente social lida, no seu trabalho cotidiano, com situações singulares vividas por indivíduos e suas famílias, grupos e segmentos populacionais, que são atravessados por determinações de classes. O profissional é desafiado a desentranhar da vida dos sujeitos singulares que atendem as dimensões universais e particulares que aí se concretizam, como condição de transitar suas necessidades sociais da esfera privada para a luta por direitos na cena pública [...] Isso requer tanto competência teórico-metodológica para ler a realidade e atribuir visibilidade aos fios que integram o singular no coletivo quanto o conhecimento do modo de vida, de trabalho e expressões

culturais desses sujeitos sociais, requisitos essenciais do desempenho profissional, além da sensibilidade e vontade políticas que movem a ação.

Assim, apreender a realidade e/ou interpretá-la, no sentido de construir respostas comprometidas, requer dos profissionais algumas habilidades, muitas das quais aparecem nos dados levantados, tais como “[...] *capacidade de escuta qualificada, capacidade de análise técnica, ética e política das situações/problemas/conflitos do cotidiano, capacidade de mediar conflitos, capacidade de fundamentar posicionamentos*” (Q. 09 – A). Observe-se que as características interventivas e investigativas da profissão perpassam pela fala dos entrevistados, ou como habilidades profissionais que utilizam para a atuação profissional, ou que entendem deveriam utilizar. A esse respeito o Q. 08 – B aponta ao tratar das capacidades que utiliza “[...] *interventiva e reflexiva, gostaríamos que a dimensão investigativa fosse mais afluída, pois temos vários objetos de estudos propensos a serem investigados no âmbito da pesquisa*”.

A realidade da pesquisa aponta para profissionais comprometidos em interpretar as demandas e materializar respostas que atendam aos usuários dos serviços, conforme se observa nos dados a seguir,

É preciso entender as relações sociais, culturais, a dimensão política do local de origem do estudante, as políticas públicas existentes. Isso é fundamental para entender as demandas apresentadas pelos estudantes, buscando construir respostas qualificadas para a demanda.

É um trabalho de extrema relevância. O Serviço Social a partir de seus fundamentos, da orientação ética e técnica, permite sempre um olhar sob uma perspectiva de totalidade. Trazemos para intervenção profissional, seja no atendimento direto ao estudante, seja nas discussões de planejamento das atividades, no diálogo com gestores e com outros setores da universidade, uma perspectiva de olhar para a realidade em seu movimento, e consequentemente construir alternativas/propostas/disputas no campo da defesa dos direitos sociais deste estudante (Q. 09 – A, grifos nossos).

Sendo a UNILAB um instrumento de cooperação internacional, inserido em meio à crise econômica atual, é de extrema importância nos atermos ao fato de que ela não deixa de passar pela mesma crise econômica que atravessam as demais universidades públicas brasileiras. [...] Pensar numa UNILAB que surge através de acordos de cooperação entre Brasil e países africanos dos PALOP é pensar numa instituição que tem o dever de oferecer formação de qualidade e baseada em princípios de igualdade e equidade (Q. 10 – B, grifos nossos).

O trabalho tem o sentido de garantir direito à educação superior e fazer a defesa da coisa pública. A relevância do trabalho corresponde a buscar fazer justiça, mesmo num programa que tem caractere seletivo como o PNAES. Compreendo que o Serviço Social também contribui com o seu

*trabalho na **democratização do acesso e permanência** a educação superior (Q. 01-A, grifos nossos).*

Materializar o compromisso com o projeto ético-político da profissão, sob a luz dos princípios do Código de Ética profissional, demanda, além de uma postura crítica, uma constante qualificação para entender a realidade em constante movimento, a exemplo das significativas alterações do cenário econômico, social, político e cultural. Considerando os dados da pesquisa, pode-se entender que os profissionais reconhecem os desafios e as possibilidades do espaço em que atuam, numa clara leitura das condições reais de subordinação da classe trabalhadora ao capital e expressam uma atuação comprometida com o projeto ético-político da profissão, conforme é possível verificar na sequência,

*[...] Sabemos que a inserção dos assistentes sociais no espaço institucional das universidades públicas teve seu boom a partir de 2010, com a expansão universitária promovida pelo REUNI no país. Com isto abriu-se a possibilidade para um campo de atuação profissional pouco conhecido, mas com muitos desafios, pois como em qualquer outro campo profissional novo, **novos também são os desafios, de como atuar nesta política [...]** a assistência estudantil – trouxe com ela a concessão de auxílios estudantis, que consequentemente vinculou-se à figura do assistente social. **As condições de trabalho neste espaço têm relação direta com a identidade profissional que se estabelece, considerando as correlações de forças estabelecidas e os desafios que se apresentam cotidianamente, e sendo um espaço de atuação relativamente novo, também nos deparamos com diferentes expressões da questão social.***

*[...] A assistência estudantil como uma ação da política de educação atua para ampliar e garantir que a educação superior possa estar ao alcance de todos e não apenas de um grupo seleto de pessoas. Assim, o trabalho do assistente social neste campo contribui para viabilizar a garantia deste direito. Além disto, considerando o objetivo e os princípios éticos que o trabalho do assistente social engloba, **existe uma possibilidade de atuação na perspectiva da transformação social no campo da educação.** Neste espaço, além da assistência estudantil contribuir para que o estudante alcance a formação universitária – **apesar das adversidades enfrentadas tanto no campo individual quanto estrutural da sociedade capitalista –, temos a possibilidade de promover dentro do espaço universitário ações que contribuam para despertar uma postura crítica e autônoma dos estudantes diante da educação formal** (Q. 03 – A, grifos nossos).*

A minha atuação como profissional de Serviço Social busca a abordagem humanista, tendo como aporte teórico o marxismo, [...] tendo como parâmetro o projeto ético-político e profissional, referendado no Código de Ética Profissional, tendo o compromisso com a liberdade, a justiça e a democracia. O estudante, quando busca o serviço, demanda por uma escuta qualificada, com respeito e encaminhamento que viabilize o acesso aos direitos. Para tal, tento desenvolver como postura profissional a capacidade crítica/reflexiva para compreender a problemática e as pessoas com as quais lido no cotidiano, desenvolvendo habilidade para comunicação e expressão oral e escrita, articulação política para proceder a

encaminhamentos técnico-operacionais, sensibilidade no trato com as pessoas, conhecimento teórico, capacidade para mobilização e organização, no acesso à rede socioassistencial do município [...].

O assistente social que atua em instituição internacional precisa se apropriar das particularidades do público-alvo que atende, e muitas vezes tem que buscar qualificação/conhecimento por conta própria e continuar lutando junto a categoria para que a instituição ofereça condições de trabalho. A instituição precisa oferecer condições de atuação dos profissionais e ser de fato uma universidade residente. O entendimento do conceito de internacionalização, pelo profissional de serviço social, nas universidades brasileiras se faz necessário, pois trata-se de compreender as diversas formas de cooperação internacional. Articular a internacionalização com outras políticas públicas para garantir que os estudantes consigam permanecer e concluir os estudos. É preciso entender o contexto social e cultural no qual os sujeitos estão inseridos: política de assistência estudantil na relação estudante/assistente social/universidade [...] (Q. 10 – B).

[...] o Projeto Ético-Político da categoria vincula-se à dimensão de totalidade, arraigando a criticidade da sociabilidade capitalista. Nesse sentido, visualizo o projeto de labor dos/as assistentes sociais como um ideal coletivo a ser sempre refletido e seguido/horizonte de um projeto societário emancipador, materializado pelos princípios e valores da profissão, sobretudo, comprometidos com a liberdade (em seu sentido amplo – dimensão ética/emancipação), valores democráticos e de ampliação da cidadania (Q. 02 – B).

Importante se faz apontar que os princípios do Código de Ética dos/as assistentes sociais reafirmam uma opção, um compromisso com a classe trabalhadora, fruto de um processo histórico de amadurecimento/ampliação da consciência crítica da categoria profissional, que reconhece a ética como uma capacidade do ser social de agir conscientemente, conforme nos indica Barroco (2005, p. 19),

[...] A ética é definida como uma capacidade humana posta pela atividade vital do ser social; a capacidade de agir conscientemente com base em escolhas de valor, projetar finalidades de valor e objetivá-las concretamente na vida social, isto é, ser livre. Tratada como mediação entre as esferas e dimensões da vida social e atividade emancipadora, a ética é situada em suas várias formas e expressão: a moral, a moralidade, a reflexão ética e a ação ética como exercício de liberdade [...].

Assim, o reconhecimento da liberdade como valor ético central está associado à superação da ordem capitalista. Não se trata da liberdade para o mercado, da liberdade burguesa competitiva que joga um sujeito contra o outro, mas da liberdade plena, comprometida com a emancipação dos sujeitos sociais. De igual maneira, a cidadania se vincula aos direitos civis, sociais e políticos da classe trabalhadora e o princípio da

democracia avança em comparação à democracia burguesa, ao fazer a defesa pela socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida. Em síntese, os princípios do Código de Ética Profissional, resultados de uma consciência ética, se materializam em ações comprometidas com a classe trabalhadora e que, portanto, implica em entender sobre as estratégias do capital – em nossos dias, sobre as estratégias do capital neoliberal (CFESS, 2012).

É inserida em uma conjuntura de fragilidade normativa e orçamentária que se encontra a assistência estudantil. Assim, as reflexões sobre o trabalho de assistente social adquirem especial relevância, considerando o âmbito estratégico da inserção profissional que o põe em contato direto com fração da classe trabalhadora historicamente excluída do âmbito das universidades.

Importante se faz destacar que os profissionais possuem consciência da relevância da atuação profissional nestes espaços sócio-ocupacionais, conforme se observa nos apontamentos seguintes. Entretanto, fica evidente a necessidade de construção/ formalização/ consolidação de um projeto/plano de trabalho do Serviço Social nestes espaços sócio-ocupacionais para subsidiar a atuação profissional.

Desde o meu ingresso na instituição, lembro que nós, profissionais, tentamos diversas vezes elaborar um plano de trabalho no início de cada ano, mas a demanda de trabalho apresentada para o Serviço Social nos suga de tal forma que este fica sendo uma prioridade deixada de lado. Vejo que o projeto/plano de trabalho da/do assistente social não é elaborado nas instituições, ou quando é, não se consegue colocar em prática integralmente. Presumo que seja pela pressão e volume de trabalho que é atribuído ao assistente social nas instituições. Conferem ao profissional demandas que não são de sua competência privativa, fazendo com que o planejamento pensado para a categoria naquele espaço não seja colocado em prática ou cumprido. Isso faz com que haja uma frustração muito grande dos profissionais na realização do seu trabalho, ou, ainda, um desgaste/cansaço frente à demanda apresentada e a que ficou reprimida (Q. 03-A).

Importantíssimo [plano de trabalho], pois ele contribui para a definição de competência no espaço sócio-ocupacional, contribui para o mapeamento das demandas profissionais e como exercê-las no cotidiano institucional. Contribui efetivamente para a qualificação profissional e principalmente estabelece parâmetros para a relação profissional com a instituição em que atua. Por fim, contribui para analisar o trabalho profissional e os resultados deste, pois ele aponta as possibilidades e limites do trabalho do assistente social (Q. 04 – A).

Conforme exposto, a alteração e materialização do fazer profissional é uma tarefa posta aos sujeitos. Projetar a ação profissional requer utilizar a capacidade teleológica,

inerente aos ser social, objetivando resultados/ finalidades, ou seja, estabelece uma intencionalidade prévia. Para a ação profissional do/ a assistente social, este planejamento possui níveis que vão do coletivo ao individual. Vasconcelos (2015, p.223) esclarece que os níveis de planejamento são:

(1) um planejamento global (projeto profissional gestado no âmbito do coletivo profissional); (2) um planejamento do serviço social na instituição / programa / projeto que é a referência tanto para um determinado profissional no planejamento das suas atividades e ações como para a equipe; (3) um planejamento individual das atividades e ações a serem desenvolvidas por um profissional/ equipe.

Em outros termos, o planejamento é fundamental para que ocorra a práxis profissional. É a capacidade de projetar resultados que orienta os profissionais quanto à escolha dos meios necessários para alcançar os fins previamente ideados. Entretanto, o cotidiano de trabalho por vezes conduz “a buscar/ priorizar/ realizar objetivos e finalidades pré-fabricados, preordenados, o que também não deixa de exigir um mínimo da capacidade de projetar ação [...]” (VASCONCELOS, 2015, p. 222-223). Ainda que o pré-ideado não garanta a concretização da finalidade projetada, é por meio da qualidade do planejamento, que pode se dar a práxis da ação profissional. Assim, o entendimento da necessidade do plano de trabalho apontada na pesquisa é um ponto de partida.

Não temos um plano de trabalho formalizado do Serviço Social. No entanto, percebo que realizamos ações que de forma automática esboçam um plano de trabalho, como, por exemplo, as seleções dos estudantes ingressantes nos auxílios estudantis; o acompanhamento social realizado junto aos estudantes, buscando desvelar as demandas sociais; os encaminhamentos aos serviços municipais; a escuta qualificada. Percebo que são ações cotidianas que compõem o plano de trabalho no espaço. No entanto, não é formalizado.

Penso que é de fundamental importância a elaboração do plano de trabalho profissional do assistente social, no espaço sócio-ocupacional que se insere, uma vez que nos possibilita o planejamento das ações a serem desenvolvidas com os usuários, assim como os projetos contribuem para a realização de ações que possibilitem o atendimento às demandas apresentadas pelo usuário do serviço e, conseqüentemente, a avaliação das ações realizadas no cotidiano profissional (Q. 07 – A).

*[plano de trabalho] Estamos em fase de elaboração este ano, ao percebemos, através das diversas demandas ao Serviço Social, a necessidade de delinear as nossas ações para que tenhamos algo sistematizado em relação aos serviços prestados, com a ciência do conselho de nossa profissão. Hoje, nossa atuação está sistematizada no **Manual do Núcleo de Atendimento Social ao Estudante – NASE**, o qual fazemos parte (Q. 05 – B).*

Aparece entre os dados coletados a inquietação, da parte de alguns entrevistados, quanto ao quantitativo de análise socioeconômica existentes. Ora se apresenta como uma queixa em termos do quantitativo, ora evidencia-se uma inquietação em relação às condições objetivas para realizá-la. Em outras falas existe o entendimento de não se tratar de uma atribuição do/ a assistente social e ainda falas que expressam tratar-se de uma aferição de declarações, especialmente para os casos dos estudantes não brasileiros, conforme se vê nos fragmentos da realidade pesquisada:

Na assistência estudantil, o único trabalho executado, exclusivamente, pelo serviço social é a análise socioeconômica (SAE). No entanto, o serviço social participa ativamente, junto a outros profissionais, na execução e elaboração dos seguintes programas: samba-seminário de ambientação acadêmica; PAIE (Programa de Acolhimento e Integração de Estudantes Estrangeiros); OBSERVE (Observatório da Vida Estudantil); PRÓ-ACOLHER (Compartilhamento de Moradia aos Estudantes Ingressantes). (Q. 10 – B, grifos nossos).

Outra demanda que constantemente vem à tona dentro da universidade é para que o Serviço Social realize a análise de renda e documental para seleção de alunos estrangeiros, que atualmente é feita com base apenas na reserva de vagas por escola pública, conforme prevê o PNAES (Q. 04 – A, grifos nossos).

Retomando o parecer jurídico do CFESS nº 27/98, veremos que este documento, ao abordar sobre o inciso XI, “realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades”, que consta do artigo 4º, aponta que esta ação não se constitui como atribuição privativa, entretanto, utilizada como instrumento para elaborar laudos e pareceres sobre matéria do Serviço Social, adquire caráter de competência privativa. Nesse sentido, o parecer esclarece,

É evidente que o estudo socioeconômico realizado para fins de benefícios e serviços sociais terá como escopo a verificação das condições respectivas para decisão sobre a matéria do serviço social. A decisão de outra sorte, estará consubstanciada a partir de manifestações técnicas, atividade esta privativa do assistente social como previsto pelo inciso IV do art. 5º da lei 8662/93 (CFESS, 1998, p. 11).

Importante se faz esclarecer que o estudo social ou estudo socioeconômico é um instrumento/ método/ processo de construção de um saber do Serviço Social que articula a depender do planejamento/ entendimento do profissional, vários outros instrumentais (entrevista, estudos de documentos, visita domiciliar, estudo de contexto econômico, social,

cultural, etc.), têm como objetivo conhecer e analisar uma realidade para que o profissional assistente social possa fornecer uma opinião técnica⁵³. Assim, e considerando os dados da pesquisa, é necessário inicialmente qualificar a ação que é realizada nas universidades para fins de concessão dos auxílios estudantis. Em outros termos, é requisito o estudo socioeconômico para concessão de auxílios, considerando que o PNAES estabelece em seu artigo 5º que,

Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar **per capita** de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior. (BRASIL, 2010, p. 1.)

Um segundo questionamento diz respeito às condições para que se realize estudo socioeconômico: existem? Em quais situações se fazem necessárias este instrumento? Considerando o que nos esclarece Fávero (2007, p. 42).

[...] Quando o assistente social é solicitado a oferecer um laudo, um parecer social, cabe a ele, portanto, definir os meios necessários para construí-los: Em que nível e a quais conhecimentos precisa ter acesso, se necessita de entrevista, com quem e quantas, se deve realizar visitas domiciliares e/ ou institucionais, se precisa estabelecer contatos variados, se deve consultar material documental e bibliográfico e quais etc. É sua prerrogativa definir os meios para atingir os fins propostos. Para tal, se faz imprescindível a permanente capacitação, em especial por se tratar de profissão que lida com expressões da realidade social – a qual se põe de forma dinâmica, em permanente transformação, e lida, especialmente, com situações e ações que dizem respeito a direitos, fundamentais e sociais.

Embora o estudo/ análise socioeconômico não seja um aspecto aprofundado nesta pesquisa, os dados revelados demonstram que os processos de análise “socioeconômica” se referem a procedimentos burocráticos, administrativos, que se caracterizam mais como análise econômica documental do que como análise/ estudo social, ou seja, as ações que são requeridas ao Serviço Social se caracterizam mais por aspectos administrativos do que pela observação de aspectos da realidade social - estudo social / atribuição privativa, “[...] O que delimita o caráter de atividade enquanto privativa do assistente social é a sua qualificação enquanto matéria, área e unidade de Serviço Social.” (CFESS, 2012a, p. 38). Os dados

⁵³ Sobre “opinião técnica”, “Se entendermos “meios de trabalho” como o “como fazer”, ou a “construção operacional do fazer”, centrada na dimensão técnico-operativa, e “parecer” social como operação intelectual - que requer domínio de competências teórico-metodológicas e éticas, para além da dimensão técnico-operativa, para emissão de posicionamento/opinião profissional, é possível afirmar que parecer não se identifica como “instrumento”. No entanto, se compartilharmos do entendimento de que a qualidade da ação profissional exige a unidade entre teoria e prática, que as técnicas “[...] não têm valor em si mesma, elas se valorizam a partir das perspectivas que lhes dão feição” (CFESS, 2020, p. 92).

revelam ainda que não estão dadas, nas instituições pesquisadas, as condições para realização de estudo social a todos os estudantes que demandam inserção em auxílios estudantis, o que se acentua no caso dos estudantes internacionais, em que se evidenciam dificuldades em apreender desde a linguagem até os aspectos econômicos, sociais, culturais e de sociabilidade. Ainda assim, os dados da pesquisa demonstram que, embora em sua maioria os processos de trabalho sejam socializados entre os diferentes profissionais, a “análise econômica documental” é direcionada exclusivamente aos profissionais do Serviço Social.

Muitas vezes, os/as profissionais utilizam-se apenas de análise documental na análise socioeconômica, o que dificulta bastante compreender a realidade do/a estudante (Q. 10 – B, grifos nossos).

O trabalho profissional do assistente social é de fundamental importância para compreender a análise socioeconômica realizada na assistência estudantil como algo amplo, envolvendo marcadores objetivos e subjetivos. Temos a possibilidade, na entrevista social ou na visita domiciliar, de enxergar outras nuances das expressões da questão social que a análise de per capita apenas não nos diz (Q. 08 – B, grifos nossos).

Avalio que atualmente o assistente social é o principal trabalhador da assistência estudantil, pois está relacionado diretamente ao acesso aos auxílios estudantis nas instituições federais de ensino. Porém, devido à grande demanda e a falta de condições de trabalho (como a adequação da jornada de trabalho para 30 horas semanais conforme prevê nossa legislação) e a ausência de maior envolvimento de profissionais de outras áreas, o assistente social fica sobrecarregado e não consegue avançar em outras frentes de trabalho e atuação além da avaliação socioeconômica (Q. 06 – A, grifos nossos).

Ainda em relação à realização de estudos socioeconômico para concessão de auxílios estudantis, é importante se atentar para a finalidade e conteúdo da ação conforme nos adverte Raichelis (2020, p.17).

[...] estudo ou seleção socioeconômica no âmbito de diferentes políticas sociais, atividade historicamente objeto de controvérsias na categoria profissional, mas que, num cenário de disputa no mercado de trabalho, passa a ser requisitada pelo Serviço Social como atribuição privativa em si mesma, sem que estejam em questão a finalidade e o conteúdo dessa atividade, o que seria imprescindível para que profissionais não se enredem na armadilha que alimenta a competição entre trabalhadores/as.

Observe-se que o procedimento de trabalho relacionado à concessão de auxílios estudantis encontra-se em movimento e constitui-se em um objeto para estudos futuro. Para a conjuntura posta, cumpre apontar para a possibilidade de, estes processos de trabalho possibilitar, aos profissionais assistentes sociais, conhecimento/ contato com a realidade dos

estudantes, o que contribui para a construção de momentos de reflexão e ruptura com o sistema de ideologia vigente, momento de refletir com os usuários da política de educação as demandas substantivas.

Um aspecto evidenciado por meio dos dados da pesquisa a ser destacado, em razão de demandar conhecimentos específicos para o trabalho profissional do/a assistente social, diz respeito ao atendimento das demandas do público internacional. Conforme se evidencia nos dados que se seguirão, os profissionais relatam necessidade de se apropriar melhor da realidade social, econômica e cultural dos estudantes e de seus países de origem,

*[...] demarcam a atuação do profissional assistente social, em uma universidade com vocação internacional, [...] a atuação com um público que **você muitas vezes conhece pouco dos aspectos objetivos e subjetivos da realidade social que eles se inserem, no caso os estudantes não brasileiros.** Pela minha experiência, percebo que esta particularidade é algo que agrega muito na experiência profissional, uma vez que cotidianamente avaliamos nossa intervenção com estes estudantes, **que apresentam demandas específicas do contexto e da realidade social dos países de origem.** [...] demanda conhecimento sobre principalmente os aspectos socioeconômicos e culturais, uma vez que estamos habituados com legislações e com os aspectos socioeconômicos apenas no nosso país, e sabemos que há entre os diferentes países diversas formas de legislações, aspectos econômicos e sociais (Q. 07 – A, grifos nossos).*

Aproximação com os países parceiros ainda é um pouco distante do projeto da universidade, pois devido aos cortes orçamentários a UNILAB não tem promovido a ida in loco nos países como Guiné-Bissau, Moçambique, Cabo Verde, Angola e São Tomé e Príncipe. Além dos estudantes brasileiros, muitos deles são oriundos de outros estados e cidades longínquas. Muitas vezes, os/as profissionais utilizam-se apenas de análise documental na análise socioeconômica, o que dificulta bastante compreender a realidade do/a estudante (Q. 10 – B, grifos nossos).

*Basicamente, a **necessidade de aproximação de elementos de cultura, costumes, visto que há diferenças muito significativas em torno de noções de masculinidade/feminilidade, elementos étnicos, religiosos e até hábitos alimentares.** Tais elementos se refletem nas relações entre os membros da comunidade e entre os estudantes e as equipes, dificultando o trabalho realizado (Q. 11 – B, grifos nossos).*

Para mim é desafiador, tendo em vista que não possuo formação profissional para lidar com as questões sociais e culturais apresentadas pelos discentes advindos dos países da cooperação. Além disso, uma das minhas dificuldades se refere à linguagem, de poder entendê-los e de ser entendida. Porém, vejo que temos uma oportunidade riquíssima de ampliar os nossos conceitos/horizontes ao lidar com os estudantes internacionais e que isso poderia ser aproveitado, caso tivéssemos mais capacitação profissional oferecida pela universidade (Q. 05 – B, grifos nossos).

A questão do atendimento ao internacional deve ser analisada a partir da proposta firmada pelas universidades as quais apresentam como objetivo a integração/ integração solidária. Assim, um pressuposto, independentemente de o estudante ser assistido pelo programa de assistência estudantil, é conhecê-lo minimamente. A integração passa pela questão do respeito aos costumes, à cultura, pelo domínio da linguagem, pela adequação dos espaços. Entretanto, ficou evidente que os profissionais do Serviço Social possuem muito pouco conhecimento a respeito da realidade destes sujeitos, o que, além de gerar maior dificuldade para o trabalho se caracteriza como uma barreira para efetivação da integração.

Assim, está posto para as instituições UNILA e UNILAB e para os profissionais assistentes sociais a urgente necessidade de capacitação/estudo, ampliação de conhecimento sobre estes sujeitos sociais, sobre estes *rostos novos*, advindos de diferentes países, com vista a projetar finalidade que contribuam com o processo de integração. O conhecimento sobre a realidade dos sujeitos sociais possibilita qualificar as respostas às demandas desta parcela da classe trabalhadora latino-americana e africana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É chegada a hora de realizar o caminho de volta e, se em princípio, a pretensão era apreender sobre o trabalho de Assistentes Sociais nas universidades UNILA e UNILAB, objeto que nos propusemos a estudar, as mediações realizadas, permitem-nos considerações, acerca do objeto – ainda em movimento – significando que, o presente estudo encontra-se franqueado no sentido de ser revisitado e adensado.

Ainda que o objeto esteja aberto a outras mediações, apresentamos nossas considerações registrando o profícuo caminho de estudo e conhecimento deste processo, o qual contou com a realização de 11 disciplinas⁵⁴ no mestrado. A carga horária realizada em disciplinas presenciais totalizada em 495h/a, além das horas de estudo fora de sala, significam na realidade horas de troca de conteúdos, saberes, experiências, conhecimentos, expertises, horas de crescimento profissional, intelectual e pessoal, o que se tornou possível com a relação presencial intensa com os demais colegas do mestrado e o qualificado corpo docente do programa. Este registro se faz necessário na medida em que foi fundamental para ampliar-me a bagagem de conhecimento teórico-científico e analítico, aproximando-me de categorias fundamentais, relativas ao objeto estudado, as quais me permitiram apresentar, por meio desta dissertação, achados a respeito do trabalho de assistentes sociais na assistência estudantil na UNILA e na UNILAB.

O mesmo período possibilitou a participação em eventos científicos da profissão e ainda fecundas orientações, com encontros semanais, ricos em diálogo e aprendizado as quais foram determinantes para direcionar e aprofundar os estudos, rever equívocos, ampliar o campo de visão/entendimento, delimitar o objeto de estudo e objetivos, traçar o percurso metodológico e analítico. Procedimentos de pesquisa que não estiveram presentes na realidade da graduação da pesquisadora (exemplo da formação disponibilizada pelo mercado), e que são determinantes para apreender a realidade. Assim, as orientações foram fundamentais possibilitando-me assumir, ante um objeto da prática profissional cotidiana, uma postura investigativa científica materializando-se nas opções teóricas e no trato analítico dispensado na pesquisa documental, bibliográfica e de campo.

Em outros termos, destacamos que apreender a dinâmica em que se está inserida/enquanto trabalhadora, nem sempre é tarefa fácil. Ser parte constitutiva desta dinâmica por vezes nos limita de enxergar a realidade do cotidiano de trabalho, sendo fundamental o rigor

⁵⁴ 03 disciplinas obrigatórias, que somam 180h/a, 05 disciplinas eletivas que totalizam 225h/a e, 03 Tópicos Especiais que somam o montante de 90h/a.

metodológico. Assim, o que se quer registrar é o crescimento que o mestrado possibilitou para esta profissional que é parte do contexto estudado. Trata-se de um processo de conhecimento que é coletivo, sendo de extrema relevância a vivência trazida do espaço de trabalho (um dos campos da pesquisa), bem como o conjunto de conhecimentos propiciados pela inserção no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, além da fundamental participação dos sujeitos da pesquisa.

Se o percurso realizado traz consigo a certeza de que, neste momento, estão dadas, para a pesquisadora, as condições teóricas para um novo começo, ele possibilita, também, apresentar resultados aproximativos das mediações realizadas. Assim, e compartilhando da compreensão de que, pesquisas não são neutras, pelo contrário, expressam a concepção de homem e mundo que orientam o pesquisador, o presente estudo se ancora na Teoria Social de Marx, para apreender a realidade, o que se buscou garantir por meio do referencial teórico que dá sustentabilidade às categorias que compõem a presente dissertação. As aproximações sucessivas realizadas com o objeto preservaram o objetivo de responder ao problema inicial da pesquisa, balizando as sucessivas mediações realizadas.

Assim, para o primeiro capítulo realizou-se cuidadosa revisão bibliográfica e documental em torno de como se desenvolveu e se estruturou o sistema de ensino brasileiro desvelando a realidade de um sistema educacional que, historicamente, e desde as séries iniciais até a formação superior, sofre com as orientações do sistema capitalista, demarcando claramente que o capitalismo não comporta uma educação para a emancipação humana, pois esta possui princípios contrários à ideologia neoliberal.

Sob os efeitos da restauração do capital que impõem, especialmente a países periféricos como o Brasil, uma reestruturação do Estado, orientado pela ideologia neoliberal e sob a “mão visível” de organismos internacionais, os movimentos são no sentido da reestruturação produtiva – que alteram os processos de trabalho – e contrarreforma do Estado com a destruição dos direitos sociais e trabalhistas, restringindo ou precarizando o acesso destes às políticas sociais registrando um histórico sucateamento do sistema de ensino e demonstrando que o sistema de educação formal é organizado para desempenhar a função de formar a força de trabalho conforme as necessidades do mercado e internalizar nos indivíduos a ideologia neoliberal caracterizada pelos princípios da competitividade e individualidade, ou seja, interfere no processo de sociabilidade dos sujeitos sociais, gera-se uma falsa noção de que tudo está bem, e que, depende de cada indivíduo o aprimoramento/formação para o trabalho e a construção de uma vida bem sucedida induzindo para a adesão a uma formação tecnicista.

Neste contexto, o sistema de ensino de tempos em tempos é alvo de reformas as quais cada vez mais privilegia o setor privado num claro repasse da responsabilidade estatal para o mercado/grande capital. Esta transferência de responsabilidade vem acompanhada da destruição de direitos por meio da contenção de “gastos” investimentos financeiros, sucateamento de estruturas físicas, propagação de discurso de ineficiência e pouca qualidade do ensino público, e até, discursos depreciativos e de ódio em relação às instituições de ensino superior públicas e seus trabalhadores. Some-se aos ataques que desqualificam o que é público, a transferência de verbas públicas – via bolsas e abatimentos em impostos – para as instituições privadas num claro incentivo ao setor privado que se expande em todas as modalidades, em especial, no ensino a distância.

Assim, entendemos que os avanços em termos de democratização do ensino superior ocorrido entre os anos 2008 a 2013, ainda que, sob a lógica de formação da força de trabalho para o mercado, é extremamente relevante. Reconhecer a relevância deste período histórico, para a educação é fundamental, na medida em que, vivemos sob a ordem capitalista a qual é incompatível com a igualdade social. Assim, ainda que os anseios sejam por avanços estruturantes, teórica e politicamente é importante reconhecer o grau de democratização – inclusão da classe trabalhadora no ensino superior – que foi possível neste período. Teoricamente a possibilidade de uma educação universal e, sobretudo, uma educação para emancipação, só será viável com a superação do capitalismo. A direção ético-política está em disputa!

É neste contexto, que ocorreu a ampliação significativa do número de universidades, dentre elas a criação da UNILA e da UNILAB, as quais se caracterizam como uma alternativa inovadora em termos de democratização e internacionalização solidária do ensino. Entendemos que as estratégias destas duas universidades expressam o fruto de um contexto político favorável e solidário entre o Brasil e os demais países latino-americanos e com os países africanos de língua portuguesa, contexto este drasticamente alterado nos últimos anos, atualmente com incertezas, inseguranças, perseguição, irracionalidade e violência.

Em síntese, a conjuntura atual afeta todo o sistema de ensino, e, especialmente, as instituições UNILA e UNILAB, em termos da preservação de seus projetos de integração solidária. Não se pode negar a “virada ao norte” dos últimos cinco anos, num claro movimento de recolocar o Brasil na condição de colônia dependente e submissa ao imperialismo norte americano.

Em outros termos, conforme abordamos as alterações de conjuntura, pós-golpe de Estado de 2016, afetam gravemente o sistema de ensino superior, com contingenciamentos/

cortes de gastos, adesão à metodologia de assédio aos trabalhadores da educação e estudantes, indução ao abandono da cientificidade/razão. É necessário que a interpretação desses ataques ao ensino superior seja realizada a partir de uma perspectiva de classe. Medidas contra a classe trabalhadora as quais acirram o cenário de dependência, marginalização e pauperismo do trabalhador brasileiro, o que fica mais evidente no contexto pandêmico. Para o âmbito da educação o maior risco, talvez seja, de que a excepcionalidade do ensino remoto, em razão do necessário distanciamento social, acabe dando força para ampliar a adesão e proliferação ao Ensino a Distância - EaD.

Este contexto não pode inibir horizontes utópicos, de uma educação, nos termos de Mészáros (2008) “para além do capital” ao contrário convida-nos a abraçar todas as propostas que possam gerar momentos de rupturas e desalienação, considerando o compromisso com a construção de uma nova ordem social, livre de toda forma de dominação e opressão. Sim, temos também no âmbito da educação, a marca da contradição, formação e formatação da força de trabalho para o capital, mas, também, a possibilidade de ruptura, educação para emancipação humana.

Neste cenário, realizar reflexões sobre o trabalho profissional de assistentes sociais, especialmente, no âmbito da educação é pensar um fazer que esteja ligado, estrategicamente, à possibilidade de construção de momentos de ruptura e, embora, seja tarefa árdua é, extremamente, necessária. Assim, no segundo capítulo foi necessário estabelecer mediações mais profundas com a categoria histórica do trabalho, com especial atenção para as configurações que o trabalho assume no modo de produção capitalista e as sequelas, expressões da “questão social”, decorrentes da contraditória relação em que se realiza o trabalho – a produção de riqueza é ao mesmo tempo produção de miséria –, numa estratégia capitalista de aumento da concentração de renda e acirramento da desigualdade social, ou seja, quanto mais riqueza o trabalho gera para o capital mais pobreza e miséria gera para si mesmo, trabalhador. Assim, os registros dão conta de que no modo de produção capitalista, o mundo do trabalho, caracteriza-se pela intensa expropriação da força de trabalho que cria, conforme a conjuntura, mecanismos mais sutis ou mais violentos sem, entretanto, deixar de sugar até o último limite as forças do trabalhador, tornada riqueza para o capital.

Em um cenário de precarização do trabalho e dos direitos trabalhistas, aumento do desemprego e/ou subemprego, fragilização das relações de trabalho e, conseqüentemente, pauperização das condições de vida da classe trabalhadora que se insere o trabalho de Assistentes Sociais, no enfrentamento às expressões da contradição capital/trabalho. Nesta contraditória relação, o cotidiano de trabalho profissional por vezes é caracterizado pela

imediatividade de demandas sempre urgentes, o que tende a limitar momentos de abstrações/reflexões. Neste contexto, é importante recuperar que o cotidiano tem força e pressa que podem “engolir” as possibilidades transformadoras do trabalho profissional, reduzindo a atuação profissional à produção de respostas imediatas/demandas do aparente/não compreendidas que, por consequência, darão origem a respostas igualmente não substantivas.

Assim, as aproximações contidas no terceiro capítulo dão conta de apresentar os dados da realidade pesquisada, mas, além disso, busca realizar o diálogo – dos dados da pesquisa – com fundamentos teórico-metodológicos, muitos dos quais, também presentes no primeiro e segundo capítulos. Estruturado em eixos analíticos, por uma questão metodológica, no âmbito do real, compõem um todo sobre o qual restam tecer algumas considerações, no sentido de demonstrar os limites e possibilidades que compõem o objeto em seu movimento.

Em síntese, observamos que o trabalho de assistentes sociais no âmbito da assistência estudantil tem sido direcionado no sentido de contribuir para a inclusão e permanência de parcela da classe trabalhadora no ensino superior, ou seja, carrega um viés de inclusão social pela educação e, neste contexto, não se pode esquecer que mesmo as instituições públicas, criadas com proposta de caráter inovador, tais como a integração solidária, prevista nos projetos da UNILA e da UNILAB, mesmo estas, fazem parte de uma estrutura do Estado e, conforme abordado nesta dissertação, vivemos em uma ordem social capitalista em que o Estado é instrumento do grande capital, atua para o fortalecimento deste, e que, a depender da conjuntura econômica e política, a depender de cenários de crises, próprios deste sistema, os primeiros impactos são para as políticas e direitos sociais, ao fim é a classe trabalhadora que paga com suor, dor e sangue a conta de um sistema excludente. Em outros termos, quando o capital está em ascensão a classe trabalhadora é extenuada para maior qualificação/produção e geração de crescimento para o capital – apropriação privada de força física, mental e intelectual da classe trabalhadora para ampliação da riqueza do grande capital –, quando o capital está em crise a classe trabalhadora é ainda mais expropriada, inclusive de condições mínimas de sobrevivência, é marginalizada e aviltada em seus direitos, abandonada pelo Estado o qual se voltam para proteger/socorrer o grande capital.

Analisar o trabalho de assistentes sociais e seu cotidiano de trabalho deve levar em conta primeiro que: trata-se de sujeitos profissionais inseridos na ordem social capitalista numa relação de assalariamento e, por tanto, afetados/impactados, em menor ou em maior grau, a depender da capacidade crítica reflexiva, pelo conjunto de valores, limites e contradições desta ordem; são trabalhadores inseridos em uma relação de trabalho

contraditória e que desenvolvem seu trabalho para uma parcela da sociedade que não é a pagadora desta força de trabalho; o objetivo do contratante desta força de trabalho – o Estado – em última instância é manter o consenso e o controle da classe trabalhadora, classe a qual o sujeito executor da ação – assistente social – é parte constitutiva.

Neste sentido, o trabalho desenvolvido ao mesmo tempo atende aos interesses do gestor pagador da força de trabalho e aos interesses da classe trabalhadora com a qual os profissionais assistentes sociais mantêm vínculo de pertença e defesa. A partir da apreensão das demandas substantivas, tem-se a possibilidade de elaborar estratégias que possam contribuir para ampliar direitos, ou seja, nos limites de uma autonomia relativa, historicamente construída, é possível tensionar para a ampliação de direitos, e também, para momentos de ruptura. Esse quadro de possibilidade é tanto maior quanto melhor for o entendimento, por parte do conjunto de trabalhadores que compõem a comunidade universitária, ou seja, trabalhadores de diferentes formações – técnicos administrativos em educação/professores/estudantes – de que, a luta é de classe. Em outros termos, a autonomia relativa para contribuir na construção de outras relações de sociabilidade com vistas à superação da dominação e exclusão é potencializada/ampliada quanto mais os trabalhadores, como um todo, alargam o grau de conhecimento e consciência de classe, mais conseguem abstrair-se, apreender os nexos causais da dimensão singular, particular e universal presente na dinâmica da realidade que vivem.

No que se refere à particularidade da permanência estudantil, vale acentuar a responsabilidade, das universidades como instituições do Estado em relação às condições de permanência estudantil. Observe-se que, a permanência estudantil não pode ser reduzida à concessão de auxílio, muito menos ser limitada a ações de um programa como o PNAES, nem pode ser entendida como responsabilidade de um único setor/Pró-reitoria. Permanência diz respeito ao efetivo acesso a materiais e estruturas físicas adequadas para o processo de construção de conhecimento, diz respeito também às relações de pertencimento e de respeito que perpassam no âmbito acadêmico, comunitário e social e também, relaciona-se com as condições materiais de sobrevivência de estudantes e suas famílias, condições estas que englobam aspectos estruturais da sociedade.

Em outros termos, e, com o cuidado para não cairmos em discursos fatalistas, é importante entender que a questão da democratização do acesso carrega o compromisso pela permanência e que esta se relaciona com aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos que atravessam a vida dos estudantes e de suas famílias. Assim, as decisões/defesas/lutas no âmbito das universidades devem ser pela universalização das condições básicas de

permanência como direito à educação, do contrário, se estará fingindo a inclusão e transferindo para o âmbito do indivíduo o ônus do insucesso. Sobretudo, a luta dos atores das universidades – gestores, professores, técnicos e estudantes – deve ser empreendida também na esfera macro de um sistema que oprime e exclui a classe trabalhadora.

Vivemos sob a lógica neoliberal que minimiza os direitos sociais e trabalhistas, marginaliza e despreza os usuários das políticas sociais, mercantiliza e/ou sucateia as estruturas públicas e rotula o trabalhador destes espaços – servidor público – como burocrata caro ao Estado que é privilegiado e ineficiente. Trata-se de uma dinâmica que prolifera o ódio, o desprezo e a miséria para e entre a classe trabalhadora. Ainda que essa racionalidade não esteja clara a todos, seus efeitos, sua dinâmica e sua sociabilidade – competitividade, egoísmo, individualismo, desprezo, soberba, ganância – é estendido a muitos afetando negativamente a classe trabalhadora, especialmente, os mais pobres. Trata-se de uma dinâmica que causa dor e fere na carne, nos corpos, de forma cada vez mais profunda, o trabalhador com o desemprego, subemprego, fome, miséria, doença, violência, falta de acessibilidade, precarização da cultura, do esporte e da educação.

Em uma clara e triste demonstração da lógica capitalista, temos assistido no tempo pandêmico presente, a dor e a morte que tem cor e classe social. Não é verdade que o vírus Sars-CoV-2 (Covid-19) seja um vírus democrático, pois é a classe assalariada que, sob todos os riscos, está na linha de frente para o enfrentamento – trabalhadores da saúde/limpeza/segurança dos diferentes serviços essenciais –; são os trabalhadores *uberizados*, precarizados de diferentes formas, que se obrigam a correr o risco todos os dias na busca de condições mínimas de sobrevivência – para sobreviver à fome se morre pelo vírus; é a classe trabalhadora que sente a precarização da saúde, a falta de hospitais, médicos, equipamentos medicamentos; é a classe trabalhadora, especialmente as periféricas, que não tem estrutura habitacional adequada para o isolamento domiciliar, falta espaço, saneamento, água, comida, segurança. Ou seja, a pandemia evidencia que é a classe trabalhadora que está morrendo numa clara demonstração da lógica do sistema capitalista.

Aos profissionais do Serviço Social inseridos no âmbito da assistência estudantil, e talvez por isso o desafio seja grande, considerando um “papel” atribuído, cabe adentrar a intervenção para além do conjunto de “problemas” do estudante, expressões da “questão social” que estão postas no aparente. É da lógica do cotidiano e do sistema capitalista limitar, reduzir a intervenção profissional para o indivíduo, no caso o estudante, ou seja, que a intervenção profissional se responsabilize de gerir os dilemas, as carências, os “problemas” do estudante. Entretanto estes “problemas” estão relacionados com determinantes de diferentes

ordens, tais como a relação professor aluno, o processo ensino aprendizagem, a dinâmica econômica social e política, questões relativas à afetividade, saúde física e mental, relacionamento familiar. Entender esse conjunto de determinantes é indispensável para direcionar o âmbito da intervenção, bem como não cair numa lógica messiânica de que tudo se resolve por meio do “atendimento” do assistente social ao indivíduo.

Essas reflexões adquirem especial relevância ao tempo que estão relacionadas com o perfil das Universidades, ou seja, ao eleger o perfil do corpo discente, – reserva de vagas cotas ou reserva internacional – se aponta para uma defesa de Universidade, e, também, se assume compromissos quanto à necessidade no âmbito da estrutura física, humana, normativa, e econômica que possibilitem o alcance dos objetivos.

Neste contexto, importa demarcar que as demandas e requisições que chegam aos profissionais do Serviço Social, em alguns aspectos, carregam a particularidade do desconhecido: estamos nos referindo a estudantes provenientes de diversos países, os quais trazem consigo diferenças na linguagem, na cultura, nos costumes, nos hábitos, nas necessidades, nas condições econômicas, na formação escolar/acadêmica e política, nas habilidades, no fenótipo, aspectos que tem a ver com a historicidade de cada país, as condições econômicas/políticas/climáticas/geográficas; históricos com catástrofes naturais; formas como ocorreram os processos colonizadores/de “independência”/de desenvolvimento político e econômico; ocorrência de processos revolucionários/guerras; forma como estão estruturadas as políticas e serviços públicos.

São aspectos que vão além dos, também muito relevantes, limites normativos e orçamentários postos ao ensino superior brasileiro, os quais se embasam em critérios de elegibilidade e seletividade. Tem a ver com as condições objetivas que dificultam apreender requisições e demandas substantivas, limites, mas, também, possibilidades que carregam a possibilidade para o crescimento enquanto humano genérico. Trabalho e educação para a emancipação humana. Em tempos de recuo civilizatório, regressão de direitos, negação da ciência resta, como alternativa, a resistência e a luta diária sob orientação do projeto ético-político profissional e projeto societário emancipatório.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jorge. FURTADO Magda. As reformas, a universidade e a resistência popular. **Revista Universidade e Sociedade**, ano XXVII, n. 60. São Paulo, jul. 2017. p. 6 -19

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus**: o trabalho sob fogo cruzado. São Paulo: Boitempo, 2020.

BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social**: fundamentos ontológicos. 3.ed. São Paulo, Cortez, 2005, p. 15-72.

BATISTA Alfredo. O debate restaurador de Pierre Rosanvallon sobre a questão social. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS (CBAS), VI, Fortaleza (CE). **Anais [...]**. Fortaleza (CE): CFESS/ABEPSS/ENESSO/CRESS, 2004a.

BATISTA, Alfredo. A “questão social” no período da decadência científica. **Revista Praia Vermelha**. Estudos de Política e Teoria Social, Rio de Janeiro, nº 10. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Rio de Janeiro – RJ, 2004b.

BATISTA, Alfredo. **Trabalho**. Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Serviço Social. 26 mar. 2018. Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), *campus* Toledo.

BERTOLLETI, Vanessa Alves. **A educação superior como estratégia de integração regional**: o caso UNILA. 200 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2017.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Parecer nº 78 de 2009**. Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN). Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 186, de 2009 (PL nº 2.878, de 2008, na origem), do Presidente da República, que dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA e dá outras providências. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdlegetter/documento?dm=3929202&ts=1559263228044&disposition=inline>. Acesso em: 5 set. 2019.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº. 867, de 23 de março de 2015**. Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o “Programa Escola sem Partido”. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668>. Acesso em: 23 nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **A democratização e expansão da educação superior no país 2003-2014**. Brasília, DF: Ministério da Educação, [2014]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16762-balanco-social-sesu-2003-2014&Itemid=30192. Acesso em: 20 jun. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil . Imprensa Nacional. Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 241, p. 2-3, 16 dez. 2016. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=2&data=16/12/2016>. Acesso em: 23 out. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. [2019]Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: set. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm. Acesso em: 3 nov. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 3 nov. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. **Lei 13.467, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm. Acesso em: 20 out. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. **Lei nº 12.189, de 12 de janeiro de 2010**. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA e dá outras providências. Brasília (DF): 2010a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12189.htm. Acesso em: 3 nov. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. **Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010**. Dispõe sobre a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB e dá outras providências. Brasília (DF): 2010b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2010/lei-12289-20-julho-2010-607326-publicacaooriginal-128192-pl.html>. Acesso em: 3 nov. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. **Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Brasília (DF): 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/L11096.htm. Acesso em: 3 nov. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia de Assuntos Jurídicos. **Lei nº 12.317 de 26 de agosto de 2010**. Acrescenta dispositivo à Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social. 2010c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12317.htm. Acesso em: 4 ago. 2019.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei da Câmara nº 186, de 2009** (nº 2.878/2008, na Casa de origem). (De iniciativa do Presidente da República. Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 2009. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg->

getter/documento?dm=3929184&ts=1559263227965&disposition=inline. Acesso em: 10 nov. 2019.

CEPÊDA, Vera Alves. **I Pesquisa Nacional do Perfil das Instituições Federais do Ensino Superior para a Assistência Estudantil** – um mapeamento de capacidades e instrumentos. Resultados da Coleta 2015. São Carlos: Ideias, Intelectuais e Instituições; FONAPRACE; ANDIFES, 2017.

CFESS- Conselho Federal de Serviço Social. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10. ed. rev. e atual. Brasília (DF): Conselho Federal de Serviço Social, 2012.

CFESS-CRESS- Conselho Federal de Serviço Social; Conselho Regional de Serviço Social. **Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**. Rio de Janeiro: CFESS/ CRESS, 2012a.

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social. **Sistematização e análise de registros da opinião técnica emitida pela/o assistente social em relatórios, laudos e pareceres, objeto de denúncias éticas presentes em recursos disciplinares julgados pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)**. Relatório Final. CFESS : Brasília, 2020. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/registros-opinioao-tecnica.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2020.

CFESS- Conselho Federal de Serviço Social. **Parecer Jurídico nº 27/98**. Análise das competências do assistente social em relação aos parâmetros normativos previsto pelo art. 5º da Lei 8662/93, que estabelece as atribuições privativas do mesmo profissional. Disponível em: <http://www.cress-es.org.br/wp-content/uploads/2017/10/parecer-cfess-27-98.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2019.

CFESS- Conselho Federal de Serviço Social . **Série assistente social no combate ao preconceito: o que é preconceito?** Caderno 1. Brasília (DF): CFESS, 2016.

CFESS- Conselho Federal de Serviço Social. **Resolução 493/2006**. Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. Disponível em http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_493-06.pdf

CHAUÍ, Marilena. Grande mídia é antidemocrática, diz filósofa. [Entrevista cedida a] Maricélia Pinheiro, Kátia Marco, Beliza Lopes *et al.* **Jornal Extra Classe**, [S. l.]. 2006. Disponível em: https://www.ciranda.net/Grande-midia-e-antidemocratica-diz?lang=pt_br. Acesso em: 28 set. 2018.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. Rio de Janeiro (RJ): Editora Paz e Terra, 1972. p. 7-45.

COUTO, Eduardo Luis, SILVA; Claudiana Tavares da; TORRES, Mabel Mascarenhas. O trabalho do assistente social: uma análise a partir das comunicações orais apresentadas no ENPESS em 2014 e 2016. *In*: III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS, III, Londrina (PR). **Anais [...]**. Londrina (PR). Universidade Estadual de Londrina - UEL, 2019, p. 15. Disponível em: <https://www.congressoservicosocialuel.com.br/trabalhos2019/assets/4604-231614-36239-2019-04-09.pdf>. Acesso em: 20 out. 2019.

DUTRA, Edinéia Aparecida Machado. Política social e direitos humanos. *In*: III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS, III, Londrina (PR). **Anais [...]**. Londrina (PR). Universidade Estadual de Londrina - UEL, 2019, p. 13. Disponível em: <https://www.congressoservicosocialuel.com.br/trabalhos2019/assets/4604-231971-36088-2019-04-07>. Acesso em: 3 nov. 2019.

ESCORSIM NETTO, Leila. **O conservadorismo clássico**: elementos de caracterização e crítica, São Paulo: Cortez, 2011.

FERNANDES, Florestan. **Universidade Brasileira**: reforma ou revolução? São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

FONAPRACE -Fórum Nacional De Pró-Reitores De Assuntos Comunitários E Estudantis; ANDIFES- Associação Nacional Dos Dirigentes Das Instituições Federais De Ensino Superior. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) graduandos(as) das IFES**. Brasília: FONAPRACE; ANDIFES, 2018.

FONTES, Virgínia. Capitalismo, luta de classes e democracia no Brasil contemporâneo. *In*: SILVA, Carla Luciana; CALIL, Gilberto Grassi; DA SILVA, Marcio Antônio Both (Orgs.). **Ditadura e democracia**: estudo sobre poder, hegemonia e regime político no Brasil (1945-2014). Porto Alegre: FCM Editora, 2014, p. 227-245.

GUERRA, Yolanda A. Demetrio. *et al.* Atribuições, competências, demandas e Requisições: o trabalho do assistente social em debate. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORAS(ES) EM SERVIÇO SOCIAL (ENPESS), XV, 2018, Ribeirão Preto (SP). **Anais [...]** Ribeirão Preto (SP): 2018.

HOBBSBAWM, Eric, J. **Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo**. Tradução Donaldson Magalhaes Garschagen. 5.ed. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2000. Disponível em: mega.nz/#F!vOpwmQiJ!nJFgpdE-0mCF0yOOQYqCA!6LJWyK7A. Acesso em: 18 mai. 2019.

HOBBSBAWM, Eric, J. **Era dos Extremos**: O breve século XX, 1914-1991. Tradução Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Disponível em: mega.nz/#F!vOpwmQiJ!nJFgpdE-0mCF0yOOQYqCA!6LJWyK7A. Acesso em: 15 mai. 2019.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 9-75.

IAMAMOTO, M. V. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. *In*: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). **Atribuições privativas do/a assistente social em questão**. [S. l.]: CFESS, 2012. p. 33 - 74.

IAMAMOTO, M.V; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 36.ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no serviço social**: Ensaio Crítico. 12 ed. São Paulo: Cortez, 2013, p. 9-61.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

IANNI, Octávio. A ideia de Brasil Moderno. **Resgate** – Revista interdisciplinar de cultura do centro de memória da UNICAMP, Campinas, ano 1, n. 1, p. 19-38. 1990. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/issue/view/1150/37>. Acesso em 25 mar. 2019.

IMEA- Instituto Mercosul de Estudos Avançados. Comissão de Implantação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana. **UNILA Consulta Internacional**: contribuições à concepção, organização e proposta político-pedagógica da UNILA. Foz do Iguaçu: IMEA, 2009, p. 1-13.

LACERDA, Lélica Elis P. Exercício profissional do assistente social: da imediatividade às possibilidades históricas. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 117, p. 22-44, jan./mar. 2014.

LESSA, Sergio. **Escola sem partido e sociedade sem ideologias**. Maceió: Coletivo Veredas, 2019. 25 p.

LIMA, Katia. **Contra-reforma na Educação Superior**: de FHC a Lula. São Paulo: Xamã, 2007.

LUKÁCS, Georg. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. In: **Ontologia social, formação profissional e política**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Programa de Estudo Pós-Graduandos em Serviço Social. Núcleo de Estudos e aprofundamento Marxista (NEAM). São Paulo: ed. Contar, maio 1997, p. 8-44.

LUKÁCS, Georg. **Ontologia do Ser Social**: o trabalho. Tradução Ivo Tonet. [S. l.: s. n.] 1986. Mimeografado.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro I. Trad. Reginaldo Sant'Anna. 25 ed. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2008.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. Trad. Nélcio Schneider. São Paulo. Boitempo, 2010.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares – São Paulo: Boitempo, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em Saúde. 5. Ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec-ABRASCO, 1999.

MIOTO, Regina; SCHÜTZ, Fernanda. **Intersetorialidade na política social**: reflexões a partir do exercício profissional dos assistentes sociais. DIPROSUL, Pelotas-RS. 2011.

Disponível em: <http://www.ucpel.tche.br/mps/diprosul/docs/trabalhos/28.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2018.

NAGEL, Lizia Helena. **O Estado Brasileiro e as políticas educacionais dos anos 80**. In: NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães (Org). **Estado e Políticas Sociais no Brasil**: conferência do seminário Estado e Políticas sociais no Brasil e textos do relatório parcial do projeto de pesquisa – Programas nas áreas de Educação e Saúde no Estado do Paraná: sua relação com as orientações do BID e BIRD e sua contribuição na difusão das propostas liberalizantes em nível nacional. Cascavel: EDUNIOESTE, 2001, p. 99-122.

NETTO, Jose Paulo. Apresentação. In: IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no serviço social**: Ensaio Críticos, 12.ed. São Paulo: Cortez, 2013. p. 15-18.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista de Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1992, p. 13 – 77.

NETTO, Jose Paulo. Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”. **Temporalis**. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ano 2, n. 3. Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001, p. 41 a 51.

NETTO, Jose Paulo. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011, 64p.

NETTO, Jose Paulo. **O Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social Brasileiro**. Repositório das Universidades Lusíada. Lisboa 2015. p. 229 a 242. Disponível em: http://repositorio.ulusiada.pt/bitstream/11067/1734/1/IS_42-45_13.pdf. Acesso em: 5 mai. 2018.

NETTO, Jose Paulo. **O Serviço Social e a Tradição Marxista**. IN: Serviço Social e Sociedade, nº 30, São Paulo: Cortez, 1989, p. 89 a 102.

NETTO, Jose Paulo. Para a crítica da vida cotidiana. In: NETTO, J. P. CARVALHO, M. C. Brant de. **Cotidiano conhecimento e crítica**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012, p. 65-91.

NETTO, Jose Paulo. Para uma história nova do Serviço Social no Brasil. In: SILVA, Maria Liduina de Oliveira e (Org.). **Serviço Social no Brasil**: história de resistência e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016.

NONATO, Alice A. M. P. de L. VIANA, B. B. No fio da navalha: Entre a garantia dos direitos e a ameaça contra os próprios direitos na atuação do assistente social na cidade de Parintins – Amazonas. **Revista Emancipação**. Universidade Estadual de Ponta Grossa, Departamento de Serviço Social e Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas. Ponta Grossa, PR: Editora UEPG. Ano 16, n. 2, 2016, p. 289-301. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao>. Acesso em: 20 jun. 2019.

PEREIRA, Potyara A.P. A intersectorialidade das políticas sociais na perspectiva dialética. IN: MONNERAT, Gisele. Lavina.; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira, SOUZA, Rosimary Gonçalves de Souza (Orgs.). **A Intersectorialidade na Agenda das Políticas Sociais**. São Paulo: Ed. Papel Social. 2014, p. 23-39.

PEREIRA, Potyara. A política social entre o direito e o mérito In: Revista Política Social e Desenvolvimento nº 4. **Welfare State: tendências internacionais, caminhos para o Brasil** v.1, 2014a. (Plataforma Política Social, p. 19-24).

RAICHELIS, Raquel. Atribuições e competências profissionais revisitadas: a nova morfologia do trabalho no Serviço Social. In: CFESS- Conselho Federal de Serviço Social. **Atribuições privativas do/a assistente social em questão** - volume 2, Brasília, 2020. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS202-AtribuicoesPrivativas-Vol2-Site.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2020, p. 11 - 42.

SADER, Emir. Prefácio. In: MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares – São Paulo: Boitempo, 2008.

SANTOS, Elton Moura. **Expansão da Educação Superior**: Um estudo da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campo Mourão. 2016. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2016.

SANTOS, Eduardo. Internacionalização da educação superior – a opção geopolítica pela integração regional nos casos da UNILA e da UNILAB. **Laplage em Revista**. n. 3. v. 3 Sorocaba, 2017, p. 30 -51.

SAVIANI, Dermeval. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. **Póiesis Pedagógica**, Catalão (GO), v. 8, n. 2, p. 4-17, ago-dez. 2010. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/14035/8876>. Acesso em: 4 nov. 2019.

SILVA, Lucilia Carvalho da. O trabalho do assistente social no contexto da educação profissional: questões para o debate. In: PEREIRA, Larissa Dahmer; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. **Serviço Social e Educação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013, p. 131-148.

SILVA JR., João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. **Novas faces da educação superior no Brasil: reforma do Estado e mudança na produção**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020. Disponível em: https://56e818b2-2c0c-44d1-8359-cc162f8a5934.filesusr.com/ugd/35e7c6_46a9595e792d4569a3f2f85dc48eb991.pdf. Acesso em: 02 jul. 2020.

SOUZA, Ana Lúcia Silva *et al.* **A ideologia do movimento Escola Sem Partido**: 20 autores desmontam o discurso. Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação (Org.). São Paulo: Ação Educativa, 2016. *E-book*: Disponível em: http://www.acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2017/05/escolasempartido_miolo.pdf. Acesso em: 4 nov. 2019.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. **O Conservadorismo Moderno**: esboço para uma aproximação, 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n122/0101-6628-sssoc-122-0199.pdf> acesso em: 15 abr. 2018.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e Emancipação Humana**. Ijuí: Unijuí, 2005. Disponível em: http://ivotonet.xp3.biz/arquivos/EDUCACAO_CIDADANIA_E_EMANCIPACAO_HUMANNA.pdf. Acesso em: 20 mar. 2019.

TONET, Ivo. **Educação contra o capital**. 2. ed. Ver. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

UNILAB- Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. **Caminhos e desafios acadêmicos da cooperação Sul-Sul.** Camila Gomes Diógenes e José Reginaldo Aguiar (Orgs.). Redenção (CE): UNILAB, 2013. <http://www.UNILAB.edu.br/wp-content/uploads/2013/07/LIVRO-UNILAB-5-ANOS-2.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2019.

UNILAB- Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. **Como surgiu.** Redenção (CE): UNILAB, [201-?]. Disponível em: <http://www.UNILAB.edu.br/como-surgiu/>. Acesso em: 10 jun. 2018.

UNILAB- Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.. **PDI da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB) 2016 – 2021.** Redenção-CE: UNILAB, [2016?]. Disponível em: <http://www.UNILAB.edu.br/wp-content/uploads/2016/02/Anexo-da-Resolu%C3%A7%C3%A3o-11-2016-PDI-2016-2021.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2019.

UNILAB- Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Plano de carreira dos cargos técnico-administrativos em educação: Descrição do cargo nível de classificação E. Disponível em: http://www.UNILAB.edu.br/wp-content/uploads/2017/07/DESCR Universidade Federal da Integração Internacional Da Lusofonia Afro-Brasileira. ICAO_DE_CARGOS-NIVEL_E.pdf. Acesso em: 20 nov. 2019.

UNILAB- Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. **Relatório de Gestão exercício 2018.** Redenção-CE: UNILAB, [2018]. Disponível em: <http://www.UNILAB.edu.br/wp-content/uploads/2019/05/Relat%C3%B3rio-de-Gest%C3%A3o-Final-6.5.2019.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2019.

UNILAB- Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. **Relatório UNILAB em números 2019.** Disponível em: <http://www.UNILAB.edu.br/UNILAB-em-numeros/>. Acesso em: 1 nov. 2019.

UNILA- Universidade Federal da Integração Latino-Americana. **Cartilha Institucional UNILA.** Foz do Iguaçu-PR: UNILA, [2018]. Disponível em: <https://portal.UNILA.edu.br/secom/arquivos/CartilhaInstitucionalWEB04102018.pdf>. Acesso em: 7 nov. 2019.

UNILA- Universidade Federal da Integração Latino-Americana. **Descrição de cargos Nível e, Pro-reitoria de Gestão de pessoas – PROGEPE,** 2019. Disponível em: <https://portal.UNILA.edu.br/progepe/pessoal/DescricargosnivelE.pdf> acesso em: 7 nov. 2019.

UNILA- Universidade Federal da Integração Latino-Americana. **Plano de Desenvolvimento Institucional PDI 2019-2023.** Foz do Iguaçu-PR: UNILA, 2019a. Disponível em: https://portal.UNILA.edu.br/institucional/arquivos/PDI_UNILA_20192023_Verso_Final_ps_CONSUN_07.10.19.pdf. Acesso em: 6 nov. 2019.

UNILA- Universidade Federal da Integração Latino-Americana. **Responsabilidade social no território.** Relatório de ações da UNILA em 2018/2019. Foz do Iguaçu-PR: UNILA, 2019b. Disponível em: https://portal.UNILA.edu.br/noticias/copy_of_RelatrioWEB0805.pdf. Acesso em: 6 nov. 2019.

VASCONCELOS, Ana Maria. **A/o assistente social na luta de classes**: projeto profissional e mediações teórico práticas. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

YAZBEK, M. C. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 110, 2012, p. 288-322.

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

O Trabalho dos/as Assistentes Sociais nas Universidades federais UNILA e UNILAB.

I Dados de identificação profissional:

Nome completo: _____

1. Idade: ____ 2. Sexo: _____ 3. Cidade de nascimento: _____ 4. Estado: _____

Nome da instituição em que se graduou em Serviço Social: _____

5. Natureza da instituição em que se graduou:

a) () Privada

b) () Pública Estadual

c) () Pública Federal

Ano de conclusão da graduação _____

6. Possui Pós-graduação? Não (), Sim (). Se a resposta for afirmativa especifique:

a) () Pós-graduação *Latu Sensu*. Nome da pós _____ ano de conclusão: _____

b) () Mestrado. Nome: _____ ano de conclusão: _____

c) () Doutorado. Nome: _____ ano de conclusão: _____

d) () Obs.: se tiver outra pós _____

7. Possui conhecimento em língua estrangeira? Não (), Sim (). Se a resposta for afirmativa informe abaixo:

a) língua estrangeira _____

Compreende. _ Pouco () razoável () bem () muito bem ()

Fala. _____ Pouco () razoável () bem () muito bem ()

Lê. _____ Pouco () razoável () bem () muito bem ()

Escreve. _____ Pouco () razoável () bem () muito bem ()

b) língua estrangeira _____

Compreende. _ Pouco () razoável () bem () muito bem ()

Fala. _____ Pouco () razoável () bem () muito bem ()

Lê. _____ Pouco () razoável () bem () muito bem ()

Escreve. _____ Pouco () razoável () bem () muito bem ()

c) língua estrangeira _____

Compreende. _ Pouco () razoável () bem () muito bem ()

Fala. _____ Pouco () razoável () bem () muito bem ()

Lê. _____ Pouco () razoável () bem () muito bem ()

Escreve. _____ Pouco () razoável () bem () muito bem ()

8. Nome da instituição em que você trabalha: _____

9. Ano de ingresso na instituição em que trabalha: _____

10. Em relação à organização da vida, para ingresso/permanência no trabalho na instituição informe:

a) () Já residia na cidade que trabalha (não foi necessário realizar mudança).

b) () Residia fora da cidade do campus e mudei-me para a cidade do campus que trabalho.

c) () Residia fora da cidade e não mudei, viajo diariamente para chegar ao trabalho.

d) () Outra _____

11. Ocupa ou já ocupou cargo de gestão no atual espaço sócio ocupacional? Não (), Sim (). Se a resposta for afirmativa informe:

	Mês/Ano	Mês/Ano.
a) Cargo _____	Período de ____/____	à ____/____
b) Cargo _____	Período de ____/____	à ____/____
c) Cargo _____	Período de ____/____	à ____/____

II Dados de identificação das condições de trabalho do espaço sócio ocupacional:

1. Natureza do vínculo com a instituição:
 - a) ☐ Estatutário
 - b) ☐ Celetista
 - c) ☐ outro. Especifique _____

2. Carga horária de trabalho semanal:
 - a) ☐ 44 horas
 - b) ☐ 40 horas
 - c) ☐ 30 horas
 - d) ☐ outra _____ horas

3. Com relação às condições de trabalho e, considerando o disposto na resolução CFESS nº 493/2006, como se caracteriza o espaço de trabalho?
 - a) A instituição possui sala para atendimento privativo/sigiloso dos usuários? Não (☐), Sim (☐).
 - b) Se a resposta anterior foi afirmativa especifique:
 - b-1) Possui isolamento acústico ----- Sim (☐) Não (☐)
 - b-2) Possui tamanho adequado ----- Sim (☐) Não (☐)
 - b-3) Possui ventilação adequada ----- Sim (☐) Não (☐)
 - b-4) Possui iluminação adequada ----- Sim (☐) Não (☐)
 - c) Em sua opinião estas condições são: --- Satisfatórios (☐) Insatisfatórios (☐).
 - d) Em relação ao adequado arquivamento do material técnico de caráter sigiloso:
 - d-1) Possui arquivo físico para guarda do material sigiloso do Serviço social ----- Sim (☐) Não (☐)
 - d-2) Possui sistema eletrônico, com acesso restrito, para registro de informações sigilosas --- Sim (☐) Não (☐)
 - d-3) Descreva como se dá o registro profissional e como é realizada a guarda das informações.
R: _____

4. Em relação a capacitação realizada ou disponibilizada pela instituição, informe:
 - a) Nos anos de 2018/2019, você participou de alguma capacitação? Não (☐), Sim (☐). Se a resposta for afirmativa especifique: Tema da capacitação _____
Carga horária da capacitação _____ local que foi realizado _____
Principais aspectos abordados: _____

 - b) Considerando a data de ingresso na instituição, você já realizou capacitação específica para o atendimento aos estudantes de outras nacionalidades? Não (☐), Sim (☐). Se a resposta for afirmativa especifique:
Tema da capacitação _____
Carga horária da capacitação _____ local que foi realizado _____
Principais aspectos abordados: _____

5. Você já fez uso de licença para capacitação, conforme possibilita o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação? Não (☐), Sim (☐). Se sim qual? _____
Informe período em que esteve afastado/a: _____ a _____

III – Dados sobre o trabalho profissional:

1. Quais expressões da “questão social” são vivenciadas com maior frequência pelos usuários dos serviços na instituição que você trabalha?

R:

Especifique a nacionalidade dos usuários que apresentam demandas ao Serviço Social:

R:

2. Em relação às demandas que chegam ao Serviço Social:

a) Quais são as principais demandas provenientes dos estudantes nacionais?

R:

b) Quais são as principais demandas provenientes dos estudantes de outras nacionalidades?

R:

c) Quais são as principais demandas provenientes da gestão da instituição?

R:

d) Quais são as principais demandas provenientes de outros setores/sujeitos da instituição?

R:

3. Para realizar seu trabalho você precisou desenvolver/atualizar algum instrumental? Como foi o processo?

R:

4. Quais capacidades técnicas você precisa utilizar para atender as demandas que se apresentam ao Serviço Social?

R:

5. No seu cotidiano de trabalho você já realizou contato (telefônico, e-mail, carta ou pessoalmente) com outros países ou embaixadas estrangeiras? Não (), Sim (). Se a resposta foi afirmativa exemplifique.

R:

6. Para o seu trabalho com estudantes de outras nacionalidades você entende ser necessário conhecimento a cerca da legislação, costumes, cultura, aspectos socioeconômicos dos países de origem dos estudantes? Não (), Sim (). Comente sua resposta.

R:

7. Como você define seu trabalho na assistência estudantil da instituição? (sentido/relevância do trabalho profissional para a assistência estudantil).

R:

8. No cotidiano de seu trabalho profissional é realizada articulação com outros profissionais que atuam na assistência estudantil? Se sim com quais profissionais e de que forma?

R:

9. No cotidiano de seu trabalho profissional é realizada articulação com outras políticas públicas? Se sim, com quais políticas a articulação é mais frequente e como ocorre?

R: _____

10. Você participa regularmente de movimentos sociais e/ou espaços coletivos de luta por direitos? Não (), Sim (). Se sim quais? Se não por quê?

R: _____

11. Você participa de eventos / instancias específicas da categoria profissional? Não (), Sim (). Se a resposta foi negativa informe por que e se a resposta foi afirmativa informe quais.

R: _____

12. Qual sua opinião sobre projeto/plano de trabalho profissional dos/as assistentes sociais nas instituições?

R: _____

13.1 O Serviço Social da instituição que você trabalha construiu projeto/plano de trabalho do Serviço Social? Sim (), Não (). Por quê?

R: _____

13. Em sua opinião qual a particularidade do trabalho do assistente social em uma universidade federal pública com “natureza internacional”? (utiliza-se, para a presente pesquisa, a expressão “natureza internacional” em decorrência de as instituições campo de pesquisa destinarem 50% de suas vagas para graduação a estudantes de outras nacionalidades).

R: _____

APÊNDICE B - TCLE



Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Comitê de Ética em Pesquisa – CEP



Aprovado na

CONEP em 04/08/2000

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Título do Projeto: O Trabalho dos/as Assistentes Sociais na Assistência Estudantil das Universidades federais UNILA e UNILAB.

Pesquisador responsável:

Edinéia Aparecida Machado Dutra. Telefone (45) 99116-7143

Convidamos você a participar, voluntariamente, da presente pesquisa a realizar-se por meio de aplicação de questionário composto de questões abertas e fechadas e posterior entrevista. O objetivo da pesquisa visa apreender as particularidades do trabalho dos/as assistentes sociais da UNILA e UNILAB no atendimento a estudantes de diferentes nacionalidades.

Informamos que os dados referentes à sua pessoa serão sigilosos e privados, conforme assegura a Resolução nº 466/2012 do CNS - Conselho Nacional de Saúde, assim as informações coletadas serão utilizadas exclusivamente para fins científicos e os resultados serão socializados com encaminhamento de cópia da dissertação via e-mail. Caso, durante a execução da pesquisa, ocorra algum desconforto ou constrangimento a sua pessoa, gerada por alguma pergunta do questionário ou da entrevista, ou ainda, caso sinta insegurança quanto a sua participação na pesquisa, você poderá solicitar esclarecimentos e informações e/ou desistir de participar da pesquisa a qualquer momento bastando informar sua

decisão à pesquisadora pessoalmente, por telefone: (45) 99116-7143 ou pelo e-mail: edineia.dutra@UNILA.edu.br. Informamos ainda que o Comitê de Ética pode ser consultado pelo telefone (45) 3220-3092, caso você necessite de maiores informações.

Informamos que o presente TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE é composto de duas vias, uma ficará com a pesquisadora e a outra com você. Todas as páginas do TCLE serão assinadas pelo pesquisador e pelo participante da pesquisa.

A participação na presente pesquisa é voluntária, assim não será devido nenhum tipo de cobrança e/ou remuneração pelas partes.

Declaro estar ciente do exposto e **desejo participar da pesquisa.**

Nome do participante da pesquisa:

Assinatura do participante da
pesquisa:_____

Eu, **Edinéia Aparecida Machado Dutra**, declaro que forneci todas as informações da pesquisa ao participante.

Assinatura do pesquisador_____

Foz do Iguaçu, 18 de fevereiro de 2019.

ANEXOS

ANEXO A - PARECER

UNIOESTE - CENTRO DE
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O Trabalho dos/as Assistentes Sociais na Assistência Estudantil das Universidades federais UNILA e UNILAB.

Pesquisador: EDINEIA APARECIDA MACHADO DUTRA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 04160818.5.0000.0107

Instituição Proponente: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.140.052

Apresentação do Projeto:

Representação saneadora de pendências

Objetivo da Pesquisa:

Representação saneadora de pendências

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Representação saneadora de pendências

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Representação saneadora de pendências

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Representação saneadora de pendências

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Agora, os riscos aos participantes da pesquisa estão explícitos.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_1255028.pdf	07/03/2019 10:28:01		Aceito

Endereço: RUA UNIVERSITÁRIA 2069

Bairro: UNIVERSITÁRIO

CEP: 85.819-110

UF: PR Município: CASCAVEL

Telefone: (45)3230-3082

E-mail: cep.ppg@unioeste.br

**UNIOESTE - CENTRO DE
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA
SAÚDE DA UNIVERSIDADE**



Continuação do Parecer: 3.143/202

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_07_02_19.pdf	07/02/2019 10:27:11	EDINEIA APARECIDA MACHADO DUTRA	Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto.pdf	28/11/2018 09:44:03	EDINEIA APARECIDA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_pesquisa.pdf	28/11/2018 23:20:15	EDINEIA APARECIDA MACHADO DUTRA	Aceito
D Declaração de Pesquisadores	declaracao_pesquisador.pdf	28/11/2018 23:16:48	EDINEIA APARECIDA	Aceito
Outros	Instrumento_de_coleta_de_dados.docx	28/11/2018 23:16:11	EDINEIA APARECIDA	Aceito
Outros	III_Termo_compromisso_510_2015.pdf	28/11/2018 23:15:35	EDINEIA APARECIDA	Aceito
Outros	III_Termo_compromisso_488_2012.pdf	28/11/2018 23:12:57	EDINEIA APARECIDA	Aceito
Outros	IV_termo_responsavel_campo_UNILAB.pdf	28/11/2018 23:12:12	EDINEIA APARECIDA	Aceito
Outros	IV_Termo_responsavel_campo_unila.pdf	28/11/2018 23:11:41	EDINEIA APARECIDA	Aceito
Outros	IV_termo_responsavel_campo_pesquisa_488.pdf	28/11/2018 23:10:49	EDINEIA APARECIDA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CASCAVEL, 11 de Fevereiro de 2019

Assinado por:
Dartel Ferrari de Lima
(Coordenador(a))

Endereço: RUA UNIVERSITÁRIA 2009

Bairro: UNIVERSITÁRIO

UF: PR Município: CASCAVEL

Telefone: (45)3220-3082

CIEP: 05.819-110

E-mail: cep-pr@unioeste.br

ANEXO B - TERMOS



ANEXO IV

TERMO DE CIÊNCIA DO RESPONSÁVEL PELO CAMPO DE ESTUDO

Título do projeto: O Trabalho dos/as Assistentes Sociais na Assistência Estudantil das Universidades federais UNILA e UNILAB.

Pesquisador(s): Edinéia Aparecida Machado Dutra

Local da pesquisa: Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA

Responsável pelo local de realização da pesquisa: Ana Paula Araujo Fonseca

A pesquisadora acima identificada está autorizada a realizar a pesquisa e a coleta de dados, os quais serão utilizados exclusivamente para fins científicos, assegurando sua confidencialidade e o anonimato dos sujeitos participantes da pesquisa segundo as normas da Resolução 510/2015 CNS/MS e suas complementares.

Foz do Iguaçu, 05 de novembro de 2018


 Nome e assinatura do responsável pelo campo da pesquisa

Ana Paula Araujo Fonseca
 Pró-Reitora de Assuntos Estudantis
 SIAPE 1047117



ANEXO IV

TERMO DE CIÊNCIA DO RESPONSÁVEL PELO CAMPO DE ESTUDO

Título do projeto: O Trabalho das/as Assistentes Sociais na Assistência Estudantil das Universidades federais UNILA e UNILAB

Pesquisadore(s): Edinéia Aparecida Machado Dutra

Local da pesquisa: Universidade Federal da Integração Latino-Americana – UNILA

Responsável pelo local de realização da pesquisa: Ana Paula Araújo Fonseca

A pesquisadora acima identificada está autorizada a realizar a pesquisa e a coleta de dados, os quais serão utilizados exclusivamente para fins científicos, assegurando sua confidencialidade e o anonimato dos sujeitos participantes da pesquisa segundo as normas da Resolução 466/2012 CNS/MS e suas complementares.

Foz do Iguaçu, 05 de novembro de 2018.


(Nome(s) e assinatura(s) do(s) responsável pelo campo da pesquisa)

Ana Paula Araújo Fonseca
Pró-Reitora de Assuntos Estudantis
SIAPE 1047367



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Comitê de Ética em Pesquisa – CEP



Aprovado na
CONEP em 04/08/2000

ANEXO IV

TERMO DE CIÊNCIA DO RESPONSÁVEL PELO CAMPO DE ESTUDO

Título do projeto: O Trabalho dos/as Assistentes Sociais na Assistência Estudantil das Universidades federais UNILA e UNILAB.

Pesquisadore(s): Edinéia Aparecida Machado Dutra.

Local da pesquisa: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB

Responsável pelo local de realização da pesquisa: Maria do Socorro Camelo Maciel.

A pesquisadora acima identificada está autorizada a realizar a pesquisa e a coleta de dados, os quais serão utilizados exclusivamente para fins científicos, assegurando sua confidencialidade e o anonimato dos sujeitos participantes da pesquisa segundo as normas da Resolução 510/2015 CNS/MS e suas complementares.

Foz do Iguaçu, 05 de novembro de 2018

Maria do Socorro Camelo Maciel

Nome e assinatura do responsável pelo campo da pesquisa

Maria do Socorro Camelo Maciel
Pró-Reitora de Políticas Afirmativas
e Estudantis
Portaria nº 583, de 22 de maio de 2018
PROPAG/UNILAB - SIAPE 1962003